

ADVERTIMENT. La consulta d'aquesta tesi queda condicionada a l'acceptació de les següents condicions d'ús: La difusió d'aquesta tesi per mitjà del servei TDX (www.tesisenxarxa.net) ha estat autoritzada pels titulars dels drets de propietat intel·lectual únicament per a usos privats emmarcats en activitats d'investigació i docència. No s'autoritza la seva reproducció amb finalitats de lucre ni la seva difusió i posada a disposició des d'un lloc aliè al servei TDX. No s'autoritza la presentació del seu contingut en una finestra o marc aliè a TDX (framing). Aquesta reserva de drets afecta tant al resum de presentació de la tesi com als seus continguts. En la utilització o cita de parts de la tesi és obligat indicar el nom de la persona autora.

ADVERTENCIA. La consulta de esta tesis queda condicionada a la aceptación de las siguientes condiciones de uso: La difusión de esta tesis por medio del servicio TDR (www.tesisenred.net) ha sido autorizada por los titulares de los derechos de propiedad intelectual únicamente para usos privados enmarcados en actividades de investigación y docencia. No se autoriza su reproducción con finalidades de lucro ni su difusión y puesta a disposición desde un sitio ajeno al servicio TDR. No se autoriza la presentación de su contenido en una ventana o marco ajeno a TDR (framing). Esta reserva de derechos afecta tanto al resumen de presentación de la tesis como a sus contenidos. En la utilización o cita de partes de la tesis es obligado indicar el nombre de la persona autora.

WARNING. On having consulted this thesis you're accepting the following use conditions: Spreading this thesis by the TDX (www.tesisenxarxa.net) service has been authorized by the titular of the intellectual property rights only for private uses placed in investigation and teaching activities. Reproduction with lucrative aims is not authorized neither its spreading and availability from a site foreign to the TDX service. Introducing its content in a window or frame foreign to the TDX service is not authorized (framing). This rights affect to the presentation summary of the thesis as well as to its contents. In the using or citation of parts of the thesis it's obliged to indicate the name of the author



HABITAR EM PORTUGAL NOS ANOS 1960: RUPTURA E ANTECEDENTES

UM CAMINHO PELO INTERIOR DO DISCURSO

PATRÍCIA SANTOS PEDROSA

Tese de Doutoramento

Departamento de Projectes Arquitectònics
Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona
Universitat Politècnica de Catalunya

Maio de 2010

6. A CONSTRUÇÃO DE UMA PROPOSTA CRÍTICA

Depois de um longo deserto de crítica arquitectónica efectiva realizada em Portugal, referido já por diversos autores, com a década de 1950, a situação começa um novo caminho e a diferente postura de quem pratica a crítica dedicada a objectos arquitectónicos constitui-se como um outro objecto de reflexão incontornável. Como é afirmado no artigo que reflecte sobre os cinco primeiros anos da revista *Arquitectura*, depois da sua reorientação editorial efectuada no final dos anos 1950, as maiores dificuldades de amadurecimento continuavam a registar-se na produção da crítica. Segundo esse texto, a maior dificuldade de concretização decorria do facto de “próprios autores e o meio [estarem] mal preparados”. Como resultado desta fragilidade, esta prática era apontada como uma das “maiores preocupações do grupo da revista”⁶⁴³. Esta urgência e necessidade são lúcidas, tanto como a análise realizada pelos autores nesse editorial com objectivos claros de reflexão e auto-crítica que ultrapassam o âmbito da publicação e reflectem igualmente, espelhando, o estado do país arquitectónico.

Este papel de uma publicação periódica como alimentadora de um processo sistemático de crítica encontra paralelismo, não casuístico, em Itália. Ao longo da década de 1950, Bruno Zevi (1918-2000) através dos editoriais da revista *L'Architettura. Cronache e storia* vai construindo um percurso de crítica arquitectónica onde são explicadas e valorizadas as revisões do Movimento Moderno que então

⁶⁴³ s.a., “5 anos de trabalho. Autocrítica”, p. 45.

iam surgindo⁶⁴⁴. A proximidade de Nuno Portas ao autor italiano não é alheia à tentativa do grupo editorial da *Arquitectura*, ao qual Portas pertencia, procurar aproximar-se desta referência.

A posição da *Arquitectura*, que se quer ver entendida como “confrontação de opiniões” e debate de obras tidas como mais polémicas⁶⁴⁵, aproxima-se do que poderá ser uma das características implícitas ao pensamento crítico. Considerando o que defende Josep Maria Montaner, esta é a segunda condição para existir crítica: a necessário que, face a uma diversidade de possibilidades, seja possível a existência de uma outra diversidade, as das visões sobre a diversidade produzida⁶⁴⁶. A existência de multiplicidade na produção, pelo menos ao nível formal, já se encontrava presente desde há muito e as produções efectuadas debaixo da aproximação ecléctica que se estendiam desde o século anterior eram disso testemunho. Igualmente já eram identificáveis posições que se colocavam a favor ou contra determinadas propostas, criando um suposto debate de diferenças. O caso da casa portuguesa e as consecutivas posições antagónicas face à sua existência são disso exemplo. Nem todos os requisitos se encontravam cumpridos e o salto qualitativo só seria dado posteriormente.

A primeira das condicionantes referidas por Montaner prende-se com a necessidade de existir uma teoria que alicerce o enfoque exercido pela crítica, sendo esta a “posta en práctica” da primeira⁶⁴⁷. Esta exigência de uma valoração que se apoia numa mundividência, neste caso arquitectónica, confere densidade e efectividade à acção crítica e dá consciência à matriz da qual a observação do objecto parte. Este salto é inevitável para que, da acção opinativa e pouco científica, se passe à realização da crítica. Como se referiu anteriormente, a prática corrente herdada já do século XIX era a de uma escrita sobre objectos de arquitectura que se fixava em opiniões e lugares-comuns⁶⁴⁸ e que se afastava da prática mais complexa a qual somente se assistiria décadas mais tarde.

No caso de Raul Lino, encontramos uma insuficiência de acutilância para que seja possível considerar os seus escritos como crítica. À existência de um pensamento sobre a arquitectura, que nos parece coincidente com uma teoria da mesma, não adicionava uma intencionalidade crítica efectiva face aos objectos arquitectónicos, sendo de certo modo adverso ao diferente sem procurar o enquadramento e a compreensão do mesmo. A sua impossibilidade de isenção substancia este comportamento, que diríamos quase natural, por parte de um autor que procurava fixar linhas, mais do que questionar e ponderar caminhos e que não procurava fazer agir a sua teoria. Querer fazer crítica era sair da sua esfera. Em Lino, teoria e prática consumam-se e completam-se de modo autofágico. Avaliar

⁶⁴⁴ Josep Maria Montaner, *Después del Movimiento Moderno. Arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993, p. 96.

⁶⁴⁵ s.a., “5 anos de trabalho. Autocrítica”, p. 45.

⁶⁴⁶ Josep Maria Montaner, *Arquitectura y Crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002 (3.ª ed.) [1999], pp. 11-12.

⁶⁴⁷ Idem, *Ibidem*, p. 11.

⁶⁴⁸ Figueiredo, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*, p. 359.

criticamente outras propostas arquitectónicas implicava permitir-se enquadrá-las e, de certo modo, ensaiar entendê-las, coisa que entrava em choque com a premissa primeira de Lino de que o modo correcto era aquele por si defendido. Num tempo menos múltiplo de respostas, a sua teoria seria compreendida como um tratado, mas o contexto em que viveu e agiu não era já esse.

No contexto que analisamos, a proposição que sustenta o projecto arquitectónico, com especial ênfase no do espaço doméstico, é a de que o conhecimento alargado e de informação realista é necessidade essencial para que se possa encontrar uma correspondência franca entre o que é a arquitectura necessária e a arquitectura produzida. Por detrás desta intenção metodológica surge uma consciência de responsabilidade enquanto profissionais intervenientes no mundo efectivo que terá correspondência em muito do que é projectado e em alguns trabalhos escritos. Paralelamente às contribuições já referidas, encontramos alguns trabalhos realizados no âmbito da Escola Superior de Belas-Artes do Porto (ESBAP) para concursos de professores⁶⁴⁹ ou para a obtenção dos diplomas de arquitecto⁶⁵⁰.

Aqueles sobre os quais nos debruçaremos com mais acuidade são quem organizam, pelo objecto específico, uma ideia de habitar e o seu cruzamento com uma posição crítica. A diversidade de abordagens e as densidades distintas que se vão conseguindo introduzir no uso da palavra ao serviço da reflexão arquitectónica são produto mais de uma alteração de paradigma estrutural dos arquitectos, com as suas formações e capacidades reflexivas, do que de uma alteração conjuntural. A possibilidade de terem acesso às múltiplas formas de produções exteriores – através de livros, revistas, viagens, etc. – não se enraíza neste meio de século. São sumamente conhecidas as deslocações de arquitectos ao estrangeiro, muitas patrocinadas pelo próprio Estado Novo, para estudarem programas sobre os quais se encontravam a trabalhar em Portugal⁶⁵¹. A questão que se pode levantar, sobre o que então estaria a acontecer de novo, poderá apontar, como resposta e entre outras possibilidades, para uma formação distinta nas escolas que, principalmente a partir do Porto, permitisse aos jovens arquitectos um modo de relacionamento com a informação a que tinham acesso de distinto das anteriores gerações.

6.1. PREÂMBULO DE UM CAMINHO CRÍTICO

O trabalho publicado, em 1959, pelo engenheiro Ruy José Gomes assinala uma mudança em desenvolvimento e que, suportada por uma procura de rigor efectivo, estabelecerá um caminho onde

⁶⁴⁹ Fernandez, *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*, p. 140.

⁶⁵⁰ A título de exemplo os já referidos trabalhos de Nuno Portas e de Pedro Vieira de Almeida são trabalhos resultantes de CODA que se encontram publicados (Portas, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura* ou Almeida, "Ensaio sobre o espaço da arquitectura (1)", e seguintes).

⁶⁵¹ Ver, por exemplo: Pedrosa, *Cidade Universitária de Lisboa (1911-1950). Gênese de uma difícil territorialização*, pp. 87-91.

as aproximações divergem, mas o objectivo de compreender ampliadamente a arquitectura é transversal. Este investigador publica, como já se referiu anteriormente, na revista *Arquitectura* e posteriormente num pequeno volume com a chancela do LNEC, "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres"⁶⁵², dedicado a esta obra de Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral [fig. 2.20 e 2.21]. A formação do autor vai configurar a aproximação que efectua ao edifício e, neste sentido, a sua estrutura de avaliação é sustentada principalmente pelos aspectos técnicos que procura observar e sobre os quais lança as questões que reconhece como relevantes. Segundo afirma, a crítica a este edifício de habitação colectiva encontra-se facilitada tanto pelo facto de já não se encontrar nele a "aura de estrela" – tida possivelmente aquando da sua inauguração – como por já se encontrar habitada e ser, assim, verificável um conjunto alargado de soluções escolhidas pelos arquitectos que o projectaram. As dificuldades, por outro lado, prendem-se com o leque amplo de temas que a obra oferece à reflexão e com a "responsabilidade de julgar" uma obra com elevada noção de seriedade, verificável tanto na leitura do projecto como na da obra construída⁶⁵³. Estruturada e com uma visão técnica que também ela se quer pautada pelo rigor, a aproximação de Ruy Gomes procura ser mais do que um exercício intelectual estéril, ampliando o grau de exigência presente na observação de determinado edifício, assim como pelas reflexões transversais efectuadas.

O texto surge organizado em sete partes cuja maioria se relaciona directamente com instalações, protecções acústicas e térmicas ou estrutura do edifício⁶⁵⁴. Nas secções que poderíamos considerar mais arquitectónicas, ou que fazem mais sentido serem analisadas no presente contexto – "Conjunto e disposição da obra" e "Acessos e circulações no edifício" –, encontramos leituras que cruzam as intenções de projecto concretizadas em obra e as suas relações com a ocupação a que se encontram sujeitas à altura do artigo. As observações mais interessantes e inclusivamente mais surpreendentes nesta aproximação tendencialmente técnica prendem-se com as intenções colectivizantes que o projecto e o edifício apresentavam e que, à excepção do jardim [fig. 2.50], não tinham surtido efeito⁶⁵⁵. A zona de lavagens comuns tinha sido transformada em escritório, a zona de convívio com terraço na cobertura estava abandonada e a zona de brincadeiras no piso térreo não era utilizada⁶⁵⁶. Esta constatação não nos surpreende hoje, dado o grupo socioeconómico a que se destinava este edifício. O que surpreenderá é algum optimismo e até ingenuidade dos projectistas, suportados pelo

⁶⁵² Gomes, "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres", pp. 23-30e Idem, *O Bloco das Águas Livres. Apreciação crítica de edifícios*.

⁶⁵³ Gomes, "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres", p. 23.

⁶⁵⁴ As secções do artigo são: Conjunto e disposição da obra, Acessos e circulações no edifício, Instalações, serviços e equipamento, Protecção acústica do edifício, Tratamentos de isolamento térmico, Acabamentos do edifício e Estrutura do edifício principal.

⁶⁵⁵ Nuno Teotónio Pereira, juntamente com o engenheiro Gastão Riçou, já propusera sem consequências para a zona das Avenidas Novas, em 1951, uma solução onde o tratamento de roupa colectivo, as condutas centralizadas para recolha do lixo ou as galerias se encontravam presentes (Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, pp. 130-131).

⁶⁵⁶ Gomes, "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres", pp. 23-24.

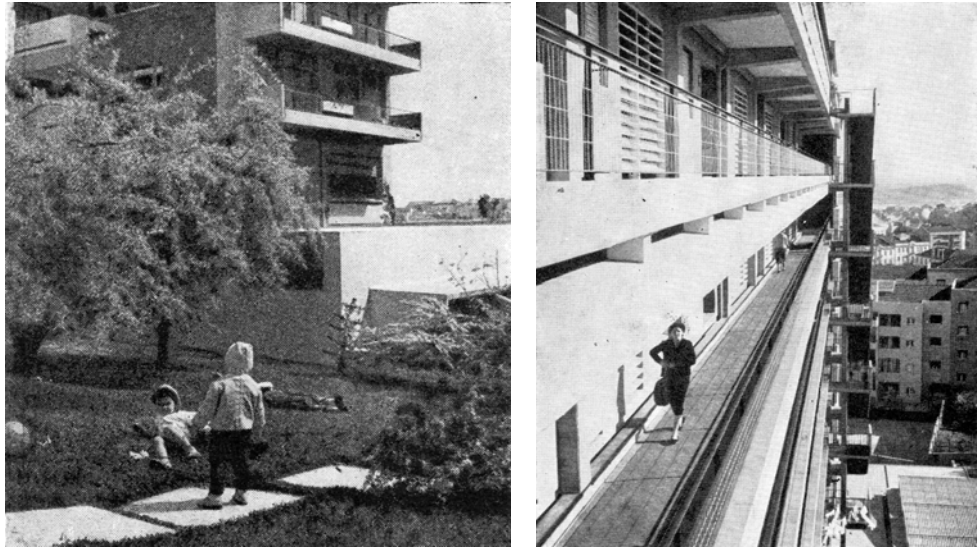


fig. 2.50 e 2.51 – Jardim e galeria de serviço no lado poente do edifício. Nuno Teotónio Pereira e Bartolomeu Costa Cabral, “Bloco das Águas Livres”, *Arquitectura*, n.º 65, Jun. 1959, pp. 4 e 31.

encomendador, que suponham que estas famílias de classe média-alta alterassem, colectivizando-se ou colectivizando as actividades das suas criadas, tradições urbanas já estabelecidas e solidificadas. A proposta, reconhecida por Ruy Gomes no edifício das Águas Livres, de se pretender “constituir [como] uma comunidade habitacional”⁶⁵⁷ ultrapassaria em muitos aspectos as expectativas dos futuros moradores.

Outro elemento sobre o qual é levantada a questão da adequabilidade é a distribuição horizontal através de galerias [fig. 2.51]. Esta solução é defendida para situações muito específicas, como considera ser Ruy Gomes a habitação de baixo custo e as situações de fachadas orientadas a Norte, e por isso é sujeita a crítica, neste caso particular. Segundo o autor, a fachada com as galerias, a Poente, e ainda que recebendo um sol mais baixo, sofre de um sombreamento significativo em resultado desta opção. Como elementos coadjuvantes para esta situação surgem as escolhas dos materiais de revestimentos – pavimento e paredes – considerados demasiado escuros para que, por reflexão, se pudessem diminuir as limitações que a solução formal implica. Outra dúvida suscitada com este uso das galerias prende-se com o binómio intimidade/segurança⁶⁵⁸. A verificação destas duas condicionantes, que uma fachada livre de galerias pode satisfazer, encontra-se neste caso parcialmente comprometida pela relação franca, ainda que diminuída pela diferença de cotas, que se estabelece entre os vãos dos fogos e o espaço de distribuição horizontal.⁶⁵⁹

⁶⁵⁷ Idem, *Ibidem*, p. 24.

⁶⁵⁸ É importante sublinhar que as questões de privacidade e segurança associadas ao uso de galerias se encontrava presente nas tomadas de decisão de diferentes projectistas. Na proposta de José de Lima Franco e Manolo Gonzales para o n.º 4 da Av. António Pais (1953), em Lisboa, são os conjuntos de três degraus que resolvem a relação entre as galerias e os acessos aos fogos (ver: Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, pp. 110-111).

⁶⁵⁹ Gomes, “Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres”, p. 24.

As condições de habitabilidade específica dos fogos não são abordadas estritamente, mas quando existe necessidade de as cruzar com outras aproximações, surge então o sentido da sua referência. São identificados “aspectos menos satisfatórios na planta das habitações” – excesso de zonas de circulação ou desequilíbrio entre espaços contíguos – que, segundo Gomes, poderiam ter sido melhor resolvidos, considerando a liberdade permitida pelo projecto da estrutura⁶⁶⁰. Ainda assim, possivelmente por consciência da exterioridade à disciplina em causa, estas avaliações não são tão aprofundadas ou sistemáticas como outras das suas análises.

Colocando-se face a este trabalho, designado pelo próprio de crítica, com uma óbvia intenção de cumprir o seu propósito de a fazer como “actividade criadora”⁶⁶¹, Ruy José Gomes encerra-o apelando ao esclarecimento como base desejável de um trabalho como este. Em continuidade com esta postura surgem, no final do artigo, os “esclarecimento dos projectistas a alguns dos aspectos focados na crítica”. Nestes são explicados alguns detalhes sobre as caldeiras, as instalações de gás e eléctrica, o uso da fibra de madeira aglomerada com cimento em revestimento e a evacuação dos lixos⁶⁶². Estes esclarecimentos fixam-se nos temas mais estritamente técnicos e não procuram ensaiar respostas às questões de avaliação programática, projectual ou de vivência do edifício.

A proposta crítica do engenheiro Ruy José Gomes não pode ser considerada em absoluto como fundacional mas, pela sua dimensão e pela autoria exterior à arquitectura, parece-nos um momento de referência e de charneira. Ainda da década de 1950, é importante tratar alguns dos artigos de autores como Nuno Portas ou Carlos S. Duarte, publicados pela *Arquitectura*, que, dedicados a avaliar obras de arquitectura doméstica portuguesas e estrangeiras, consolidam a análise deste ponto de partida na marcação de uma mudança de prática e de envolvimento da escrita com o projecto e a obra. A deslocação do paradigma opinativo ou, na melhor e pontual das hipóteses, tratadístico para o necessário paradigma crítico estava a acontecer e a surgir desenhado por cada um dos textos que vão exercitando esta prática em amadurecimento.

Em 1954 é publicado um artigo dedicado a um conjunto que se constitui como referência inevitável no estudo da arquitectura desta década. Os “Blocos de habitação na célula 8 do Bairro de Alvalade, Lisboa”, mais conhecidos como Bairro das Estacas [fig. 2.52 e 2.53], são um conjunto da autoria dos arquitectos Formosinho Sanches e Ruy Atouguia, a que já nos referimos anteriormente relativamente à sua apropriação imagética por parte de uma certa propaganda oficial⁶⁶³. A maioria dos artigos que iremos analisar separa claramente os autores do projecto da leitura crítica efectuada e assinada de

⁶⁶⁰ Idem, *Ibidem*, p. 30.

⁶⁶¹ Idem, *Ibidem*.

⁶⁶² Nuno Teotónio Pereira; Bartolomeu Costa Cabral, “O Bloco das Águas Livres. Esclarecimento dos projectistas a alguns dos aspectos focados na crítica do Eng. Ruy Gomes”, *Arquitectura*, n.º 65, Jun. 1959, p. 31.

⁶⁶³ Ver o subcapítulo “5.6.1. A imagem oficial”.

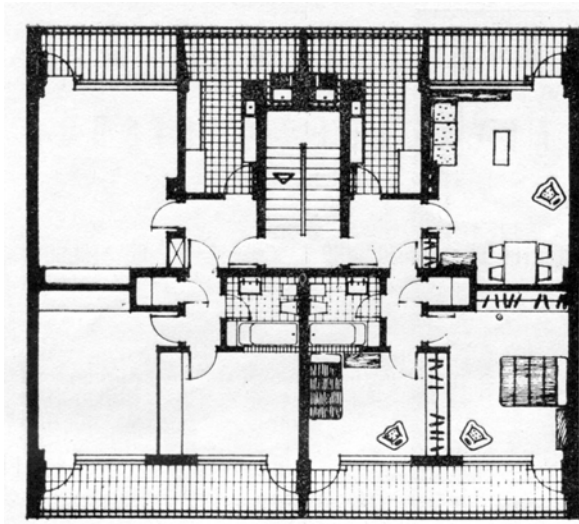


fig. 2.52 e 2.53 – Piso tipo e vista geral. Formozinho Sanches e Ruy de Atouguia, “Blocos de habitação na célula 8 do Bairro de Alvalade, Lisboa”, *Arquitectura*, n.º 53, Ano XXVI, 2.ª série, Nov.-Dez. 1954, pp. 5 e 3.

modo inequívoco por autores exteriores ao mesmo. A não assinatura do texto lança alguma confusão que o seu conteúdo dissipa. O interesse pela apresentação deste artigo prende-se com o facto de, ainda que sendo anterior ao momento considerado de ruptura, acontecido no final dos anos 1950, surgir com uma dimensão de texto de enquadramento do projecto maior do que vinha sendo a prática mais comum e, cujo carácter lacónico do que era escrito, pouco explicava do essencial dos projectos apresentados⁶⁶⁴. Outros elementos, porém, prendem-no ainda a um momento do processo onde a consistência do discurso que se constrói não é completamente devedora de uma aproximação estruturada e suportada por uma aproximação predeterminada ao acontecimento arquitectura como conhecimento.

Neste texto, para lá da descrição de enquadramento das opções urbanas e arquitectónicas, são lançadas algumas pistas de valorização objectiva, surgindo mais enfáticas as discordâncias em relação às decisões dos arquitectos responsáveis pelo projecto em diversas escalas. Pelo lado positivo, são apontadas a unidade do projecto e, em sentido genérico, as opções urbanas. Quando surgem, as críticas desfavoráveis são mais acutilantes e precisas. São referidos aspectos como certa pobreza do carácter do conjunto, a proximidade excessiva entre as fachadas que se viram para o centro da intervenção, o desaproveitamento dos topos dos edifícios virados a Sul, o défice de estacionamento considerando o número de fogos do conjunto ou os problemas de insolação nas habitações destinadas às porteiras. Relativamente às observações que dizem respeito às condições e proposições de habitar, o artigo é escasso, não se desenvolvendo sobre as opções de espaço doméstico.

⁶⁶⁴ Como é referido nem sempre da leitura do artigo fica clara a autoria do mesmo e o tom questionador utilizado deixa excluída a possibilidade de ser dos projectistas, Formozinho Sanches e Ruy de Atouguia. Considerando a responsabilidade da coordenação deste número da revista *Arquitectura*, que coube a Celestino de Castro e Hernâni Gandra, é possível propor, sem demasiados riscos, que sejam estes quem assinem, sem o fazerem, o texto que apresenta criticamente este Bairro das Estacas.

Finalmente, a fechar o artigo, são sublinhadas as dificuldades reconhecidas de concretizar em obra as intenções do projecto, assim como a necessidade de, noutros casos, a CML e os autores conseguirem estabelecer um diálogo mais profícuo durante o desenvolvimento das obras que valorize as opções de projecto, evitando a sua rejeição por falta de comunicação.⁶⁶⁵

O tom utilizado aproxima este artigo mais de um acto mordaz do que de uma crítica sólida e estruturada como as que se poderão assistir posteriormente. Ainda assim, a relevância prende-se também com a considerável quebra de uma prática que se estendia do apontamento telegráfico às, nas mais esforçadas hipóteses, valorizações excessivas e acrílicas das obras apresentadas. Sendo que, esta última situação, resultava de do facto de muitas vezes os próprios autores, escudados pela suposta anonimidade dos seus textos, se colocarem numa posição de excessivo ênfase face às virtudes das suas próprias produções.

Carlos S. Duarte, em 1957, dedica-se a apresentar três obras do arquitecto italiano Mario Ridolfi. O artigo começa com a referência ao biólogo Patrick Geddes (1854-1932) que, no contextos das suas preocupações urbanas, defende que um arquitecto antes de propor uma resposta deveria habitar no sítio da implantação alguns meses, para assim garantir a compreensão das coisas e dos homens desse local. Em continuação, Duarte corrobora a crítica efectuada por muitos ao Movimento Moderno, no sentido de ser necessário rever-se o seu sentido universalista e de se encontrar um processo de relacionamento deste com a “tradição perdida e procurar continuidade histórica numa visão cultural renovada”. Destes novos tempos, o autor refere os perigos dos novos eclectismos ou de um naturalismo sem capacidade de reconhecer a proximidade existente entre o pitoresco encontrável nas arquitecturas regionais e a estagnação nele reflectida. De um e de outro perigo, o arquitecto Mario Ridolfi e a sua prática, surgem, segundo Carlos Duarte, excluídos.⁶⁶⁶

Tal como muitos artigos sobre autores estrangeiros publicados nas revistas portuguesas, também este arquitecto e as suas obras surgem através da referência de uma publicação estrangeira. Neste caso, os elementos gráficos e as citações explícitas do conteúdo chegam através de um artigo de Vittorio Gregotti (n. 1927) publicado na italiana *Casabella-Continuità*⁶⁶⁷, mas existe a preocupação efectiva de, para além desta relação com o artigo génese, se construir uma proposta de leitura que se quer como uma mais-valia por si mesma. Encontramos três níveis de informação que ajudam a clarificar a aproximação escolhida e que separam descrições, textuais ou através das imagens, das intervenções reflexivas do autor português. Na proximidade com as três obras apresentadas surgem pequenos

⁶⁶⁵ s.a., “Blocos de habitação na célula 8 do Bairro de Alvalade, Lisboa”, *Arquitectura*, n.º 53, Ano XXVI, 2.ª série, Nov.-Dez. 1954, pp. 3, 5 e 23.

⁶⁶⁶ Duarte, “Três obras de Mário Ridolfi”, p. 22.

⁶⁶⁷ Vittorio Gregotti, “Alcune recenti opere di Mario Ridolfi”, *Casabella-Continuità*, Out.-Nov. 1955 apud Idem, *Ibidem*, p. 15.

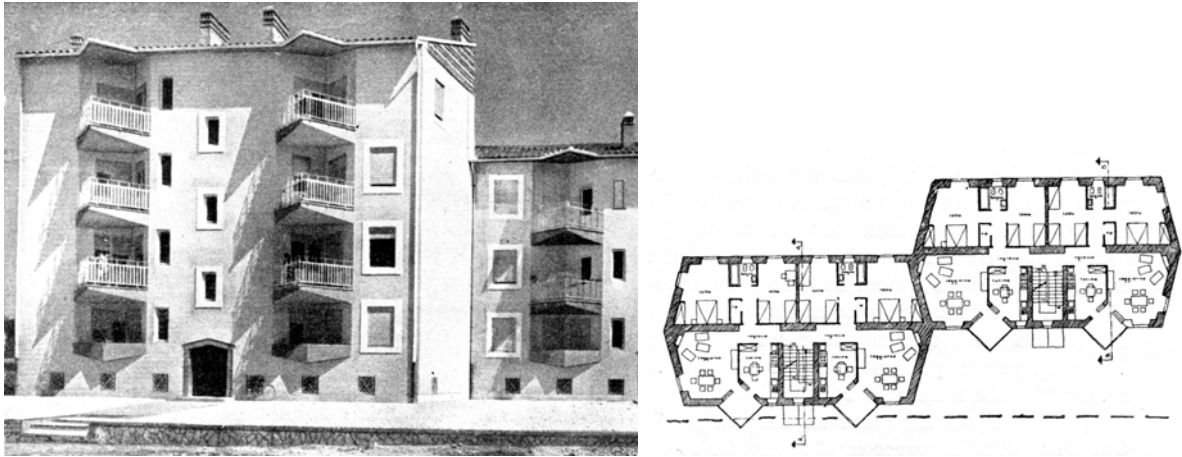


fig. 2.54 e 2.55 – Vista geral e piso tipo, casas nos arredores de Terni. Carlos S. Duarte. Três obras de Mário Ridolfi. *Arqitectura*, n.º 57/58, a. XXVII, II série, Jan.-Fev. 1957, p. 22.

textos, cujo peso gráfico lhes retira primazia, onde se encontra uma explicação programática genérica sobre as mesmas, e inequivocamente separados do que é o corpo do texto principal, onde Carlos Duarte fixa a sua aproximação às obras de Ridolfi.

Como já referimos, as obras de Mario Ridolfi apresentadas são três e todas são programas habitacionais para a cidade de Terni, a cerca de 100 km a norte de Roma, ou para os seus arredores. As variações entre elas são parte do interesse na sua análise: um edifício no centro da cidade com lojas, escritórios e habitação, casas integradas no processo INA-Casa nos arredores [fig. 2.54 e 2.55] e uma casa unifamiliar igualmente nos arredores. As especificidades programáticas e de implantação promovem um discurso, dividido entre Duarte e Gregotti, sobre as características que as opções arquitectónicas carregam, ora mais vernáculas, ora mais eruditas. Em resposta ao programa de habitação colectiva no contexto da INA-Casa para os arredores de Terni, Ridolfi propõe, segundo o artigo, uma “deliciosa interpretação de arquitectura regional”, onde é sublinhado o desejo de respeitar a paisagem enquanto acontecimento cultural. Por sua vez, o edifício urbano surge actualizando um universo formal de cariz clássico a que a estrutura aparente dá voz. Este processo de reconhecimento de genealogias distintas faz com que, para o último dos exemplos apresentados, uma habitação unifamiliar, o arquitecto italiano recorra à expressão “vigorosa e séria” da arquitectura românica local.⁶⁶⁸

Este artigo de Carlos S. Duarte coloca-se numa encruzilhada entre as obras apresentadas, o arquitecto analisado, o enquadramento histórico que considera aplicável e a sua própria posição face ao fazer arquitectónico adequada à época. Ao trabalhar com um universo alargado de informação e conhecimento, Duarte consegue colocar-se face à arquitectura de um modo que esquiça uma aproximação mais densa e estimulante, procurando reconhecer o que será um procedimento correcto

⁶⁶⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 24-25.

frente à equação que a arquitectura sua contemporânea deve procurar resolver, num confronto entre a herança do Movimento Moderno e a pluralidade de possibilidades com que esta se cruza. Apesar de não ser um texto muito extenso e de se suportar nalguns momentos na aproximação efectuada por Vittorio Gregotti, não deixa de esboçar uma intenção de crítica que identifica um caminho que se está a delinear. Os temas específicos ao habitar ficam igualmente por aprofundar, sendo mais relevantes as questões que organizam as opções de vocabulário, neste limiar da história da arquitectura aqui identificado.

Também dedicando atenção à produção, italiana Nuno Portas publica "Carlo Scarpa. Um arquitecto moderno em Veneza", no mesmo ano⁶⁶⁹. Com um texto que serve de modo notável como introdução ao modo de fazer mais do que à arquitectura estrita de Scarpa, Portas sublinha a complexidade e o dinamismo encontrados nas opções com que o arquitecto veneziano responde às especificidades de cada detalhe e de cada espaço. Uma das características mais interessante, sublinhadas pelo autor prende-se com uma discussão que já se percebe como estruturante dessa geração de arquitectos italianos e recorrente no panorama português: a relação do projecto com o que precede a acção do arquitecto. Como afirma Portas, Scarpa "precisa do ambiente pré-existente" e esta existência externa e que antecede é um "condicionalismo fértil"⁶⁷⁰. Mais uma vez, a acutilância de Nuno Portas na reflexão sobre a arquitectura concentra-se com muito relevo nos temas do método. A fechar o artigo, salienta a oportunidade que representa o exemplo deste arquitecto italiano mas, recusando quaisquer imitações formais superficiais, defendendo a necessidade de procurar a "lição do seu método de criação", num momento crítico em que a arquitectura se debate com a revisão do seu percurso, numa procura de evolução sustentada por uma necessária e "corajosa autocrítica"⁶⁷¹. Neste exemplo, paralelamente à ousadia de trazer um arquitecto de forte densidade de desenho para um contexto ainda devedor de uma tardia aprendizagem do racional e do despojamento, assiste-se ao cruzamento entre o que é a matriz de pensamento arquitectónico de Nuno Portas e os conhecimentos históricos que lhe dão suporte. Este equilíbrio capaz de transmitir, a quem lê, inquietações, desejos, apreciações e conhecimentos efectivos sobre a arquitectura, é uma proposta de leitura que reflecte e é igualmente a identificação de um caminho para a arquitectura.

Nos artigos que surgem nos últimos anos da década de 1950, é importante avaliar as diferenças de discurso que resultam das diferentes tendências dos autores das obras arquitectónicas em análise, em busca de confirmação uma maior facilidade discursiva que o afastamento geográfico e pessoal permite no caso de obras estrangeiras. No final de 1957 Carlos S. Duarte escreve sobre os recentes blocos de

⁶⁶⁹ Portas, "Carlo Scarpa. Um Arquitecto Moderno em Veneza", pp. 23-28.

⁶⁷⁰ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁶⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 28.

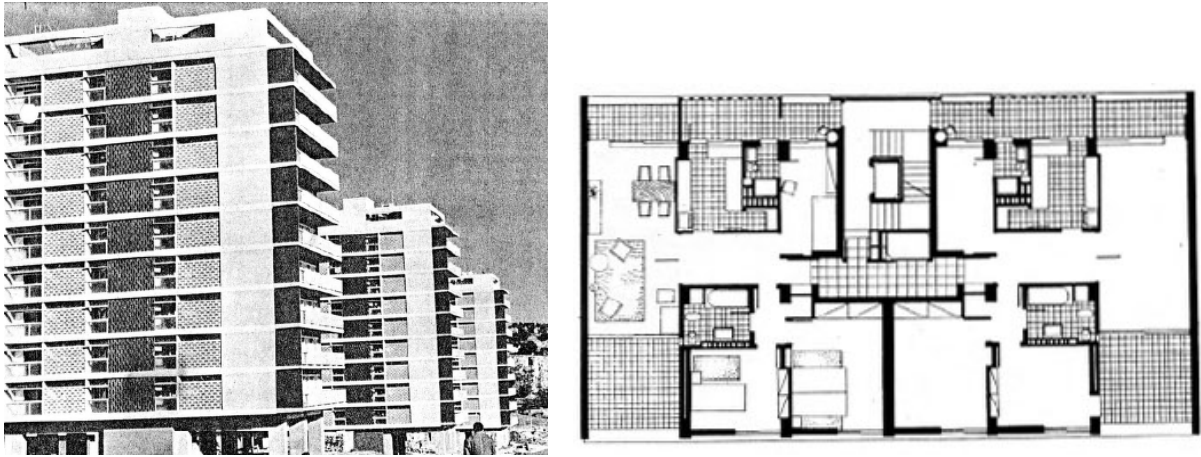


fig. 2.56 e 2.57 – Vista geral e planta tipo do prédio intermédio, Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves, “Blocos na Avenida dos Estados Unidos da América”, *Arquitectura*, n.º 61, Dez. 1957, pp. 21 e 20.

habitação colectiva construídos na avenida dos Estados Unidos da América, em Lisboa. Estes cinco edifícios, da autoria da equipa constituída pelos arquitectos Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves, resolvem o acompanhamento da rua contrariando o quarteirão tradicional com blocos de inspiração moderna colocados perpendicularmente à avenida, oferecendo quatro zonas de estar público entre edifícios, cuja finalidade de serviço à população incluía a intenção de aí implantar jardins, campo infantil de jogos, lojas, creche e biblioteca pública [fig. 2.56]. Na parte introdutória do artigo é referida a política actualizada da CML que, investindo em jovens arquitectos, vai produzindo cidade nova e novos edifícios de habitação que diligenciam a actualização da capital de acordo com lógicas projectuais e urbanas que entram em ruptura com a cidade tradicional que construíra genericamente Lisboa. Paralelamente a este exemplo de Laginha, Cid e Esteves são identificados os edifícios do Bairro das Estacas, em Alvalade, de Formosinho Sanches e Ruy Atouguia [fig. 2.52 e 2.53] e os da Avenida Infante Santo, de Alberto Pessoa, Hernâni Gandra e João Abel Manta, como outros que colaboram na configuração da mudança de visão e de atitude referida⁶⁷². Efectivamente, enquanto objectos fazedores de acontecimentos urbanos, não restam dúvidas sobre a ruptura encetada por eles no desenho da cidade.

O projecto é apresentado com elementos objectivos, em letra de corpo mais pequeno, acompanhado por algumas das fotografias. Tal como Carlos S. Duarte já fizera para o artigo sobre as obras de Mario Ridolfi, o documento estrutura a informação em idênticos três níveis, marcando claramente as diferenças entre o que é escrito pelo autor do artigo e o que serve de apoio: fotografias e desenhos e características dos edifícios. Nestas últimas, surgem apontamentos que se aproximam de tomadas de posição, mas reduzidas em dimensão e amplitude, referem-se ao desenvolvimento de um qualquer dado anteriormente apresentado.

⁶⁷² Carlos S. Duarte, “Blocos na Avenida dos Estados Unidos da América”, *Arquitectura*, n.º 61, Dez. 1957, p. 18.

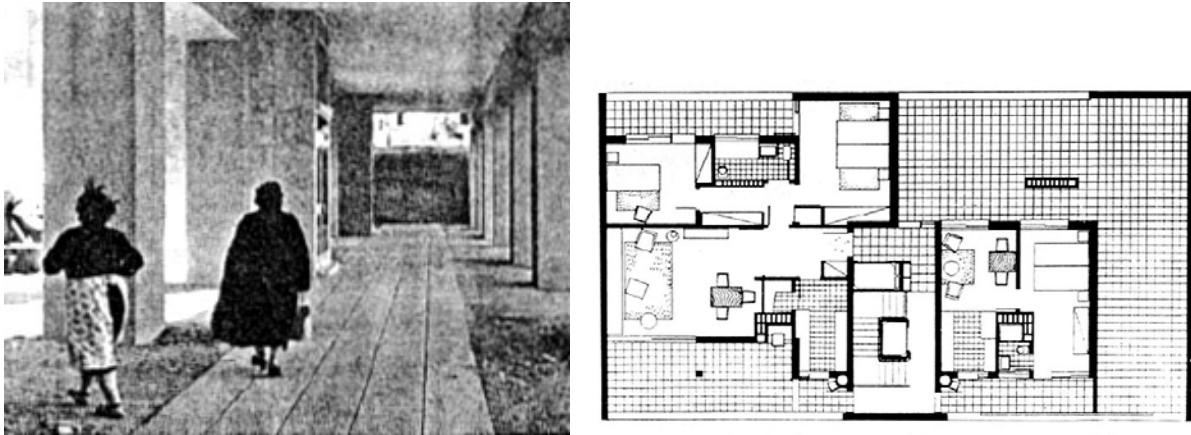


fig. 2.58 e 2.59 – Vista piso térreo e planta do andar recuado, Manuel Laginha, Pedro Cid e João Esteves, “Blocos na Avenida dos Estados Unidos da América”, *Arquitectura*, n.º 61, Dez. 1957, pp. 19 e 20.

Depois de contextualizar os edifícios na produção recente e na tradição urbana, lisboeta Carlos Duarte começa por efectuar um pequeno comentário, criticando a falta de equipamentos que completariam estas “pequenas unidades residenciais” e que funcionariam como centros de vida social do conjunto. Mais à frente são apontados mais três reparos negativos à obra. Primeiro é referida a orientação solar que, sendo preferencialmente Nascente e Poente nestes edifícios, é defendida como mais aconselhável a Sudeste e a Sudoeste. Na escala do edifício, surge o reparo às grelhas de betão vazado utilizadas nas caixas de escadas e que podem potenciar condições pouco acolhedoras de vento, chuva e frio durante o Inverno. Relativamente ao fogo, é criticado o desenho da sala comum. A sua configuração paralelepipedica, continuada e terminada em ambos os topos por varandas ou terraços de profundidade variável, é reprovada por expor excessivamente através destas duas fachadas a vida familiar ao olhar exterior. Este espaço, “onde se passa grande parte da vida familiar”⁶⁷³, assim desenhado, é considerado como propiciador de escassa intimidade, deste modo, contrariando o expectável abrigo, face ao espaço público circundante e às fachadas próximas dos outros edifícios do conjunto.

As virtudes encontradas, grandes no entender do autor, referem-se principalmente ao que chama os aspectos habitacionais. Num conjunto cujas “leveza e transparência”, associadas à unidade e equilíbrio formais são, facilmente apreciadas por quem por ele passa. A opção pela elevação dos volumes e afastamento às circulações automóveis oferecem grande parte da superfície disponibilizada às circulações pedonais, acessos aos edifícios [fig. 2.58] e outros eventuais equipamentos de apoio⁶⁷⁴.

⁶⁷³ Idem, *Ibidem*, p. 22.

⁶⁷⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 18-19.

Se a tomada de posição urbana é considerada actualizada e procura demonstrar modernidade, as opções de configuração do espaço doméstico não seguem obrigatoriamente esta vontade⁶⁷⁵. Para além da solução para a sala comum, a análise de Carlos Duarte não se debruça especificamente sobre as propostas de habitar apresentadas por estes edifícios, mas alguns apontamentos parecem-nos merecedores de nota por configurarem este desfasamento de actualidade reconhecível entre o carácter do edifício e as opções urbanas, por um lado, e o desenho do espaço doméstico, por outro. A existência de um quarto de empregada interna reflecte o ponto de incerteza que em relação ao espaço e às intencionalidades do habitar diziam respeito, reflexo dos padrões de comportamentos sociais vigentes [fig. 2.57]. Merece atenção esta decisão em fogos cujo limite de valor por m² é, para a época, considerado de baixo custo e do qual resulta, segundo é afirmado, a modéstia dos acabamentos dos mesmos. Se o autor do artigo não sujeita a proposta de modo de habitar a qualquer tipo de comentário, algumas das opções relativas ao desenho dos fogos e de carácter mais funcional são apontados positivamente; entre outros são referidos os amplos armários colocados nos quartos, a ventilação forçada e a iluminação natural das casas de banho e a existência de condutas de lixo⁶⁷⁶.

Associada a esta ideia de vida familiar que incluía ainda apoio doméstico interno, surge uma cozinha cujo desenho encerrado, espaçoso e funcional, reforça esta separação de funções cumpridas à porta fechada. A excepção a esta situação de separação entre cozinha e sala comum acontece num dos dois fogos que têm igualmente ausência de quarto de empregada. Os apartamentos mais pequenos, existentes no último piso recuado, incluem um generoso terraço emoldurado e protegido por uma parede limitadora e respondem a outro tipo de famílias. Um deles, com dois quartos, repete de modo reduzida a fórmula dos restantes. O outro, de desenho compacto e simplificado, tem um quarto com instalação sanitária, uma sala comum mais pequena e uma cozinha contígua a esta última [fig. 2.59]. A tipologia deste fogo, em tudo diferente dos restantes, permite que seja criado um ambiente doméstico mais concentrado, destinando-se seguramente ao alojamento da porteira.

Como enquadramento para esta questão da persistência de um modelo de cozinha encerrado, virado para si próprio e para, quando existem, os seus complementos – quartos e instalação sanitária da empregada, copa, despensa e zona de tratamento de roupas – é claramente identificável no estudo da habitação colectiva anónima da capital, realizado por Ricardo Agarez, uma prevalência⁶⁷⁷. Neste seu trabalho sobre centena e meia de exemplos dos anos 1950, é reforçada uma manutenção de modelo de espaço que suportaria um modo de estar igualmente teimoso: só cerca de 6% dos exemplos

⁶⁷⁵ Este avanço a dois tempos distinto – carácter do edifício e propostas de habitar – é claramente identificado no trabalho dedicado aos anos 1950 lisboetas de Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, pp. 300-302.

⁶⁷⁶ Duarte, "Blocos na Avenida dos Estados Unidos da América", p. 20.

⁶⁷⁷ Agarez, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*, pp. 10, 111, 128, 139, 151, 155, 159, 205 e 206.

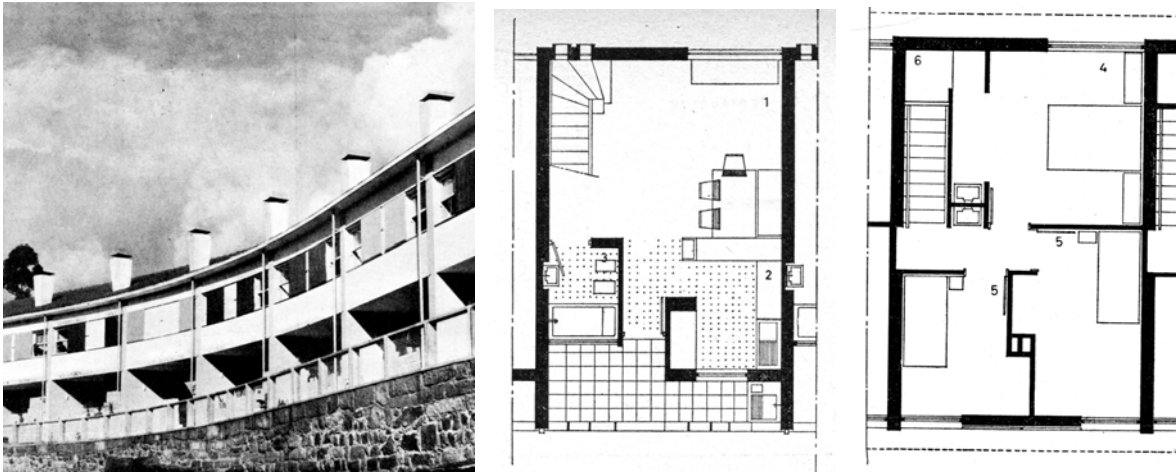


fig. 2.60, 2.61 e 2.62 – Vista geral e plantas dos pisos 1 e 2 do 1.º grupo, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, “Habitações Operárias em Ponte de Pedra”, *Arquitectura*, n.º 63, 1958, p. 40 e s/p.

estudados apresentam soluções que passam pelas kitchenettes de autonomia variável, separação entre a cozinha e a zona comum através de balcão, passa-pratos ou objectos móveis capazes de sofrerem quaisquer mudanças desejadas pelos habitantes. A primeira das soluções é a que colhe maior preferência neste contexto e encontra-se, naturalmente, associada a tipologias de fogos mais pequenos e onde se procura a maximização da rentabilidade associada ao prédio de rendimento.

No final de 1958, Nuno Portas publica um artigo no qual se dedica à análise das “Habitações operárias em Ponte da Pedra”, nos arredores do Porto, da autoria de Arménio Losa e de Cassiano Barbosa. Em contexto programático e cultural muito distinto do caso anteriormente apresentado, são analisados pelo autor as circunstâncias gerais de implantação e enfatizada a inadequabilidade da mesma. Imposta aos arquitectos pelo promotor, a proximidade excessiva ao conjunto fabril é apontada como negativa pelas repercussões óbvias resultantes desta imediação, mas também por implicar a diminuição das possibilidades de expansão futura do conjunto. Com especial cuidado e acutilância são reflectidas as condicionantes à vida familiar estabelecidas pela proposta arquitectónica em causa, ou melhor, pelas duas propostas de espaços domésticos em causa. Apesar de, numa leitura rápida, as duas soluções se assemelharem muito, Nuno Portas efectua sobre as diferenças que encontra observações que denotam a sua sensibilidade a estas variações que respeitam especificamente as zonas social e de serviços dos fogos⁶⁷⁸.

As pequenas unidades organizam-se em dois grupos, correspondentes aos dois corpos do conjunto e cujas diferenças surgem impostas pela resposta à implantação e às suas variações de configuração e cotas altimétricas, numa procura de obter uma identidade unitária na totalidade do conjunto. O primeiro grupo de fogos corresponde ao corpo curvo e é constituído por dois pisos [fig. 2.60],

⁶⁷⁸ Nuno Portas, “Habitações Operárias em Ponte de Pedra”, *Arquitectura*, n.º 63, 3.ª série, Dez. 1958, pp. 40-41.

enquanto que o segundo ganha um piso e surge como edifício paralelepípedo. Nos pisos dedicados ao período nocturno as soluções são muito aproximadas sendo a única variação significativa a existência ou não da instalação sanitária neste piso. No primeiro dos grupos esta é colocada no piso dedicado às tarefas diurnas e, no segundo, transfere-se para junto dos quartos [fig. 2.61-2.63].



fig. 2.63 e 2.64 – Plantas dos pisos 1 e 2 do 2.º grupo, Arménio Losa e Cassiano Barbosa, “Habitações Operárias em Ponte de Pedra”, *Arquitectura*, n.º 63, 1958, s/p.

As diferenças são mais acentuadas nas restantes zonas dos fogos. No desenho do primeiro encontramos as galerias de acesso construindo um incentivo à continuidade vicinal que, segundo Portas, seria a solução mais satisfatória e adequada ao grupo alvo. Também nesta solução a relação entre a cozinha e a sala é mais franca, sendo a separação feita através de um balcão aberto onde, contiguamente para o lado da sala, surge a mesa de refeições [fig. 2.61]. Esta abertura desimpedida entre os espaços aproxima-se, segundo o autor, “das necessidades de vida das classes populares, diminuindo o isolamento de quem trabalha nas tarefas domésticas”, onde participar, ver e ser visto se torna possível e desejável.⁶⁷⁹

Para Nuno Portas, algumas das decisões que configuram o segundo grupo de fogos “sugere noção de vida oposta” à anterior. A fragmentação da zona de entrada e a criação de uma eventual zona de relação vicinal no piso mais baixo, criado por debaixo do de acesso principal, é menos eficaz do que o desejado. Salienta ainda o desaparecimento da relação efectiva entre a cozinha e a sala comum que não permite, assim, que a proximidade se concretize entre quem está dedicado às tarefas domésticas e os restantes membros da família que permaneçam na sala comum [fig. 2.64]. Em ambas as soluções, é criticada a dificuldade de colocação de uma pequena mesa de refeições no interior da cozinha, situação que, como já se viu em estudos referidos anteriormente, é valorizada principalmente aquando da tomada de refeições nas quais não participa o designado chefe de família⁶⁸⁰.

A aproximação muito própria que encontramos por parte de Nuno Portas a este conjunto suporta-se nas suas próprias convicções sobre o habitar social e organiza-se segundo coordenadas dominantes que devem ser tidas em conta na obtenção de soluções destinadas às camadas rurais e operárias e que

⁶⁷⁹ Idem, *Ibidem*, p. 41.

⁶⁸⁰ Ver subcapítulo “5.6.5. A avaliação do espaço doméstico” (Leite; Vieira, “Integração das refeições na cozinha para as habitações categoria I”, pp. 485-490).

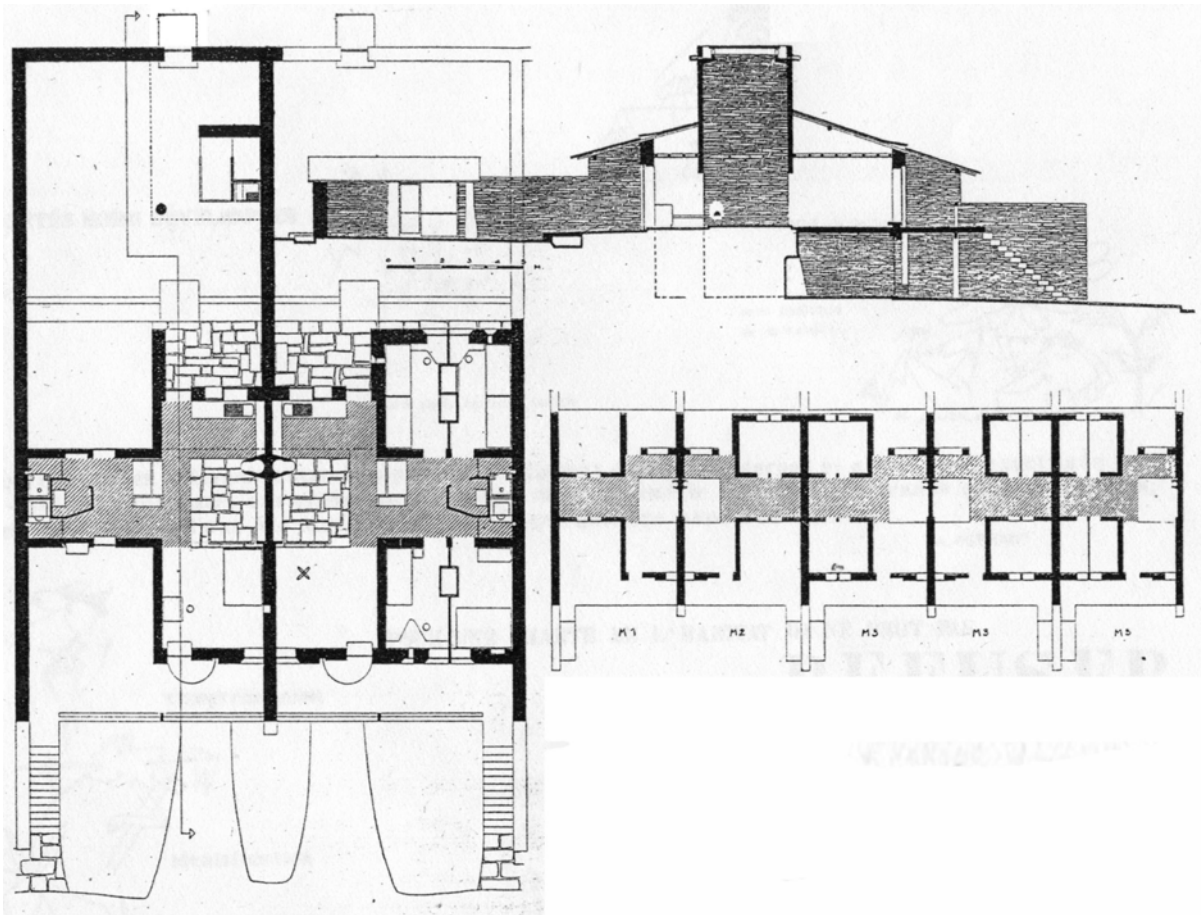


fig. 2.65 – Painel 3 (excerto), solução pormenorizada. Alfredo Viana de Lima; Fernando Távora; Octávio Lixa Filgueiras, “X Congresso CIAM”, *Arquitectura*, n.º 64, 3.ª série, Jan.-Fev. 1959, p. 27.

resultam clarificadas na comparação entre as duas variações da proposta de Arménio Losa e Cassiano Barbosa. Por um lado, deve ser respeitado e incentivado o intenso convívio vicinal, tanto para adultos como para as crianças. Por outro, a posição central da presença da dona de casa, ou de quem é responsável pelas tarefas domésticas, deve ser considerado e o desenho nas zonas que se articulam com estas mesmas tarefas devem ter especial atenção à abertura desejável⁶⁸¹.

A questão levantada sobre a amplitude visual e vivencial exigível aos espaços comuns da casa, incluindo a zonas das tarefas domésticas, para reduzir o isolamento e a estigmatização de quem cumpre as ditas tarefas – habitualmente a mulher – encontra numa proposta especulativa, igualmente para contexto rural, um contraponto relevante. A proposta da equipa portuense, liderada por Alfredo Viana de Lima, Fernando Távora e Octávio L. Filgueiras apresentada no X Congresso CIAM, que se realizou em 1956, em Dubrovnik, consistia num “Habitat rural. Nouvelle communauté agricole”. A base da proposta é, segundo os autores, o inquérito realizado por alunos da ESBAP na zona de

⁶⁸¹ Portas, “Habitações Operárias em Ponte de Pedra”, p. 42.

Trás-os-Montes e Alto Douro⁶⁸², e que estes teriam acompanhado de perto. Para além da multiplicidade de variações para maior adequação aos diferentes agregados familiares, a proposta de organização do espaço doméstico [fig. 2.65] fixa-se ao redor do grande lugar da lareira que a enfática chaminé acolhe. Esta encontra-se em contiguidade efectiva com as zonas de realização das refeições e seus apoios, assim como com as de estar e de tomada de refeições, concretizando a prática cultural de reunião da família ao redor do fogo.⁶⁸³

Nesta visão do habitat desejado que transparece pelo que se escreve sobre o que projecta e constrói, as questões e as preocupações surgem dispersas. Eventualmente motivada por uma herança de prática activa, a abertura das zonas comuns de lazer e de trabalhos domésticos entre si, preocupação objectivamente modernizante, estará mais próxima de ser viabilizada tanto quanto os contextos forem menos urbanos. Nas situações declaradamente urbanas, as opções mais informais dependem da colocação ou não dos projectos nos limites: das tipologias, da rentabilização. A persistência do pequeno conjunto para a residência da empregada doméstica a tempo inteiro é mais caracterizadora do modelo familiar que tende a perpetuar-se, mas que funciona também como aspiração da burguesia ocupante dos novos territórios da cidade, igualmente burguesa.

Na atenção dedicada à arquitectura e à reflexão sobre ela, a situação que encontramos ao fechar da década de 1950 é a de início de um percurso empenhado na construção de um discurso crítico consistente. Os autores emergentes, preocupados com esta necessidade de acercamento e de responsabilização da arquitectura, procuram responder aos tipos de aproximação que encontram em publicações estrangeiras, ultrapassando a cópia e produzindo artigos que se querem autónomos, intelectualmente comprometidos e que sejam tidos em conta e relevantes para o panorama arquitectónico português desses anos. As variações sobre enfoques, preocupações e relevâncias prendem-se com as constituições mentais de quem escreve e com os seus interesses enquanto projectista e/ou investigador. A densidade e o espírito crítico surgem directamente relacionados, principalmente no caso de Nuno Portas, com as investigações que se encontra a realizar à época, como o seu trabalho apresentado para CODA, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, onde reflectiu sobre a relação entre as estruturas familiares e o desenho dos fogos data de final desta década de 1950.

⁶⁸² Trabalho realizado no contexto do "Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa", conduzido pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos entre 1955 e 1960. A Zona 2, relativa a Trás-os-Montes tem a coordenação de Octávio Lixa Filgueiras, Arnaldo Araújo (1925-1982) e Carlos Carvalho Dias (*Arquitectura Popular em Portugal*, 1961)

⁶⁸³ Alfredo Viana de Lima; Fernando Távora; Octávio Lixa Filgueiras, "X Congresso CIAM", *Arquitectura*, n.º 64, 3.ª série, Jan.-Fev. 1959, pp. 21-28.

6.2. APROXIMAÇÃO A UMA TEORIA DA ARQUITECTURA

Antes de se avançar para o momento cronológico e de procedimento seguinte, onde as tentativas de produzir crítica arquitectónica se densificam e amplificam, parece-nos importante passar, ainda que de modo necessariamente incompleto, por um conjunto de trabalhos que se apresentam como propostas teóricas, procurando, o que à habitação diz especial respeito. A utilidade desta leitura prende-se com a tentativa de compreensão daquilo que suporta, em termos de estrutura de aproximação e de visão do mundo, o que se seguirá na prática da crítica aplicável aos edifícios de habitação.

Em 1952, o arquitecto Rafael Botelho (n. 1923) refere a inexistência de uma crítica da arquitectura portuguesa, ao contrário do que via acontecer noutras artes, reclamando a sua necessidade, por esta se constituir em “mola real no progresso da humanidade” e por contribuir para a “expansão de conceitos justos, de noções verdadeiras”, que considera essencial à existência de uma verdadeira cultura arquitectónica⁶⁸⁴. As noções e conceitos que refere podem ser enquadrados na procura de constituição de um modo de estar, ver e reflectir face à arquitectura, que esboça a construção de uma teoria que, efectivamente, tardou a surgir no país.

Poucos anos depois, Pedro Vieira de Almeida refere a pouca predisposição para a aceitação da crítica no contexto português, a que Botelho já chamara melindre. Em continuação, procura, de um modo mais sistemático, definir o comportamento que a dita crítica deve ter para si, afastando-se de uma compartimentação de certo modo facilitadora e “/er e ler procurando referenciais mais vastos do que aqueles que a obra directamente propõe”⁶⁸⁵. Referindo as duas indeterminações da crítica – a saber, aquela que diz respeito à obra criada e à do acto de *espectar*, no sentido de se ser espectador –, contrapomos as determinações reconhecíveis no texto: o diálogo que relaciona o acto de criticar ao de projectar e à realidade numa assumpção da “responsabilidade [e risco] da relatividade crítica”⁶⁸⁶. Neste sentido, Vieira de Almeida levanta correspondências que se constituem como preocupações de índole teórica, no sentido de construir uma visão inteligível entre os diversos mundos que o mundo da arquitectura abarca. A crítica surge como acção efectuada sobre a outra tripla acção predecessora – de projectar, construir e habitar – e propõe-se, assim, como contraponto, aquilo que as visões históricas e teóricas dão consistência.

⁶⁸⁴ Rafael Botelho, “A crítica e o melindre. Os preconceitos de classe e a falta de moral social”, *Arquitectura*, n.º 43, Ano XXIV, 2.ª série, Mar. 1952, p. 7.

⁶⁸⁵ Conjunto de artigos publicados no jornal *Capital* durante Junho de 1967 (Pedro Vieira de Almeida, “A técnica de avestruz e dois princípios de indeterminação crítica” in Pedro Vieira de Almeida. *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008 [1967], pp. 21 e 24).

⁶⁸⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 25-26.

Quando Nuno Portas, em 1959, se dirige à novíssima geração de arquitectos portugueses começa por fazer uma avaliação histórica crítica da herança do Movimento Moderno. Nessa análise dos mestres resulta a identificação de diferentes aproximações arquitectónicas que ultrapassam o formalismo e devem ser observadas do ponto de vista das distintas metodologias ou, como afirma, “no modo de conexão do acto criador com os processos de conhecimento da realidade”. Tal como Pedro Vieira de Almeida referira, também Nuno Portas afirma ser o diálogo a emergente responsabilidade dos jovens arquitectos. Segundo Portas, ao projecto, enquanto “formação do espaço”, compete a resposta a uma “procura minuciosa das necessidades humanas”, na qual as “ambiguidades e contradições das exigências pessoais e sociais” são resolvidas através da forma.⁶⁸⁷

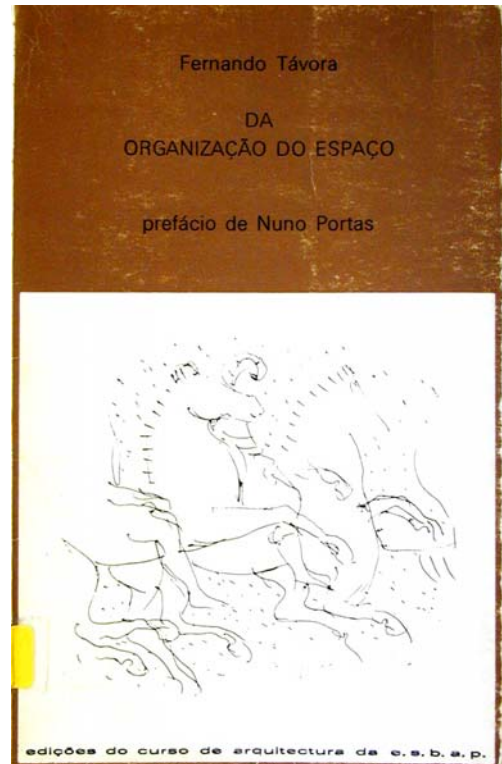


fig. 2.66 – Capa. Fernando Távora, *Da Organização do Espaço*. Porto: FAUP Publicações, 1982 (2.ª ed. Fac-símile [1962]).

Da parte de alguns dos arquitectos que, no início da década de 1960, têm menos de trinta anos, encontramos esta aposta consciente num caminho disciplinar para a arquitectura onde as distintas práticas, desenhadas ou escritas, se fundem e se desejam à vez observação, reflexão e tomada de posição. As gerações mais velhas, principalmente no âmbito da ESBAP, encontram-se igualmente num momento de confrontação, fixado no papel, que a necessidade académica de concretizar discurso obriga. De uns e outros daremos notícia, reflectindo sobre quatro autores publicados.

6.2.1. FERNANDO TÁVORA E *DA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO*

Fernando Távora, em 1962, escreve um ensaio a que Nuno Portas, vinte anos depois, chama de “despretensiosa reflexão pessoal” impostas pelas exigências da carreira académica. Prossegue Portas, nessa mesma apresentação do texto de Távora, advertindo para a impossibilidade de se poder considerar o opúsculo *Da Organização do Espaço* [fig. 2.66] como um trabalho de investigação ou a sistematização de uma didáctica⁶⁸⁸. Esta advertência e enquadramento são, ao mesmo tempo, necessários e um retrato daquilo que são um conjunto de contributos para as escritas de arquitectos

⁶⁸⁷ Portas, “A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal”, p. 14.

⁶⁸⁸ Nuno Portas, “Prefácio à edição de 1982” in Fernando Távora. *Da Organização do Espaço*. Porto: ESBAP, 1982 (2.ª ed.), p. 3.

portugueses por estes anos, principalmente aqueles que se encontram vinculados ao ensino, no seio da ESBAP.

Estruturada em quatro capítulos, esta prova de dissertação para professor da ESBAP propõe-se, logo na introdução, apresentar um conjunto de questões consideradas por Távora como actuais e, igualmente, apontar “posições a tomar pelo arquitecto” face a elas⁶⁸⁹. O espaço de que fala e sobre o qual discorre Távora é caracterizado, segundo Portas, pela continuidade e irreversibilidade e é “obra de quem nenhum homem pode eximir-se” por ser, com distintos graus de intensidade e de responsabilidade, participação de todos⁶⁹⁰. Esta participação é reconhecida como existindo de duas formas; a primeira, a que chama horizontal, acontece no interior de uma mesma época e “prende os homens de uma mesma geração”, e a segunda, a vertical, resulta da participação que se “processa ao longo de um período de tempo” e que acontece entre homens de diferentes épocas⁶⁹¹.

Outras das reflexões que nos parecem relevantes são as que se articulam ao redor da circunstância. Para Fernando Távora, a existência de um conjunto de condições pode implicar a aceitação das mesmas numa opção de continuidade ou, por outro lado, numa atitude de ruptura, reconhecível nos precursores na sua vertente mais absoluta. A tomada de decisão sobre continuidade ou ruptura das formas – neste nível fixa Távora a discussão – implica a avaliação da circunstância e o reconhecimento de nela existirem ou não aspectos negativos. A radicalidade de colagem ou de corte ao que são as características herdadas são criticadas e somente aceitáveis por parte dos já referidos precursores, que se constituem como tal a partir do momento em que o “futuro comprove a sua verdade”⁶⁹². Ao fechar a primeira parte do trabalho – “Dimensões, relações e características do espaço organizado” – reconhece o dever de harmonia, que se inscreve como valor moral, adicionado inevitavelmente ao valor de ordem prática que o espaço terá necessariamente de cumprir e que não pode ser de modo algum “delapidado”⁶⁹³.

Durante o segundo capítulo – “O homem contemporâneo e a organização do seu espaço” – Fernando Távora defende a existência de uma universalização cultural nunca anteriormente vista e cuja origem se encontra na Europa. Refere igualmente que não se corre o risco, em curto tempo, que isto corresponda a uma uniformidade cultural, já que as existências culturais autóctones representam uma força efectiva a considerar nesta relação entre o universal e o específico. No restante capítulo discorre

⁶⁸⁹ Távora, *Da Organização do Espaço*, p. 21.

⁶⁹⁰ Idem, *Ibidem*, p. 31.

⁶⁹¹ Idem, *Ibidem*, pp. 32-33.

⁶⁹² Idem, *Ibidem*, pp. 36-37.

⁶⁹³ Idem, *Ibidem*, p. 39.

sobre a história da organização do espaço, passando em revista os autores de referência, com especial atenção aos clássicos ocidentais e do século XX.⁶⁹⁴

Cumprindo o que prometera na introdução, caminha do geral para o específico, e o terceiro capítulo é escrito com a intenção de reflectir sobre “A organização do espaço português contemporâneo”, sobre o qual afirma à partida não estar ainda feita uma história. Ainda assim, não hesita em qualificar o espaço português passado como sendo de “quase permanentemente harmonia; sóbrio, modesto, sem alardes, sem pretensões geniais”. Quando olha, depois, para o momento no qual vive, esta entidade central do espaço é separada em arquitectura e urbanismo e, sobre ambos, surge o reconhecimento da desarmonia e desequilíbrio que é possível encontrar no território nacional. Tanto as situações graves dos núcleos urbanos de Lisboa e do Porto, como a pobreza das regiões rurais são referidas como problemas que exigem resolução para que a tradicional harmonia volte a ser reencontrada, numa avaliação que se detém principalmente no contexto urbano. A valorização da relação do território com o edifício faz com que defenda a necessidade de bons edifícios em bons contextos para que ambos se consigam cumprir na sua plenitude. A fechar o capítulo refere que “ não será fácil concluir, cremos, que a organização do espaço português atravessa porventura a maior crise da sua já longa história”. A responsabilidade de debelar a crise encontra-se, segundo Távora, nas mãos de todos, mesmo se com distintos graus de capacidade de resposta, e é inevitável que se cumpra para que haja um retorno à harmonia e, desse modo, o espaço português contribua para a felicidade de quem o habita.⁶⁹⁵

Na quarta parte do opúsculo, é apresentado um pequeno epílogo “Sobre a posição do arquitecto” face à situação relatada. Defendendo a forma como prolongamento do próprio homem, com as suas qualidades e defeitos, confere-lhe igualmente o duplo papel de resultar das circunstâncias e contribuir para as definir. O papel do arquitecto neste contexto, ao tomar decisões e fazer escolhas, é colaborar efectivamente na reconfiguração das circunstâncias e poder, por isso, ter uma acção benéfica ou maléfica; relação esta que já abordara na anterior reflexão sobre o contexto internacional. O arquitecto deve, assim, considerar as suas opções como parte de uma acção que ultrapassa as suas questões de ego, utilizando a sua profissão como “instrumento em benefício dos outros homens [e] da sociedade a que pertence”. Távora defende que a forma – aqui passa do espaço ou da sua organização para a forma –, não surgindo de caprichos diversos, deve resultar de “equilíbrio sábio entre a sua visão pessoal e a circunstância que o envolve”. Sobre esta última afirma que o arquitecto a deve conhecer intensamente, “tão intensamente que conhecer e ser se confundem”. Soma-se a este papel de eterno aprendiz da prática do projecto, através do conhecimento das circunstâncias, o de

⁶⁹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 41-58.

⁶⁹⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 60 e seguintes.



fig. 2.67 – Capa. Octávio Lixa Filgueiras, *Da Função Social do Arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: ESBAP, 1985 (2.ª ed.) [1962].

educador pelas obras que, valorizando os aspectos positivos e contrariando os negativos, realiza. Nesta capacidade de intervenção sobre o mundo, associa-se o carácter duplo do arquitecto: especialista e homem entre os homens. Especialista, mas capaz de um “profundo e indispensável humanismo”.⁶⁹⁶

Segundo Fernando Távora, o arquitecto é capaz de saber *ler* e, por isso, ser um profissional apto com os conhecimentos profundos do seu momento histórico e cultural. Responde aos problemas de território e de arquitectura dos seus conterrâneos com a capacidade crítica que a análise e diferenciação dos valores a preservar e a contrariar implicam. O objectivo das suas acções, técnicas mas sempre baseadas num humanismo efectivo, é preservar ou reencontrar a harmonia que tradicionalmente o espaço – arquitectónico e territorial – português quase sempre teve e que, à data do ensaio, se encontra num momento de crise grave.

6.2.2. OCTÁVIO LIXA FILGUEIRAS E *DA FUNÇÃO SOCIAL DO ARQUITECTO*

Com estratégias de construção de discurso e de produção ensaísticas distintas, o trabalho de Távora aproxima-se, em alguns pontos, com o de Octávio Lixa Filgueiras, igualmente realizado no âmbito da prestação de provas de professor na ESPAB; a esta proximidade voltaremos posteriormente. O texto *Da função social do arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada* [fig. 2.67] é um texto marcado, como afirma certamente Pedro Vieira de Almeida na sua introdução de 1988, pela oscilação formal entre uma “seriedade quase austera” e um uso do humor e da ironia⁶⁹⁷. Ao contrário do de Távora, é profusamente acompanhado por ilustrações diversas. Esta dissertação, “um discorrer sobre” como é designado pelo próprio Filgueiras, dedicada aos seus alunos, é constituída por oito capítulos e propõe como tema de conversa, “íntima”, a vida dos arquitectos e a “responsabilidade perante um mundo que precisam conhecer para compreender”⁶⁹⁸.

⁶⁹⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 85-87.

⁶⁹⁷ Pedro Vieira de Almeida, “Prefácio à edição de 1985” in Octávio Lixa Filgueiras. *Da Função Social do Arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: ESBAP, 1985 (2.ª ed.), p. 1.

⁶⁹⁸ Octávio Lixa Filgueiras, *Da Função Social do Arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: ESBAP, 1985 (2.ª ed.) [1962], pp. 13-16. Parte deste trabalho é publicado na revista *Arquitectura*. Os capítulos

Tal como em Távora, é referida a dificuldade com que se confronta o arquitecto por ter, por um lado, uma acção que interfere profundamente com a vida dos que estão ao seu redor e, por outro, por se ver “obrigado a equacionar os problemas de molde a agir em conformidade com a importância dos valores sociais e profissionais em causa”⁶⁹⁹. Como também diz umas páginas antes, para que se sinta realizado com o seu trabalho o arquitecto necessita de saber fazer, mas igualmente precisa de “conhecer as coisas, e os homens, e o mundo, e a vida”. Tirando partido de tudo isto, saberá “erguer, no dealbar, um hino de esperança ao novo dia”⁷⁰⁰.

Depois de se colocar face às condicionantes, abordagem e temática da prova, Filgueiras discorre através das diversas épocas históricas do Homem e da arquitectura, observando a profissão de arquitecto e apontando mudanças de relevância e papéis sociais desempenhados por estes. A primeira alteração de paradigma assinalada pelo autor é a reforma de Paris, pelas mãos de Georges-Eugène Haussmann, que surge como “iniciativa interessada”, da qual terá resultado um “benefício real, uma conquista, marcando a dominância dos verdadeiros direitos da vida”. Esta acção que reconhece acontecer no plano da realidade, mesmo se caracterizada como tendo certa rudeza e primitivismo, acontece como “encontro com a vida”, rompendo o “invólucro artificial que tornara imprestável a arquitectura”⁷⁰¹. Face ao passo histórico seguinte, a resposta chega, segundo Filgueiras e a bibliografia em que se apoia, através de um novo cliente. Este deixou de vir da burguesia capitalista e concentrou-se ao redor das fábricas, perfazendo as moles dos novos habitantes das cidades. Assim se redefina, segundo as palavras de Ernesto N. Rogers que o autor cita, a profissão de arquitecto como moralista, que carrega a tarefa de contribuir para a “alegria da vida”, retirando dela os “símbolos necessários para lhe dar forma”⁷⁰². Reafirmando um caminho optimista que já apontara, colocando-se à margem de outras perspectivas mais negras face ao futuro da humanidade, Filgueiras remete a profissão de arquitecto para a “vocação eminentemente construtiva” de que esta se reveste, para cuja acção, em paralelo com a verdade, a humildade e o amor são essenciais. Em síntese, define-se assim um caminho que o autor designa pelo “verdadeiro caminho da justiça”, essencial para todos os que escolhem a responsabilidade de ser arquitectos⁷⁰³.

Formalmente, ao contrário do ensaio de Fernando Távora analisado anteriormente, Octávio Lixa Filgueiras constrói um texto mais explicitamente assente em ligações efectivas e reflexivas a textos alheios. A extensa bibliografia reúne livros que saem do universo disciplinar da arquitectura como,

escolhidos, dedicados à “época moderna”, são: “Leviathan” e “Dionisios” (Idem, “Da função social do arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada”, *Arquitectura*, n.º 75, Jun. 1962, pp. 46-50).

⁶⁹⁹ Filgueiras, *Da Função Social do Arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*, p. 22-23.

⁷⁰⁰ Idem, *Ibidem*, p. 16.

⁷⁰¹ Idem, *Ibidem*, p. 87.

⁷⁰² Idem, *Ibidem*, pp. 92-96.

⁷⁰³ Idem, *Ibidem*, p. 108.



fig. 2.68 – Pedro Vieira de Almeida, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (1)”, *Arquitectura*, n.º 79, Jul. 1963, p. 15.

entre outros, clássicos de literatura nacional e internacional, antropologia ou arte. Mas as pontes existentes entre ambos os trabalhos, como anteriormente referimos, são relevantes. Para lá do contexto de realização mencionado, a sensação de momento dramático e difícil que se encontram a viver, que Filgueiras designa por “civilização em crise de parto”⁷⁰⁴, surge introdutoriamente nos dois textos. Talvez devido a esta sensação de falta de rumo e de crise, atravessa os dois autores um considerável optimismo, principalmente relacionado com a acção, ou potencial acção, dos arquitectos como parte da resolução dos problemas.

A reflexão de um e de outro, Távora e Filgueiras, não tem como objecto de estudo o espaço doméstico. A dimensão da casa só é abordada porque as questões gerais do espaço e da prática dos arquitectos aí são trabalhadas. É interessante sublinhar que Fernando Távora, em 1947, quando abordara, pelo menos a julgar pelo título, *O problema da casa portuguesa*, já se dedicara efectivamente a estas preocupações mais amplas e menos dirigidas programaticamente⁷⁰⁵. No fundo, já apontando linhas que se dirigiam para as questões genéricas que viriam a ser tratadas em *Da Organização do Espaço*. Nestes dois casos posteriores percebem-se preocupações que são extensíveis ao programa específico da casa mas, nas suas propostas, colocam-se na esfera da reflexão ampla e disciplinar da arquitectura em sentido lato.

Não deixa de ser relevante que as introduções efectuadas às reedições de cada uns dos textos de Fernando Távora e de Octávio Lixa Filgueiras sejam escritos por dois dos autores mais relevantes para a década de 1960. Nuno Portas e Pedro Vieira de Almeida são os dois mais jovens autores em causa e cujos papeis na história da escrita sobre a arquitectura em Portugal são incontornáveis. São exactamente estes dois autores que iremos, de seguida, abordar.

⁷⁰⁴ Idem, *Ibidem*, p. 29.

⁷⁰⁵ Ver subcapítulo “3.2. Um texto e uma casa de Fernando Távora”.

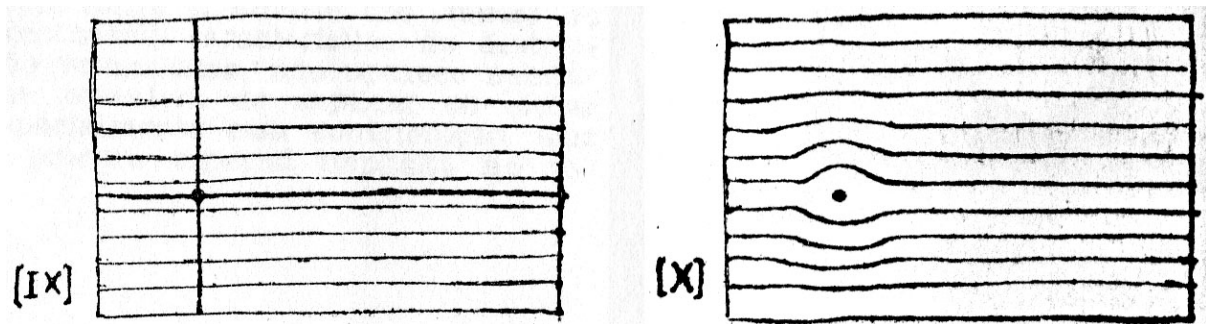


fig. 2.69 e 2.70 – Esquemas IX e X. Pedro Vieira de Almeida, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (2)”, *Arquitectura*, n.º 80, Dez. 1963, p. 5.

6.2.3. PEDRO VIEIRA DE ALMEIDA E O *ENSAIO SOBRE O ESPAÇO DA ARQUITECTURA*

O trabalho de Pedro Vieira de Almeida surgirá, se comparado quantitativamente com o de Nuno Portas, menos prolífero, mas as suas reflexões são essenciais e a sua permanência como arquitecto produtor de crítica, de história e de teoria será tão relevante para o século XX português como do seu colega Portas. Em Julho de 1963 surge publicada na revista *Arquitectura* a primeira das três partes que constituem o “Ensaio sobre o espaço da arquitectura” [fig. 2.68], resultante do seu trabalho para o CODA⁷⁰⁶. No final desse ano e no princípio do seguinte seriam publicadas a segunda e terceira partes.

Este trabalho, designado como ensaio e proposto como acção crítica, é de antemão apresentado como não sendo de leitura fácil. Nele Pedro Vieira de Almeida propõe-se estudar o espaço da arquitectura, procurando identificar o que poderão ser as bases “propostas para uma crítica espacial de arquitectura”. Mais uma vez surge a referência à crise da arquitectura vivida à época – “crise cultural forçosamente múltipla nas suas manifestações” –, neste caso relacionada com a crise a que chama de compreensão do espaço⁷⁰⁷. Começa por identificar um desfasamento existente entre a linguagem formal amadurecida herdada, resultante da acção das duas primeiras gerações da arquitectura moderna sobre os problemas morais e técnicos, e as premissas sociais. Na observação do caso português, refere a eventual vantagem que resulta do avanço de outros países na opção por soluções que ao autor parecem adequadas. Mais uma vez, os italianos são a referência apontada como mais “sugestiva”.⁷⁰⁸

No capítulo que dedica ao espaço sensível subjectivo, critica Fernando Távora por, através do exemplo do ponto colocado na folha, referir que o primeiro simplesmente organiza a segunda e não refere a alteração sofrida por esta última [fig. 2.69-2.70]⁷⁰⁹. A posição de Pedro Vieira de Almeida apresenta-se como mais exigente e complexa nas relações existentes no espaço, apontando menos para um

⁷⁰⁶ O trabalho estaria pronto em 1962 mas, em solidariedade com as greves estudantis desse ano, Pedro Vieira de Almeida pede a Carlos Ramos, director das Escola de Belas-Artes do Porto, para a entregar no ano seguinte (Informação prestada por Pedro Vieira de Almeida, Maio 2010).

⁷⁰⁷ Almeida, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (1)”, p. 15.

⁷⁰⁸ Idem, *Ibidem*, p. 16.

⁷⁰⁹ Idem, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (2)”, p. 5.

momento e mais para um acontecimento. Na avaliação que efectua e que reclama mais densidade de análise, refere a insuficiência das classificações do espaço como interior e exterior. Propõe, deste modo, o espaço de transição. Sobre os dois primeiros subclassifica-os como espaços nucleares ou complementares ampliando o vocabulário essencial a uma observação crítica mais completa⁷¹⁰.

Um dos casos estudados e que lhe merece mais atenção é o do espaço interior na obra de Mies van der Rohe. Segundo Vieira de Almeida, o que identifica na obra deste arquitecto é uma neutralização do carácter dos espaços, que resulta da não adesão ao programa. Esta neutralização é, segundo o autor, observável na passagem da linguagem miesiana identificável no Pavilhão de Barcelona, para uma habitação unifamiliar como acontece com a Casa Tugendhat. No Pavilhão de Barcelona, não é identificável um espaço núcleo que, dada a condicionante de espaço de passagem da obra, se compreende. Na casa Tugendhat, pelo contrário, considerada a diferenciação de espaços que o programa habitacional deve cumprir, necessitaria impreterivelmente de zonas nucleares, mas a opção de Mies não permite a instituição dos mesmos.⁷¹¹

Pedro Vieira de Almeida continua dedicando a sua atenção aos restantes espaços. Primeiro, aqueles que, não sendo nucleares, se constituem como complementares. A principal característica destes é estarem associados ao movimento, serem espaços de “não repouso”. Surge ainda o espaço de transição, que se percebe ser uma tendência modernizadora dos espaços interiores. Neste sentido, refere-se à leitura que Frank Lloyd Wright faz da arquitectura do século XIX – “boxes beside or inside other boxes called rooms” – e sublinha a inexistência deste espaços transitórios tal como são compreendidos posteriormente mas plasmados na distribuição que os corredores garantem. De certo modo o valor crítico reconhecido no espaço transição está associado à sua capacidade de eliminar a “aspereza da fusão”, citando Walter Curt Behrendt na avaliação que este faz da obra de Wright.⁷¹²

É a este espaço, de transição, que Vieira de Almeida reconhece mais possibilidades de implicações. Segundo o ensaio, a sua justificação encontra-se visceralmente ancorada em noções de espaços internos e externos mais aprofundadas. É na relação fluida entre o que se define como arquitectura e o que é o urbanismo que este espaço se produz, através de dispositivos espaciais intermédios⁷¹³. Não é muito difícil reconhecer a aproximação existente entre esta definição e a defesa dos alpendres efectuada por Raul Lino décadas antes.

Para elaborar sobre a ambiguidade formal, aplicável especialmente aos espaços de transição, refere-se à dissolução da definição inerente aos espaços núcleos. Esta ambiguidade é principalmente de acção

⁷¹⁰ Idem, Ibidem, p. 6.

⁷¹¹ Idem, Ibidem, p. 7.

⁷¹² Idem, Ibidem, pp. 8 e 10. Walter Curt Behrendt (1884-1945) foi um arquitecto germano-americano, defensor do modernismo alemão. Autor, entre outras obras, de *Modern Building. Its Nature, Problems, and Forms* (1937).

⁷¹³ Idem, Ibidem, p. 10.

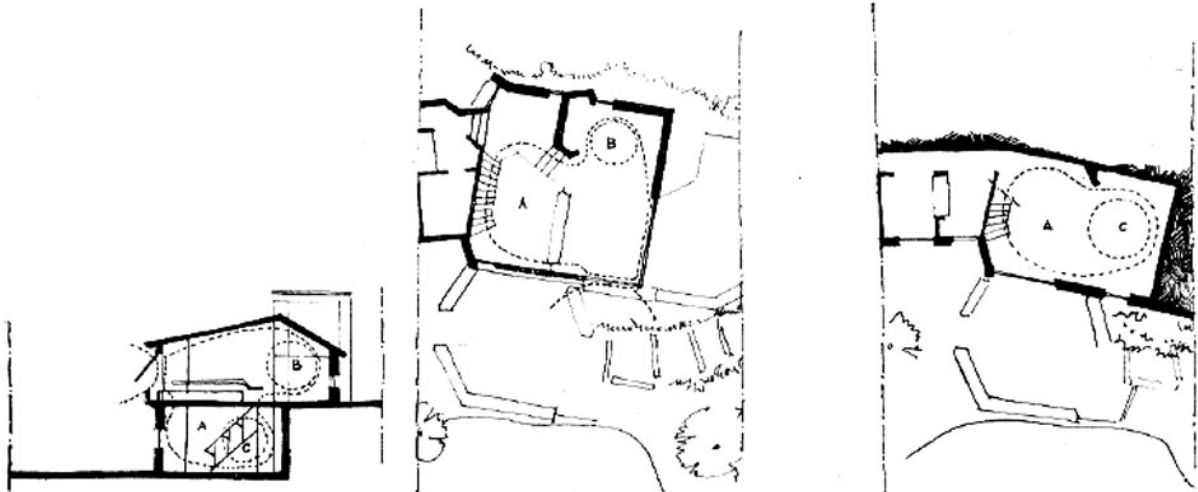


fig. 2.71 – Análise da moradia da Praia das Mações dos arquitectos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas por Pedro Vieira de Almeida, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (3)”, *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, p. 31.

mas não se esgota nela, podendo ser igualmente mais formal – “mais despido de significado imediato”. Esta reflexão efectuada ao redor das ambiguidades distintas ou dos distintos graus de definição a que o espaço está sujeito, é apoiada por análises de duas casas de Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas, as casas na Praia das Mações [fig. 2.71] e em Vila Viçosa⁷¹⁴. Os esquemas apresentados apontam graficamente os espaços nucleares (B) e os transitórios (A), com as suas específicas intensidades e dissoluções.

Na parte final do ensaio, Pedro Vieira de Almeida dedicar-se às formas de actuar no espaço que, segundo afirma, correspondem a limitar o espaço e a estar-no-espaço. Ambas a formas, a que o autor chama de acções-tipo, são referidas como profunda e necessariamente interrelacionais. A limitação do espaço, a “maneira mais fácil de o apreender”, pode resultar na utilização, como é focado, de diversos tipos de ecrãs que ampliam a forma mais linear de parede opaca e contínua. Relativamente ao estar-no-espaço, organiza o discurso através de exemplos maioritariamente de escala urbana. Nestes, objectos singulares redefinem as relações existentes dentro dos espaços, praças urbanas, onde são colocadas⁷¹⁵. Se, para a primeira das acções, os exemplos analisados são situações que podemos designar por mistas, ou seja, transponíveis com facilidade do espaço interior para o exterior, no segundo caso – do estar-no-espaço –, o recurso a casos de escala urbana ou a uma situação museológica não aniquila leituras que permitam a associação desta acção ao contexto do habitar. Queremos com isto dizer que tanto se pode falar do “espaço-influência” de um objecto plástico no contexto de uma praça, como os referidos, como se poderá falar de acontecimentos formais de outra escala, mais doméstica. Algumas das lareiras de Frank Lloyd Wright, para referir um arquitecto tratado por Vieira de Almeida, têm, nas casas às quais pertencem, um factor de acção interior ao espaço de tal

⁷¹⁴ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁷¹⁵ Idem, “Ensaio sobre o espaço da arquitectura (3)”, pp. 29-32.

modo marcante que são toda uma reelaboração da definição espacial da qual fazem parte. Deste modo se compreende que estas estão-no-espço com todas as implicações possíveis.

No final deste trabalho de Pedro Vieira de Almeida a atenção é dedicada à relação entre “Espço e sociologia”. Este capítulo, que deveria, segundo o autor, ter sido o ponto central do trabalho, acaba por ser mais sintético do que o desejado pelo autor, dada o necessário e amplo enquadramento que efectua e do qual cirurgicamente falámos. Esclarecendo de antemão a relação entre ambas as disciplinas, afirma existir uma necessidade de espacialmente dar resposta aos resultados que a sociologia aporta e nunca, citando Giulio Carlo Argan, se trata de propor que a arquitectura “abandon[e] o seu fim estético em proveito de um fim sociológico”⁷¹⁶. Posteriormente, discorre sobre a intimidade e o seu surgimento coincidente com o do poder da burguesia. Ainda que esta associação destine à intimidade uma qualificação de reaccionária, pela sua génese burguesa, Vieira de Almeida reclama que se contrarie este preconceito pelo que implica de pernicioso para o projecto de habitação. Relativamente à situação portuguesa, refere intuir a existência de uma riqueza de valores de intimidade na sua tradição de habitar. Considera, existir um défice de investigação efectuada sobre esta tradição e estes valores.

De seguida trata o tema da continuidade e, mais uma vez, começa por efectuar um pequeno enquadramento histórico ao redor das práticas domésticas e das suas correspondentes espaciais. Neste sentido, a espacialidade moderna é defendida como sendo caracterizada por valores de fluidez e de continuidade. Estes resultam, seguramente entre outros motivos, de uma unificação de funções num mesmo espaço, cuja “simplificação aparece como resultado de uma síntese de necessidades”. É sublinhado pelo autor que a fluidez espacial que refere em nada traduz um “primitivismo na função de habitar”. O papel do arquitecto, nesta crescente responsabilidade na configuração dos fogos, e consequentemente na determinação do modo de habitar, deverá ter por parte das ciências humanas a relevante ajuda à obtenção da “justa posição” face ao problema.⁷¹⁷

O trabalho de Pedro Vieira de Almeida encerra com uma reflexão que ultrapassa a questão portuguesa do habitar, mas que a engloba num conjunto de “características espaciais aderentes a uma maneira de habitar, não apenas «nacional» mas de forma muito mais larga, mediterrânea”. De seguida, justifica a aproximação às contribuições italianas sobre a cultura e a crítica arquitectónica, dado o entendimento que tem desta proximidade. Destas elaborações finais, é de sublinhar a importância reconhecida por Vieira de Almeida aos espaços semi-abertos, tanto nas práticas que estes acolhem como a própria diversidade das suas características espaciais e os tipos que daí advêm⁷¹⁸. De um

⁷¹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 34.

⁷¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 35.

⁷¹⁸ Idem, *Ibidem*, p. 36.

modo diferente do anterior compreende-se o interesse do autor pelos espaços e pelas práticas que são configuradas com a cumplicidade da contaminação.

Com uma profusão de autores e obras tratadas, Pedro Vieira de Almeida constrói um texto complexo, como se avisara antes, e cuja publicação numa revista como a *Arquitectura* não deixa de surpreender. A tentativa de elevar o nível do publicado, e consequentemente o do leitor, ultrapassa, com a publicação deste conjunto de artigos, a velocidade capaz de regeneração da vertente culta dos arquitectos da época. O trabalho realizado por Vieira de Almeida, antes de abordar criticamente obras de Mies van der Rohe ou de Frank Lloyd Wright, mas também da dupla Teotónio Pereira e Portas, é denso e procura estabelecer uma rede onde conceitos e modo de aproximação sejam estruturados e fixáveis. Posteriormente, ao caminhar para o que seria o objecto principal de estudo, o espaço e a sua relação com a sociologia, torna-se mais claro e clarificador. Deixa, porém, por aprofundar o próprio tema, mas também deixa pistas relevantes que apontam para a sensibilidade crescente para uma observação da arquitectura através dos pequenos gestos e das práticas do quotidiano.

Em casa de cientistas sociais, na revista *Análise Social*, Pedro Vieira de Almeida publica, em 1964, um ensaio dedicado à utilidade social da Arquitectura⁷¹⁹. Do enfoque que tínhamos visto acontecer em Octávio Lixa Filgueiras, a função torna-se utilidade e o arquitecto deixa de ser o centro para que este lugar seja ocupado pela Arquitectura. Tomando como mote inicial o abandono da actividade profissional pelo arquitecto italiano Danilo Dolci⁷²⁰, que já abordara no seu ensaio anterior, Vieira de Almeida desloca a discussão do acto para os motivos e sublinha a necessidade de os arquitectos se questionarem sobre “qual é verdadeiramente o tipo da responsabilidade da arquitectura” e “qual a «utilidade social» da actividade profissional do arquitecto”. Segundo o autor, existem níveis identificáveis de responsabilização social da arquitectura que começam com o seu “enquadramento em esquemas de estética, filosofia, sociologia da arte” – actividade apenas artística. Posteriormente, encontramos os problemas – da habitação, urbanísticos, etc. – que, colocados a uma escala nacional, se vêm reflectidos na responsabilidade do arquitecto enquanto de homem. Finalmente, sublinha a arquitectura como “actividade enraizada sociologicamente”, capaz de dar resposta e propor distintas reformulações aplicáveis às necessidades, comportamentos e aspirações humanas. Estes três níveis podem ou devem surgir em conjunto, sem que se apresentem estipulados como degraus substituíveis num processo.⁷²¹

⁷¹⁹ Idem, “Da utilidade social da arquitectura”, pp. 237-248.

⁷²⁰ O italiano Danilo Dolci (1924-1997) ficou principalmente conhecido como activista na defesa das suas posições contra a exclusão social, a pobreza e a Máfia siciliana, tendo sido um dos protagonistas da não-violência em Itália.

⁷²¹ Almeida, “Da utilidade social da arquitectura”, p. 238.

Depois de explicações sobre os dois primeiros chega-se ao último, o mais importante por, segundo o autor, abarcar maior responsabilidade. Neste ponto, a arquitectura é aceite como “convite de uma promoção social” e é nesta prática que o arquitecto associa à sua consciência social a de profissional praticante da arquitectura. No nosso contexto específico de investigação, é relevante a necessidade defendida, para que esta fusão ocorra, de que os arquitectos efectuem um esforço crítico que prove que a “arquitectura (ou melhor a essência da arquitectura) responde real e cabalmente aos problemas de coordenação com que se depara”.⁷²²

Mais uma vez, encontramos a defesa da aproximação necessária entre o acto de projectar e a crítica já que, segundo Pedro Vieira de Almeida, a “espacialidade a que se refere a arquitectura de hoje é uma conquista paralelamente adquirida na crítica e nas obras realizadas”⁷²³. Depois de se dedicar a analisar as relações que arquitectura e sociedade estabelecem, assim como as consequências de responsabilidade para os arquitectos, propõe-se reflectir sobre o que chama a rentabilidade social da arquitectura.

Esta discussão passa inevitavelmente pela questão da qualificação da própria arquitectura e do preço que por ela se decide pagar ou não. Segundo Pedro Vieira de Almeida, a definição da arquitectura como actividade artística, mas que tem necessariamente tanto de se aproximar dos factores económicos como de cumprir um papel de planificação suportada pela interdisciplinaridade, faz dela uma área artística com particulares responsabilidades. Quando se refere à habitação, identifica uma “encruzilhada de crises”. Estas são a crise quantitativa que se prende com o elevado défice de fogos assim como de equipamento diverso; aquela a que chama de “crise interna” à disciplina e que diz respeito à questão da evolução da linguagem; e, finalmente, a que se refere à construção, com a necessidade de adaptação de novos sistemas, mas também das questões levantadas pela industrialização desta actividade.⁷²⁴

Para o autor, o caminho a tomar passa, para além da necessidade de criar plataformas de diálogo com os outros técnico, pelo desenvolvimento de uma análise teórica assim como, em paralelo, de uma outra “topofílica sistemática”. Neste último sentido, apresenta como exemplos possíveis dois estudos, um sueco e outro português, que avaliam as relações existentes nos espaços entre a ocupação efectuada através do mobiliário e as formas do espaço. Defendendo que este tipo de abordagens deverá ser aprofundado, refere também ser necessário ampliar estes estudos para os espaços urbanos e para os equipamentos dos mesmos.⁷²⁵

⁷²² Idem, *Ibidem*, p. 241.

⁷²³ Idem, *Ibidem*, p. 242.

⁷²⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 243-244.

⁷²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 244-248.

Aceitando a eventual existência de relação entre o que são as resultantes materiais e espaciais das intenções e a sua capacidade de orientar ou ser motor de distintos comportamentos, Pedro Vieira de Almeida sublinha a necessidade de um trabalho de equipa por parte dos arquitectos para que possam, compreendendo a malha social onde se enquadram, intervir nela de modo adequado. A urgência manifesta-se no sentido de aprofundar trabalhos na área da sociologia do comportamento no espaço, que englobe o fogo mas igualmente as unidades de vizinhança, os bairros e as cidades, numa ampliação de escalas de actuação. Ainda que deixando margem de manobra para uma eventual negação desta tendência, que estudos americanos contrariariam, percebe-se que prevalece esta intuição de proximidade e, em consequência disso, a necessidade de amadurecimento disciplinar através da relação dinâmica da arquitectura e com as ciências humanas.⁷²⁶

Nuno Portas entrará em diálogo com este trabalho de Pedro Vieira de Almeida no seu livro *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*, na parte que à urgência da investigação diz respeito, e na qual aproximações e discrepâncias de aproximações são assinaladas⁷²⁷. Mais do que aferir destas últimas, interessa-nos sublinhar a confrontação intelectual. A atitude que aqui vemos surgir, mas que encontramos em mais casos, deixa intuir uma tentativa de mediação entre os autores portugueses. A título de exemplo, encontramos Pedro Vieira de Almeida a recorrer ao trabalho de Fernando Condesso sobre o conceito do espaço e a sua análise do Claustro da Sé do Porto⁷²⁸, a questionar, como já se referiu anteriormente, a leitura que Fernando Távora faz das implicações do ponto sobre o papel ou a referir os trabalhos de investigação realizados nos seio do LNEC, sob a orientação de Nuno Portas⁷²⁹. Mas também é possível encontrarmos Vieira de Almeida a recorrer ao conceito de circunstância utilizado, em 1962, por Fernando Távora⁷³⁰ ou Portas a confrontar o conceito de Vieira de Almeida de espaço núcleo ou de ambiguidade espacial com autores internacionais⁷³¹.

Se alguns destes autores, como Portas ou Vieira de Almeida, praticam recorrentemente diálogos dinâmicos e críticos com autores estrangeiros, de dentro e de fora da disciplina da arquitectura, estes deslocam a atenção igualmente para a produção nacional, num sentido de reconhecimento e da aceitação de outras propostas reflexivas criticamente colocadas num mesmo plano de trabalho. Mais do que no plano do papel e da palavra, a mudança implicava uma alteração de paradigma funcional

⁷²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 248.

⁷²⁷ Portas, *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*, pp. 36-39.

⁷²⁸ Fernando Condesso, *O Conceito do Espaço em Arquitectura*, citado em Almeida, "Ensaio sobre o espaço da arquitectura (2)", pp. 5 e seguintes.

⁷²⁹ Idem, "Da utilidade social da arquitectura", pp. 246-247.

⁷³⁰ Idem, *Ibidem*, p. 239.

⁷³¹ Portas, *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*, pp. 34-37 e 64 .

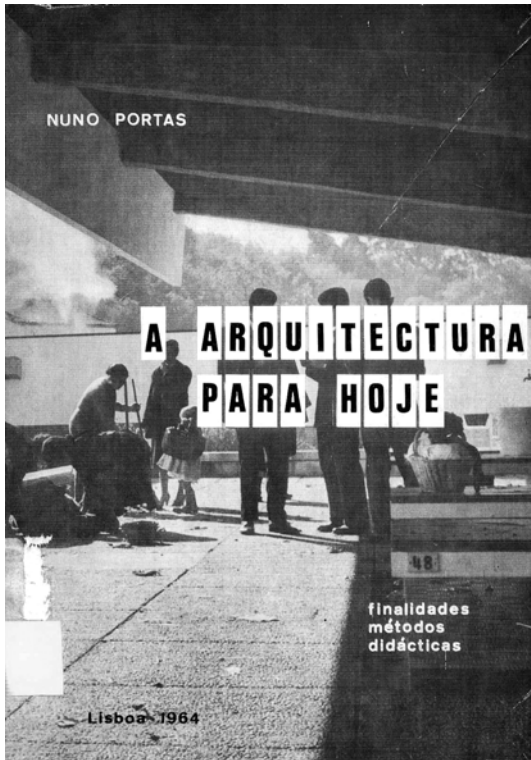


fig. 2.72 – Capa. Nuno Portas, *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1964.

dentro dos profissionais da arquitectura que, fosse através da prática da crítica, como veremos, fosse através da prática da teoria, exercitavam uma acção intelectual não identificável anteriormente.

6.2.4. NUNO PORTAS E *A ARQUITECTURA PARA HOJE*

O livro de Nuno Portas já referido, *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*, foi publicado em 1964 e é o resultado do trabalho que Portas apresentou ao concurso para professor da ESBAL [fig. 2.72]. Com a experiência anterior do seu trabalho apresentado para o CODA, em 1959, já se iniciara uma aproximação ao universo da construção de um discurso sobre a arquitectura, desta feita sobre a habitação social⁷³², onde exercita muitos dos mecanismos de observação, sistematização e proposta

necessários para a realização de uma reflexão através da qual pretende abordar os objectivos, os processos e a aproximação pedagógica à arquitectura, no contexto da primeira parte da década de 1960.

Logo no início deixa antever, tal como se observara em Filgueiras, Távora e Vieira de Almeida, o que seria o “ambiente de urgência” que se estaria a viver ou, pelo menos, que assim era sentido por parte dos autores em causa. Para Nuno Portas, as questões levantadas no mundo da prática arquitectónica encontravam-se profundamente enraizadas nas questões que do próprio ensino surgem, onde diferentes modelos têm diferentes virtudes ou necessidades de reestruturação, mas que devem reflectir as questões de responsabilidade política e social da arquitectura. Daqui resulta, para o autor, uma inequívoca relação escola-território. Passa por isso em revista as situações de ensino italianas, britânicas, francesa e estado-unidenses, numa tentativa de mapear posturas e caminhos escolhidos e praticados por outras realidades.⁷³³

A Arquitectura para Hoje surge organizada em seis partes ao longo das quais, face ao referido ambiente de urgência, a arquitectura é vista, segundo os capítulos, aos olhos das responsabilidades novas, do condicionamento técnico, do passado e do futuro, da comunicação humana e, fechando,

⁷³² Idem, *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, trabalho anteriormente referido.

⁷³³ Idem, *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*, pp. 1 e seguintes.

com as contribuições para o ensino. O objectivo deste livro, através da preocupação que atravessa a semântica numa procura de resolver os conteúdos sociais da arquitectura no plano da linguagem, é o de constituir-se, no final, como um projecto didáctico no âmbito da teoria e da composição arquitectónica, integrando a “análise, a concepção e a crítica”⁷³⁴.

Considerando o campo de acção do arquitecto como o da “invenção das formas do habitat”, Portas afasta-se da atitude sustentada pelos fundadores do Movimento Moderno, cujo racionalismo estético e social surgia “sem interpenetração com a realidade”⁷³⁵. Esta evolução invocada passa pela necessidade de se efectuar uma alteração metodológica que exige uma aproximação crescente entre programa e concepção, resultando daqui uma interdisciplinaridade efectiva na elaboração do primeiro e a sua adjectivação como pré-arquitectónica não tem possibilidade de assim o ser⁷³⁶. Contrariando as ideias feitas, os subjectivismos ou as deformações ideológicas que produzem erros de concepção, Portas apela ao estudo em profundidade, com o apoio das ciências humanas e físicas, que garantirá “produtividade” às conclusões tiradas⁷³⁷.

Num subcapítulo que dedica à “conformação espacial das necessidades”, refere que os trabalhos publicados pelos sociólogos franceses, apoiados por investigações efectuadas à escala urbana por estado-unidenses e britânicos, são material importante para a configuração de uma teoria da arquitectura, não estritamente habitacional. Por um lado, apontam para a disciplina arquitectura como resolução espacial de funções de vida e de criação da estrutura de existir em acto, por outro, e apesar das relações significativas espaços-comportamentos confirmarem, não ser possível estabelecer tais relações como de efectiva causa-efeito. Neste sentido, refere que a “forma espacial, comunicando o seu significado, propõe antes uma qualidade aos comportamentos mas, só por si, não os determina”. Ainda assim compreende-se, segundo o autor, o interesse por uma investigação aprofundada destas relações, entre comportamentos e espaços por onde os indivíduos agem, tanto para a teoria da arquitectura, como para os métodos conceptual e didáctico.⁷³⁸

Se as investigações necessárias – sociológicas, antropológicas ou ecológicas – não determinam de modo absoluto a arquitectura, não podem igualmente ser excluídas, retirando-se-lhes o “factor activo” que representam. Como continuação, Nuno Portas alarga as responsabilidades do lado de quem faz o projecto no sentido de uma aproximação a este universo disciplinar essencial:

Esta investigação será necessariamente interdisciplinar e extremamente delicada, pressupondo de entre os arquitectos elementos preparados para extrair da observação e da

⁷³⁴ Idem, *Ibidem*, p. 12.

⁷³⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 14-15.

⁷³⁶ Idem, *Ibidem*, p. 26.

⁷³⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 26-27.

⁷³⁸ Idem, *Ibidem*, pp. 31-33.

experimentação as bases semânticas e o vocabulário espacial e, por seu turno, proceder à verificação de inter-relações entre as motivações de natureza ambiental ou espacial e as motivações determinadas pelas estruturas políticas, económicas, sociais e culturais.⁷³⁹

Da relação aceite entre os espaços e as necessidades, essencial para a compreensão de uma nova arquitectura funcional, depara-se com a dificuldade das mudanças diversas a que a arquitectura se encontra sujeita. A consciência e a aplicação de relativismo às intenções funcionalistas é essencial, se se aceitar, como é natural que se aceite, que os programas são mutáveis e não necessariamente num ciclo temporal longo. A título de exemplo, refere como, no caso da habitação, a introdução do televisor obriga a uma reflexão sobre a alteração dos equilíbrios existentes, repensando inclusivamente, segundo o autor, a necessidade de existência de um espaço mais capaz para acolher quem procura isolamento. Da designada arquitectura incompleta surge a noção de obra aberta que, segundo Portas, se sobrepõe à anterior e a redimensiona. Esta deverá ter a disponibilidade e o carácter incompleto que aponta mas não vincula futuros desenvolvimentos, surgindo associada a uma atitude activa por parte dos utilizadores. Deste modo, aquilo que Portas chama de participação criadora destes últimos ultrapassa a reflexão da realidade do registo das amostragens estatísticas.⁷⁴⁰

Neste livro de Portas, não são apenas os futuros utentes que são chamados a intervir numa concretização mais adequada da arquitectura. A actividade crítica surge, em paralelo com a hierarquização de prioridades, como necessária para concretizar o sentido de “objectivar a concepção”, fundamentando aquilo que o autor chama de “lugar da própria produção de Arquitectura na sociedade que se racionaliza”⁷⁴¹. A necessidade de existência e utilização da investigação – na tomada de posição durante o projecto e as suas opções de configuração das funções – visa a ultrapassagem dos níveis utilitário e da evidência das análises, procurando que os espaços incluam as amplitude de possibilidades dos comportamentos humanos, contrariando o que chama de “antropomorfia arquitectónica estrita”⁷⁴².

Portas encerra o livro voltando ao seu início, defendendo a necessária “estratégia comum das disciplinas histórico-críticas e da composição”, mas, desta feita, sublinhando o paradoxo face aos chamados mentores do Movimento Moderno, afirmando que só esta posição seria capaz de contrariar as “tentações ecléticas ou hiper-imaginativas”, resultantes das carências e do défice de historicidade na produção arquitectónica⁷⁴³. Tornar complexa, com densidades diversas e mais capaz de responder ao que a realidade do seu tempo exige da arquitectura, é perceptível como preocupação para a qual

⁷³⁹ Idem, *Ibidem*, pp. 35-36.

⁷⁴⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 61 e seguintes.

⁷⁴¹ Idem, *Ibidem*, p. 87.

⁷⁴² Idem, *Ibidem*, pp. 110-113.

⁷⁴³ Idem, *Ibidem*, p. 151.

se procuram respostas. O aumento dos conhecimentos, a troca de informação e de formação com outros técnicos, a construção de um processo de conhecimento a várias mãos é um dos caminhos sentidos e propostos e ao qual não é estranha a experiência desenvolvida, em casa de outros técnicos, como o é o LNEC.

No contexto dos trabalhos que vai realizando ao longo da década de 1960, Nuno Portas publica em 1969 o seu segundo livro *A Cidade como Arquitectura. Apontamentos de Método e Crítica*. Este enquadra-se num movimento pessoal, mas também de preocupações mais amplas, nacionais e estrangeiras, que o próprio refere de “abertura à cidade”⁷⁴⁴. A segunda parte da década de 1960 é o momento de livros determinantes como *L'architettura della città*, de Aldo Rossi (1966), ou *Il territorio dell'architettura*, de Vittorio Gregotti (1966) e apontam para preocupações a que Nuno Portas não é alheio. Este contexto implicado nesse livro de Nuno Portas afasta-se do tema específico deste trabalho e, por isso, deixamos a referência inevitável sem, no entanto, o aprofundar.

Com as reflexões efectuadas ao redor destes quatro autores e das suas propostas não se pretendeu dissecar em profundidade a produção com preocupações teóricas, no sentido de construir um mapa onde genealogias, métodos e identidades são com segurança identificados. O objectivo de esboçar um momento de alterações e de densificações do discurso parece-nos ter ficado patente. Igualmente, é de sublinhar o abandono do objecto casa portuguesa como centro de preocupação, para dar lugar a uma dimensão mais ampla do espaço de habitar, doméstica ou urbanamente. A produção tratada é reduzida mas os ensaios, mais ou menos corpóreos, que viram a luz da publicação foram limitados⁷⁴⁵.

No conjunto de textos existem algumas características que são transversais, como a consciência do momento de crises arquitectónica e outras que atravessam, mas igualmente a atitude de acreditar nas capacidades de agir para melhorar. A visão da arquitectura, e por consequência do arquitecto, como elementos relevantes para a alteração das condições físicas, mas também morais, das populações surge paralelamente à consciência de que “antes” existia um equilíbrio. Neste sentido, os factores história e tradição ganham importâncias distintas mas presentes nas propostas trabalhadas. O esforço de alterar é colocado no presente e projectado no futuro mas, a referência que contribui para a validação das respostas em devir encontra-se nos quotidianos consolidados, social e espacialmente. Apelando genericamente ao aumento e aprofundamento dos conhecimentos e ao trabalho com

⁷⁴⁴ Idem, *A Cidade como Arquitectura. Apontamentos de Método e Crítica*, p. 8.

⁷⁴⁵ A avaliação exaustiva dos trabalhos para o CODA ou para concursos de professores ainda está por avaliar. Seguramente que a concretização deste trabalho aportará dados e leituras que fomos incapazes de efectuar neste contexto de investigação.

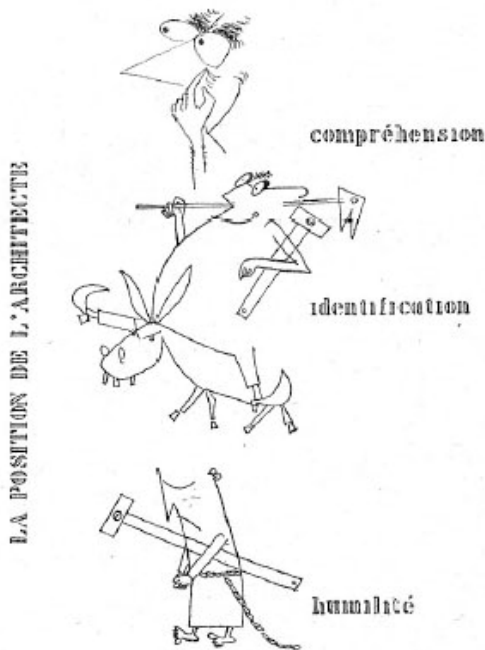


fig. 2.73 – Painel 4 (excerto), “La position de l’architecte”. Alfredo Viana de Lima; Fernando Távora; Octávio Lixa Filgueiras, “X Congresso CIAM”. *Arquitectura*, n.º 64, 3.ª série, Jan.-Fev. 1959, p. 28

outros profissionais, são apontadas prioridades, variáveis segundo os autores, mas que passam necessariamente pela compreensão da realidade.

Considerando o panorama de contaminações perceptível e a atenção que, seguramente, estes autores emergentes – principalmente Vieira de Almeida e Portas – teriam ao que se ia produzindo no contexto nacional, arriscamos afirmar que pouca teoria da arquitectura se estava a delinear e a propor por estas décadas. De qualquer modo, preocupações e visões do mundo e da arquitectura foram traçadas. Ainda que, salvo raros momentos, se tenham confrontado especificamente com o tema do habitar, estarão presentes na observação que se efectuará sobre a

crítica publicada durante a década de 1960 de autores portugueses e que tratam de obras cujo programa é a habitação.

6.3. DIVERSIDADE E CONSOLIDAÇÃO

O grupo CIAM-Porto pedira, em 1956, que a actividade dos arquitectos fosse munida de compreensão e identificação da realidade, assim como de humildade face a esta última [fig. 2.73]. Muitos outros técnicos, directamente relacionados com a habitação, foram apelando, em momentos distintos e como parcialmente já se viu, à necessidade de prestar atenção a esta mesma realidade para dela retirar e actualizar as respostas arquitectónicas, procurando, assim, conseguirem que as mesmas fossem adequadas e cumpridoras das expectativas. A crítica, ao relacionar-se directamente com a factualidade da obra arquitectónica construída e muitas vezes já habitada, coloca-se nesta procura de uma suposta medição da verdade ou efectividade da obra. Na prática, esta verdade tenderá a existir enquanto balizada desde uma posição que o crítico toma para si, escorada por uma leitura que faz do mundo e, neste caso, com especial cuidado da arquitectura e do território que lhe dá orientação.

As tentativas de crítica que vão surgindo nas publicações portuguesas, depois de começarem a definir-se como possibilidade efectiva de contribuição para o conhecimento da arquitectura e da sua valorização, continuam um percurso desejado e exigido. Entre outras conquistas, com a concretização das aspirações, assistir-se-á à internacionalização da arquitectura portuguesa, principalmente a partir



fig. 2.74 e 2.75 – John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, capa e p. 6.

da segunda metade dos anos 1960, via Itália, França e Espanha⁷⁴⁶, e que arrastará consigo a produção escrita de alguns arquitectos, no enquadramento efectuado às obras e aos projectistas.

Ainda na primeira parte da década é possível assistir-se a alguma divulgação, nem sempre associada a textos de enquadramento ou esboços críticos. Neste grupo, encontramos a publicação do trabalho do arquitecto português activo em Moçambique, Amâncio «Pancho» Guedes (n. 1925) que, em 1961, surge nas páginas da *Architectural Review*. Um texto de Julian Beinart acompanha as obras, sendo estas apresentadas como parte do desenvolvimento de uma expressão arquitectónica profundamente pessoal⁷⁴⁷ e, de certo modo, explica assim, sem o afirmar, como o caso de «Pancho» Guedes surge marginal a uma linha portuguesa e da metrópole com outras preocupações e resultados. Ainda sobre o seu trabalho, o artigo publicado no ano seguinte na francesa *L'Architecture d'Aujourd'hui*, afasta-se do modelo do anterior. Um pequeno texto introdutório e biográfico não assinado é seguido das obras e de um texto de Amâncio Guedes, nenhum deles com intenções críticas⁷⁴⁸. Como se vê, com estes dois casos, não é em garantido que todas as publicações do mundo ocidental, dito desenvolvido, aceitem como prática corrente de apresentação de obras de arquitectura a sua intermediação crítica e de enquadramento mais aprofundado.

Em 1964 é publicado, com a edição de John Donat, o livro *World Architecture One* [fig. 2.74], com o objectivo, segundo o autor, de tentar ultrapassar a distância entre a arquitectura e as pessoas, assim

⁷⁴⁶ João Paulo Martins, "Arquitectura Moderna em Portugal: a Díficil Internacionalização. Cronologia" in Ana Tostões; Sandra Vaz Costa. *Arquitectura Moderna Portuguesa. 1920-1970*. Lisboa: IPPA, 2004, pp. 163 e seguintes.

⁷⁴⁷ Julian Beinart, "Amâncio Guedes. Architect of Lourenço Marques", *The Architectural Review*, vol. CXXIX, n.º 770, April 1961, p. 241.

⁷⁴⁸ Amâncio Guedes, "Y Aura-t-il une Architecture? Oeuvres et Projects", *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 102, Juin-Juillet 1962.



Photo: Luiz Cunha

PRIMARY SCHOOL, BRAGANÇA

Architect
Viana de Lima

The Portuguese government has made an effort to provide the country with improved teaching facilities and has made a valuable contribution although the pedagogic evolution has been only moderate. This is evident in the poor quality of many official projects. The best results have come from those architects who in carrying out municipal work have remained independent. Even so they are severely restricted by an obligatory and traditional arrangement of spaces that is out of date, and prevents the creation of new methods of internal organization to reflect new methods of teaching. The primary school of Viana de Lima shows that it is at least possible to create architecture within the limiting conditions of official programmes and budgets. The composition is planned around a central space which can be used as a covered playground, or adapted to form a multi-purpose space which the children can use in a variety of ways. The building is an interpretation of local conditions based on unspecialized techniques and capable of repetition on different sites. The objective is to replace official school-ages with simple buildings that take the greatest possible advantage of the small space the budget permits.

como de divulgar a rara arquitectura moderna de qualidade cuja descoberta exige interesse, paciência e conhecimento⁷⁴⁹. Surgindo com trabalhos de vinte e dois países, com conteúdos cuja responsabilidade pertence aos seus editores sectoriais [fig. 2.75], procura apresentar uma panorâmica alargada do que seria a arquitectura no mundo, à época, debaixo desta exigência, apontada anteriormente, de ser moderna e de ter qualidade⁷⁵⁰. As páginas dedicadas a Portugal são da responsabilidade de Luiz Cunha (n. 1933) e apresentam sob a designação de “The search for na autentic architecture”, as escolas primárias de Viana de Lima [fig. 2.76] e de Fernando Távora e a Casa de Chá de Álvaro

fig. 2.76 – Escola primária, Bragança, Viana de Lima. Luiz Cunha. “The search for na autentic architecture” in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, p. 87.

Siza. Com menor informação gráfica e de enquadramento, é igualmente apresentada a Pousada de Pisões do arquitecto Januário Godinho (1910-1990). A opção de começar pela zona Norte do país, especialmente pela região do Porto, é justificada por se esperar poder vir a completar nos volumes seguintes com outros exemplos das restantes zonas do país⁷⁵¹. Mas, mais importante, para esta opção é o autor considerar que algumas ideias que germinaram nesta zona se espalharam depois para ao restante território. No leque de relações e influências, Cunha começa por referir a ligação aos CIAM, por parte de Viana de Lima e Távora, mas também refere influências como a de Le Corbusier, da arquitectura brasileira ou o impacto da arquitectura escandinava e italiana, assim como a avaliação crítica efectuada a Frank Lloyd Wright⁷⁵². A leitura desta malha de referências e de motivos de reflexão não surpreende e ela constrói uma aproximação acertada e coincidente com os textos, sobre autores estrangeiros, que as revistas portuguesas vão publicando.

⁷⁴⁹ John Donat, “Introduction” in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, p. 8.

⁷⁵⁰ Idem (ed.), *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964. Por ordem de apresentação os países são: Japão, E.U.A., México, Venezuela, Espanha, Brasil, Portugal, Moçambique*, Israel, Grécia, Itália, Polónia, Hungria, França, Suíça, Alemanha, Finlândia, Suécia, Noruega, Grã-Bretanha e Canadá. De sublinhar a separação de Moçambique, à época colónia, de Portugal.

⁷⁵¹ Fica por esclarecer de que país efectivamente se falar mas presente-se que será de Portugal continental, a metrópole do império. A já referida inclusão autónoma de Moçambique conta com a edição de Amâncio Guedes e a apresentação exclusiva de obras suas (Amâncio d’Alpoim Guedes, “The American Egyptian style [Mozambique]” in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, pp. 94-109). Parece-nos ser esta menos uma atitude de raízes políticas contra um ainda império colonial e mais o resultado da possível ligação de Guedes com John Donat, na África do Sul, onde ambos estudaram.

⁷⁵² Luiz Cunha, “The search for na autentic architecture” in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, pp. 84-93.

Este livro, tido na sua época como confuso, tanto pela efectiva diversidade do mundo arquitectónico de então, como pelas opções de edição⁷⁵³, faz o mapeamento de um contexto fragmentado de pontos de vista e de obras, onde aproximações de raiz culturalista se cruzam com a actualização das mesmas. Assim, os arquitectos portugueses escolhidos fazem todo o sentido, tal como as obras propostas; reflectiam uma procura de fusão entre tradição e modernidade perfeitamente enquadrável no âmbito da publicação. Curiosamente, nenhum dos casos publicados se refere a habitação permanente, colectiva ou unifamiliar, preferindo Luiz Cunha escolher programas com carácter público.



fig. 2.77 – Capa: edifícios na Avenida Visconde Valmor. *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960.

O interesse exterior sobre a arquitectura portuguesa inicia-se e ampliar-se-á durante a década de 1960.

Um outro interesse sobre esta, do próprio meio que a produz, verá igualmente por esta década aprofundar-se e tornar-se mais relevante e participativo, através da escrita. Como já se viu anteriormente, nas páginas das revistas nacionais, já desde a década de 1950 se experimenta efectuar uma crítica que transporte opções e densidades diversas face às obras que discute. O que procuraremos, de seguida, aferir é da evolução e/ou ruptura a que se assiste, depois de concretizadas algumas propostas teóricas significativas, abordadas nas páginas anteriores. Não é pretensão abordar a totalidade de propostas críticas produzidas mas cingir-nos àquelas que dizem respeito à reflexão sobre a habitação e que, de modo mais ou menos directo, se ligam à do habitar.

6.3.1. HABITAÇÃO NA CIDADE CONSOLIDADA

Ao iniciar a década de 1960, a revista *Arquitectura* publica um número dedicado na sua quase totalidade aos prédios de rendimentos em Lisboa [fig. 2.77]. A introduzir a posterior apresentação individual das obras surge um texto, não assinado, mas com a autoria provável de Fernando Gomes da Silva (n. 1932). Dos enquadramentos mais relevantes neste texto, e para lá dos números da gravidade do défice de fogos que apresenta, prende-se com o alerta que efectua para os, também, prédios de rendimento que se iam construindo nas periferias, onde nem os “mínimos requisitos

⁷⁵³ S. McLeod, “Book review: World Architecture One”, *Urban Studies*, vol. 3, n.º 2, 1966, p. 173.

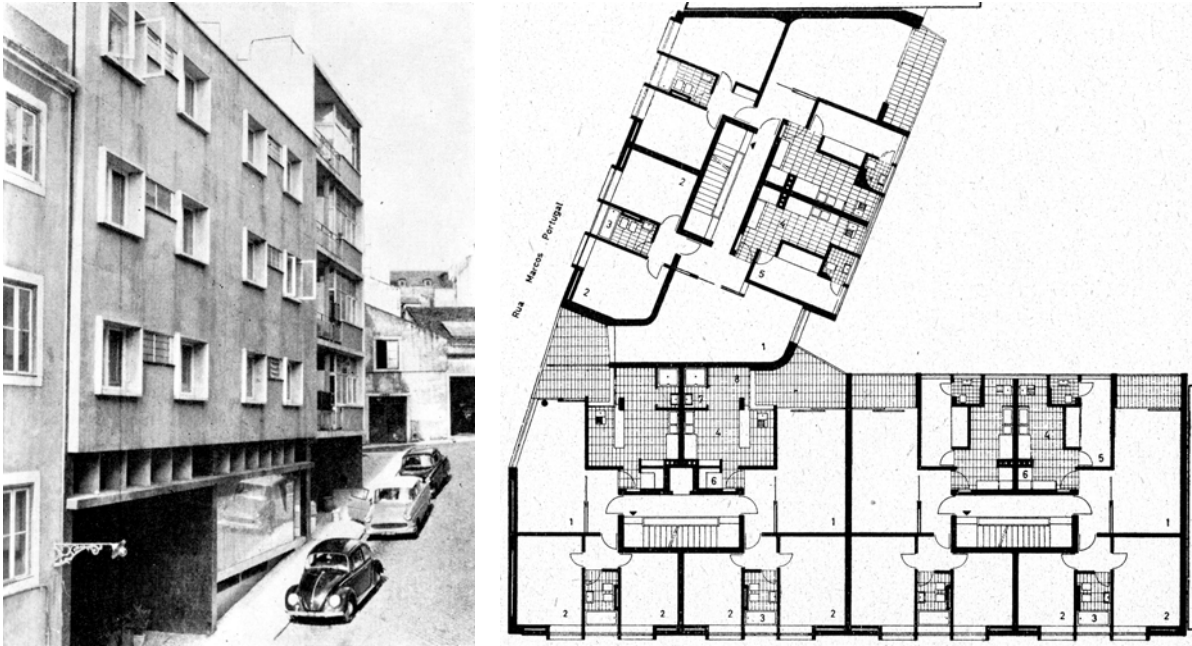


fig. 2.78 e 2.79 – Vista geral e planta, prédio na Rua Marcos Portugal, Lisboa, Conceição Silva. *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1967, pp. 19 e 21.

construtivos” eram salvaguardados mas, igualmente, valoriza o necessário tratamento destes edifícios como o que chama de “arte urbana”. Na avaliação genérica que efectua aos casos apresentados, sublinha a capacidade que têm de cumprir este último ponto, nas opções que dizem respeito à “organização e ao tratamento das fachadas”. Mas, logo de seguida, afirma a menor clareza destas obras respeitante a outros factores arquitectónicos em presença.⁷⁵⁴

Depois deste texto introdutório surgem as cinco obras lisboetas escolhidas, sendo que só uma delas, um prédio de escritórios de João Braula Reis e Justino Morais (n. 1928), não se destina a habitação. O modelo perceptível de apresentação dos edifícios, para além das peças gráficas uniformes – fotografias, plantas e pormenores –, conta com um texto assinado pelos os autores, uma descrição de extensão variável e com o que, nalguns dos casos, é chamado de nota crítica, da autoria de Gomes da Silva. Desta grelha, já se percebe a vontade de uniformizar apresentações mas, mais importante, de clarificar aproximações e autorias dos textos. A separação em três níveis dos conteúdos de texto reflecte, por um lado, a consciência de que existem aproximações diversas e que surgem com diferentes finalidades e modos de fazer, por outro, esta vontade de os identificar perfeitamente permite ao leitor tomar consciência destas diferenças e assim enquadrar os diversos discursos.

Analisaremos primeiro os textos dos arquitectos autores dos projectos. A possibilidade de escreverem acompanhando os seus prédios foi entendida e aproveitada de diferentes modos, desde a descrição estrita e alargada da obra, como Artur Pires Martins (1914-1999), a uma reflexão mais acalorada sobre

⁷⁵⁴ Fernando Gomes da Silva, “Prédios de rendimentos em Lisboa”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 16-17 e 62-63.

os problemas da especulação imobiliária, como João Braula Reis (1927-1989). Dos cinco projectos, dois pertencem à mesma equipa de arquitectos – Victor Palla (1922-2006) e Joaquim Bento de Almeida – e são introduzidos por um único texto assinado pelo primeiro, que se dedica a reflectir sobre o processo que origina o prédio de rendimento. No caso de Francisco Conceição Silva (1922-1982), o seu texto avalia, de modo breve, as condicionantes da obra que apresenta [fig. 2.78]. O processo do projecto é cruzado com as renitências camarárias às soluções que, segundo o autor, seriam mais benéficas para a envolvente, resultando assim numa posição de compromisso com a colocação à face do lote. De todas as reclamações fixadas nos artigos deste número da *Arquitectura*, este é o único caso em que a CML é apontada, não em abstracto mas efectivamente, como causadora de constrangimentos que pioraram a obra final.⁷⁵⁵

O testemunho de João Braula Reis é o mais extenso e mais violento na crítica que efectua a tudo o que rodeia a construção dos prédios de rendimento. Mais do que uma apresentação ou reflexão sobre o seu projecto – um prédio de escritórios realizado em co-autoria com Justino Morais – é um efectivo testemunho, um desabafo sentido contra especuladores e construtores, por essas décadas, organizados ao redor do tão conhecido conceito, em contexto lisboeta, do “pato bravo” ou “tomarense”. O próprio arquitecto acaba por defini-los: gente que chegou a Lisboa para a construção, principalmente do Bairro de Alvalade, e que se foi espalhando pela capital no negócio da construção e venda de edifícios de habitação. Naturalmente que, neste contexto, os arquitectos assumem-se como tendo pouca força e capacidade de fazer vingar alguma qualidade a que possam aspirar. Segundo Braula Reis, esta acaba por surgir como resultado do “apuramento de alguns destes clientes” e da aprendizagem, por parte dos arquitectos, de estratégias defensivas. Sobre estas, dedica-se então a desenvolver para que “outros possam fazer melhor”.⁷⁵⁶

Também Victor Palla utiliza o seu espaço para dissertar sobre o prédio de rendimento, afirmando, logo à partida, que já o “termo define o problema”. Esta nova função de “produzir determinado rendimento” substitui-se assim à de habitar, sendo esta acessória ou mero pretexto. Explica, então, o processo “inteiramente cristalizado” que vai da demolição da habitação unifamiliar existente à construção pelo próprio dono de obra, com as inúmeras tentativas de maximizar o investimento. Ao contrário de Braula Reis, retira alguma culpa aos chamados “patos bravos”, já que, como afirma, se encontrar as suas acções integralmente na legalidade. A falta de meios legais e morais para punir a especulação associada à habitação deixa, segundo o autor, a arquitectura e o urbanismo num

⁷⁵⁵ [Francisco] Conceição Silva, “Prédio na Rua Marcos Portugal”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960.

⁷⁵⁶ João Braula Reis, “Prédio na Rua Conde Redondo”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, p. 26.

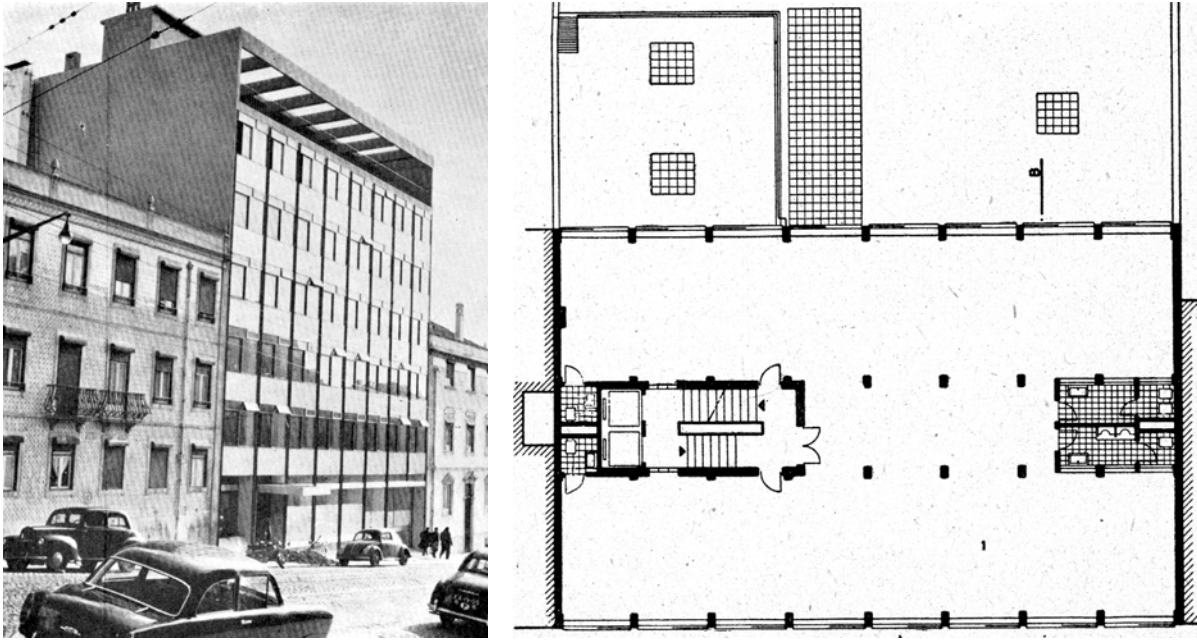


fig. 2.80 e 2.81 – Vista geral e planta, prédio na Rua Conde Redondo, Lisboa, João Braula Reis e Justino Morais. *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1967, pp. 24 e 26.

completo segundo plano⁷⁵⁷. No contexto desta discussão, e especificamente sobre as duas obras e os seus processos, nada avança, preferindo a generalidade da discussão tema.

Como já se referiu, cada projecto é acompanhado por uma descrição, na maioria dos casos curta, com a extensão de uma única coluna. A excepção é o caso de Pires Martins que explica o seu prédio na Avenida Elias Garcia, abordando extensamente a solução, os acabamentos e o sistema construtivo [fig. 2.86]. Sendo um projecto destinado a ter arrendamento livre, excluído por isso dos constrangimentos das habitações de “renda limitada”, conta com um diferente enquadramento⁷⁵⁸. Neste caso, as opções mercantilistas são secundadas por opções que visam a criação de uma tipologia onde a rentabilização chega através das áreas generosas e das opções projectuais que apontam para um distinto público-alvo. Pires Martins exclui-se de se aventurar por qualquer avaliação crítica do contexto alargado do prédio de rendimento ou, sequer, reflectir no processo desta obra as eventuais condicionantes.

Como se vê, a relação que este grupo de arquitectos tem com os prédios de rendimento surge diversificada e, em alguns dos casos, com um sentido depreciativo moral e social muito forte. Sendo o prédio de rendimento considerado, por um dos autores, como programa que “não oferece grande interesse profissional”⁷⁵⁹, como avalia Gomes da Silva as prestações publicadas? Para além da introdução já referida, este autor escreve quatro notas a que chama críticas. Os dois trabalhos da

⁷⁵⁷ Victor Palla, “Prédio na Rua de S. Bernardo”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 32-33.

⁷⁵⁸ [Artur] Pires Martins, “Prédio da Avenida Elias Garcia”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960

⁷⁵⁹ Reis, “Prédio na Rua Conde Redondo”, p. 26.

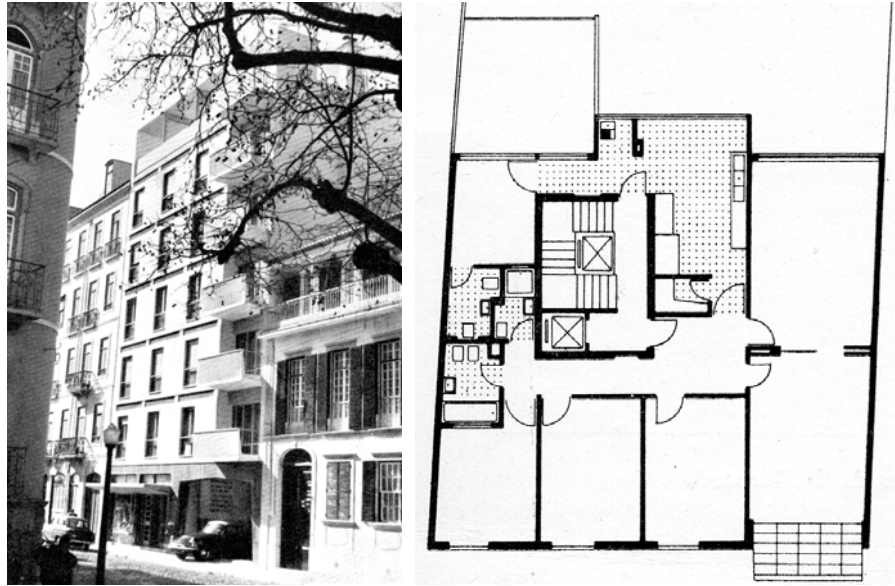


fig. 2.82 e 2.83 – Vista geral e planta, prédio na R. de S. Bernardo, Lisboa, Vítor Palla e Bento de Almeida. *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1967, p. 33.

dupla Palla e Bento de Almeida são analisados em conjunto num único texto. Através delas tentaremos perceber o que esta proposta atitude crítica tem para oferecer.

O edifício de Conceição Silva, para a Rua Marcos Portugal [fig. 2.78], é um caso objectivo onde as imposições do programa procuravam rentabilizar ao máximo a área disponível para a implantação. Ainda assim, segundo Gomes da Silva, as condições de habitabilidade são consideradas boas [fig. 2.79]. Algumas das observações que faz procuram valorizar as opções que se ligam a valores de profundidade conferidos aos espaços, no sentido de transição enquanto acréscimo de qualidade espacial. São disto exemplo, as entradas térreas para os dois núcleos de acessos verticais, onde entre o exterior da rua e o interior do vestíbulo é proposto um espaço coberto intermédio. Refere, igualmente neste sentido, as varandas com a sua capacidade de serem zonas de permanência, mas com menor efectividade do que a primeira situação identificada. Na maioria dos comentários coloca-se num registo funcionalista, onde orientações, concentração de ocupação do lote ou número de fogos por piso servem para confirmar uma contingência complexa para o projecto.⁷⁶⁰

O texto sobre o projecto de edifício de escritórios, projectado por Braula Reis e por Justino Morais, tem um dos mais efusivos de Fernando Gomes da Silva. Apontando como eventualmente o primeiro caso ou, pelo menos, como sendo um dos “exemplos mais notáveis”, é apresentado com a grande qualidade de surgir, de raiz, com a finalidade de vir a ter uma ocupação terciária [fig. 2.80]. Ao contrário da prática corrente de adaptação de um fogo a escritório, este edifício de seis pisos, não deixa de ter – como esclarece o autor –, a “despeito da sua qualidade”, “condição de prédio de

⁷⁶⁰ Fernando Gomes da Silva, “Prédio na Rua Marcos Portugal”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960.

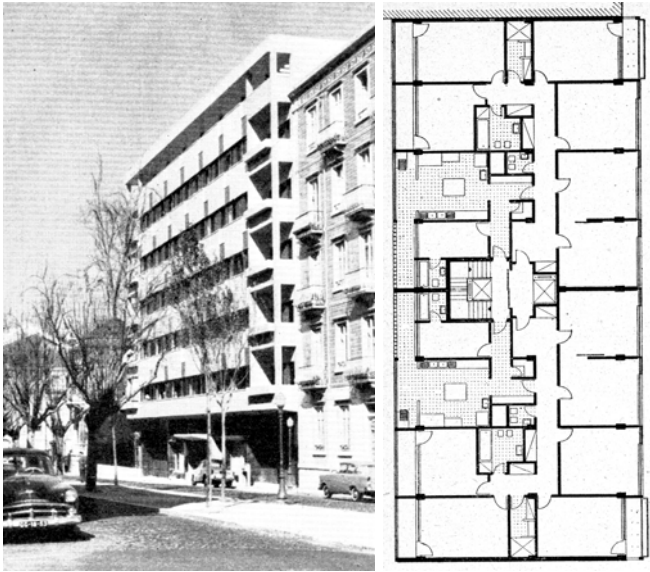


fig. 2.84 e 2.85 – Vista geral e planta, prédio na Avenida Visconde Valmor, Lisboa, Vítor Palla e Bento de Almeida. *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1967, pp. 36 e 39.

rendimento”. Ainda assim, mesmo na relação com o “capitalista e o construtor”, a situação em causa afastou-se da regra: segundo escreve Gomes da Silva, a elaboração do programa teria tido a colaboração dos arquitectos, levando assim os promotores a abandonarem a ideia de construir mais um edifício de habitação. Mas outras soluções são igualmente apresentadas de modo entusiasta. A igual organização de ambas as fachadas, destruindo a existência de uma principal e de uma secundária, é uma das

características mais valorizadas, a par de imagem moderna que estas aparentam [fig. 2.81]. O único apontamento que se pode enquadrar na introdução que faz e no seu interesse pelas “artes urbanas”, vem no sentido de sublinhar a visão nocturna do edifício que, em funcionamento, surge como “motivo interessante para a vida na cidade”.⁷⁶¹ Mas é difícil encontrar um fio condutor sólido, eventualmente, porque o ponto de partida – teórico e não o objectual – carecia já de clareza.

As duas obras de Vítor Palla e Bento de Almeida são, como já se disse, abordadas por Gomes da Silva num texto único [fig. 2.82-2.85]. Esta opção justifica-se tanto pela autoria única de ambos como pela proximidade programática. Segundo o autor do artigo, estes dois prédios são “habitação de luxo”, “com um programa muito desenvolvido”, e destinados a “classes economicamente favorecidas”⁷⁶². Como resultado deste programa excepcional, encontramos fogos com características específicas, resultantes de uma reconhecível continuidade com soluções consolidadas. As zonas sociais, estar e refeições, encontram-se bem diferenciadas em compartimentos distintos, ainda que com ligação entre elas, através de um vão de porta de dimensões generosas. Em ambos os edifícios os fogos têm dois acessos, um principal e outro de serviço, assim como amplas e diferenciadas zonas de serviços, onde o quarto destinado à criada se encontra inserido [fig. 2.83 e 2.85]. A fechar o seu texto, Gomes da Silva fixa-se na análise das fachadas que, como refere, lhe parecem terem sido alvo de maior atenção por parte dos arquitectos do que o interior. No caso do edifício da Rua de São Bernardo [fig. 2.82], o autor reconhece-lhe o uso diferenciado da varanda, contrariando o uso contínuo, dito recorrente, em prédios de rendimento, e associando a mesma ao espaço social da casa, neste caso a sala de estar,

⁷⁶¹ Idem, “Nota crítica [Prédio na Rua Conde Redondo]”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 30-31.

⁷⁶² Idem, “Os prédios da Rua de S. Bernardo e da Av. Visconde Valmor”, *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, p. 36.

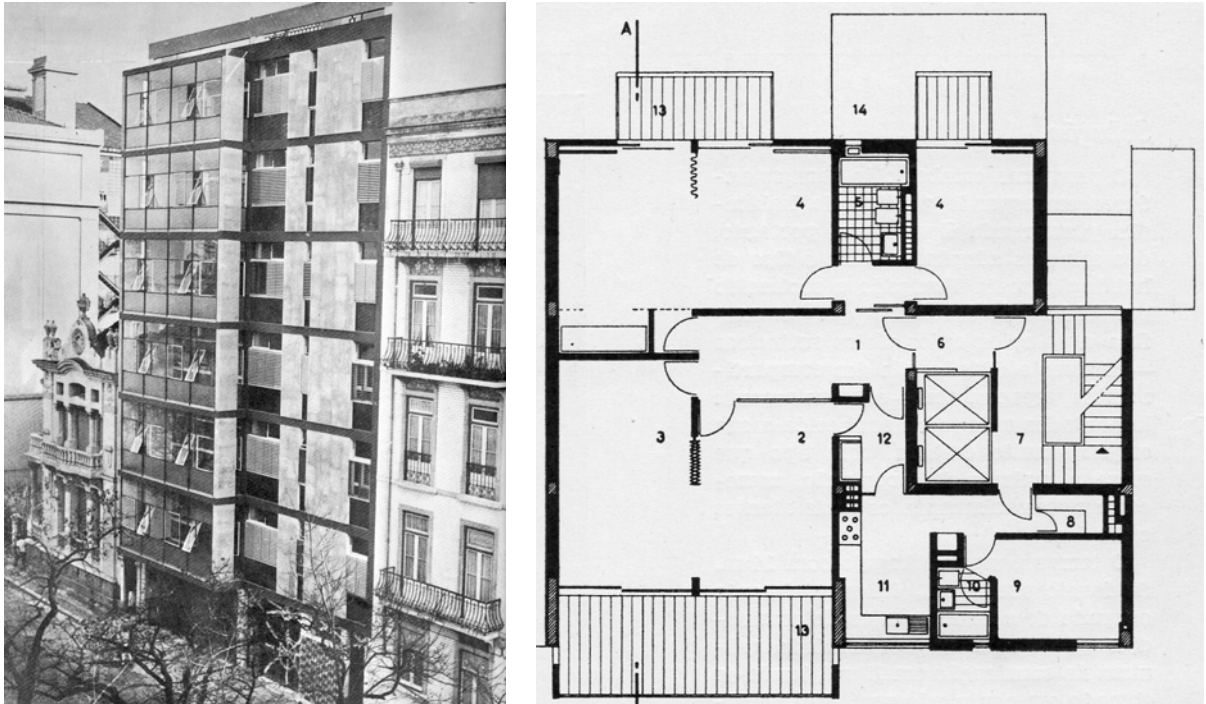


fig. 2.86 e 2.87 – Vista geral e planta, prédio Avenida Elias Garcia, Lisboa, Pires Martins. *Arquitetura*, n.º 67, Abr. 1967, pp. 42 e 43.

ampliando-a para o exterior. Sobre as janelas dos quartos sublinha a opção pelas janelas de sacada que, segundo o autor, procuram salvaguardar a privacidade destes compartimentos. No edifício da Avenida Visconde Valmor a situação é distinta [fig. 2.84]. Como refere o Gomes da Silva, a opção é por uma “procura realizada em superfície”, não existindo uma tentativa de preservar a intimidade, como no caso anterior⁷⁶³. A diferença principal, no que à relação entre fachada e desenho do fogo diz respeito, é o facto de as varandas, colocadas em colunas e nos limites do lote, surgirem associadas a divisões destinadas a quartos. Aqui, Palla e Bento de Almeida não conferem importância ao prolongamento dos espaços comuns da casa para a ampla varanda, optando por diminuir a área e alterar a localização das mesmas. Reconhece-se, assim, que face a uma procura orientada pelo desenho da fachada, as intenções dos espaços domésticos são colocadas em segundo plano.

No texto relativo ao edifício de Pires Martins [fig. 2.86], Gomes da Silva identifica um “sentido de evolução e uma visão actual do fenómeno arquitectónico” mas deixa ambas as afirmações por desenvolver. Mais uma vez, na análise que efectua ao desenho do fogo é especialmente sensível às zonas cuja dualidade reforçam um valor de habitar. Neste sentido surgem identificadas as varandas fechadas, em continuidade com as zonas de estar e comer, e que colocam na fachada principal um elemento habitualmente remetido para as traseiras dos edifícios mais antigos, as marquises. A separação retráctil que divide estas últimas é também apontada mas, no que aos quartos diz respeito, onde uma opção semelhante junta ou separa dois deles, não surge qualquer referência [fig. 2.87]. A

⁷⁶³ Idem, *Ibidem*, p. 38.

clareza que identifica nas fachadas é valorizada e, mais uma vez, a sua preocupação com a representatividade urbana não será alheia a esse reconhecimento. Também são vistos como factores positivos a relação entre a estrutura, especialmente quando necessita responder a esforços mais singulares, como na fachada principal, assim como a pormenorização e sua concretização. A estas últimas, estrutura e boa execução, não será alheia, segundo o autor, a coincidência entre encomendador, construtor e engenheiro numa mesma pessoa.⁷⁶⁴

As condicionantes da capital no preenchimento da sua malha corrente, com a envolvente de mercado referida pelos projectistas, foram produzindo um tipo de construção que, com maior ou menor recorrência, contaria com a colaboração dos arquitectos. O estigma associado a este tipo de produção arquitectónica, principalmente em competição com outras que estavam a desenvolver-se nas zonas novas da cidade, fará com que tenha pouca visibilidade e que não seja motivo de interesse crítico, enquanto obra de arquitectura. Os textos de enquadramento dos arquitectos autores das obras são, como se viu, motivados por linhas de aproximação diversa, mas que não levantam questões ou esquiçam caminhos que excedam o universo da técnica ou então da revolta contra a vigência legal, social e moral de um determinado desenvolvimento da cidade. Os textos tidos como notas críticas também não conseguem afastar-se das observações confusas, perdendo inclusivamente o interesse identificado no texto introdutório, ao redor de uma discussão relativa à imagem da arquitectura no contexto urbano. Os motivos do desinteresse identificados neste caso, mas também presentes ao longo da década, serão seguramente diversos. Entre eles poderemos apontar para a já referida maior preocupação que outros caminhos de resposta às questões do habitar, contra este anónimo preenchimento da cidade tão à mercê das regras da especulação. Mas uma sensação de inevitabilidade associada a este tipo de encomenda também é perceptível. A ideia transversal a autores e crítico, neste caso de estudo, é a de que, mesmo a energia da revolta, pode pouco no que diz respeito à reflexão sobre o habitar, preocupação última na escala de valores em causa, na maior parte destas obras.

6.3.2. HABITAÇÃO EM TERRITÓRIOS EMERGENTES

Os edifícios de habitação colectiva que teriam mais espaço de divulgação, e conseqüente exercício crítico, são aqueles que se inserem em zonas urbanas cujo desenho estabelece uma ruptura com o da cidade consolidada. Ao contrário dos prédios de rendimento, estes implicam um outro processo de projecto e conseqüente resultado do mesmo. Ainda assim, a pressão dos limites de custo da construção aplica-se na maior parte destes casos. Com diferente sentido, eventualmente, pelo

⁷⁶⁴ Idem, "Prédio na Avenida Elias Garcia", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 41-43.

desenho de ruptura que propõem são, à partida, edifícios de habitação mais estimulantes para o exercício crítico, ou a tentativa do mesmo, do que os casos anteriores.

PROPOSTAS DE HABITAÇÃO NO PLANO DOS OLIVAIS

São diversos os edifícios de habitação do plano dos Olivais, Norte e Sul, que a revista *Arquitectura* vai publicando ao longo dos anos 1960. Os formatos dos artigos são variados e é possível encontrar tanto propostas de leitura crítica, como apresentações descritivas e enumerativas. O número 81 da revista, de Março de 1964, é dedicado, quase em exclusivo, aos Olivais Norte [fig. 2.88]. Nele encontramos a memória descritiva da autoria do Gabinete de

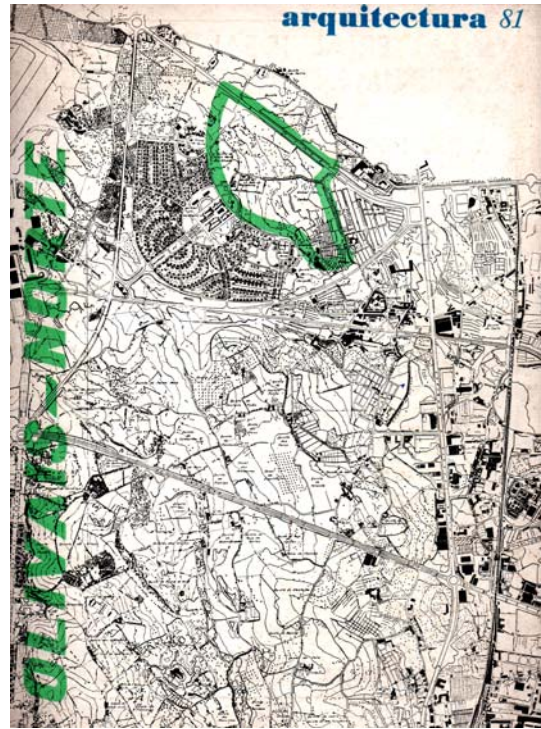


fig. 2.88 – Capa. *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964.

Urbanização da CML, uma nota crítica e a apresentação dos arranjos exteriores, dos edifícios de habitação, da escola primária e do projecto do centro cívico comercial. Nestes três últimos, a informação resume-se a ficha técnica, desenhos e fotografias, no caso de as obras se encontrarem já construídas.

Na memória descritiva do “Estudo de base elaborado para os Olivais”, de 1955, é esclarecido, relativamente ao critério de implantação dos edifícios de habitação, que a opção vai no sentido de se cumprir o “princípio das independência dos blocos habitacionais”⁷⁶⁵. Mais do que terá sido conseguido o bairro de Alvalade, o desenvolvimento dos Olivais vai permitir um trabalho de projecto e reflexão pioneiros a diversos níveis. Pioneiro pela diversidade de técnicos e estudos envolvidos mas também na apresentação e enquadramento público que as publicações reflectem⁷⁶⁶.

O artigo que Leopoldo de Almeida (1932-1996) escreve, em 1964, sobre o Plano dos Olivais-Norte tem um interesse alargado para as diferentes escalas de acção, mas prestaremos atenção especial ao que à habitação diz especial respeito. Quando se refere aos fogos, sublinha a diversidade de áreas, opções funcionais e acabamentos mesmo dentro de uma mesma categoria. Deste modo, a multiplicidade de soluções encontradas nos blocos – com consequências nos materiais e nos métodos construtivo mas também nas formas e dimensões – reflecte-se naquelas que são as unidades mais

⁷⁶⁵ Gabinete de Urbanização da C.M.L., “Olivais-Norte. Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais elaborado em 1955”, *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, p. 6.

⁷⁶⁶ Ver “5.6.5. A avaliação do espaço doméstico”.

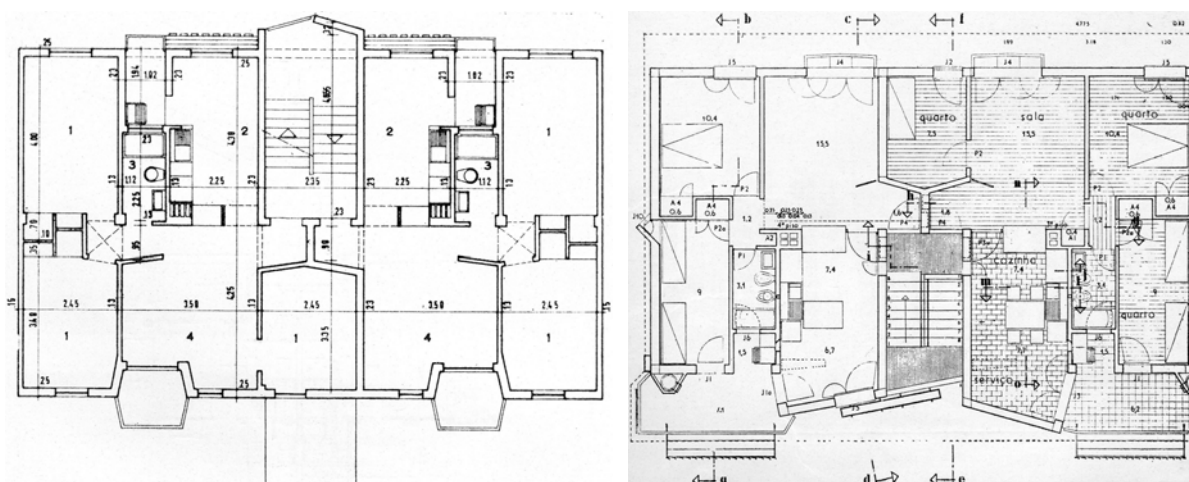


fig. 2.89 e 2.90 – Plantas, Bloco IC, Braula Reis e João Matoso e bloco IIA, Nuno Teotónio Pereira e António Freitas. *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, pp. 20-21.

pequenas. Na avaliação das áreas propostas, e ainda que uma maioria destes fogos fosse enquadrada pelas limitações das habitações económicas, o autor considera-as “francamente satisfatórias”, chegando a referir a generosidade de algumas.⁷⁶⁷

Sobre as opções mais estritamente relacionadas com as opções de desenho dos fogos, Leopoldo de Almeida defende uma maior “diversificação” que, na prática, corresponde a uma fragmentação aplicada, principalmente, na zona de serviços domésticos com separação entre cozinha, despensa e área de lavagens e estendal de roupa. A defesa da fragmentação funcional prende-se, segundo o autor, com a maior capacidade de adaptação das famílias aos fogos ou “maior aderência da casa às necessidades funcionais do agregado familiar”. Neste sentido, depois de ter explicado a matriz de observação, refere como alguns dos fogos de maior área nem sempre cumprem este objectivo. Pelo contrário, refere duas propostas das tipologias mais económicas, onde isso acontece de forma “mais intencional e cuidada”⁷⁶⁸. Os dois blocos referidos como mais exemplares são da autoria de Braula Reis e João Martins [fig. 2.89] e de Nuno Teotónio Pereira e de António Freitas [fig. 2.90]. No que aos fogos diz respeito, Leopoldo de Almeida esgota assim as suas observações.

Os quatro grandes blocos na zona central do Plano de Olivais Norte, da autoria de Artur Pires Martins e de Cândido Palma de Melo (1922-2003), vão ser tema de um artigo publicado pelos engenheiros S. Pereira Gomes e Sebastião Sanfins. Depois de uma esclarecedora introdução ao edifício e à sua relação com o plano, debruçam-se sobre a organização dos fogos. Sobre esta, referem a procura de uma máxima “maleabilidade” para que o espaço pudesse ser apropriado, com maior efectividade, pelos futuros ocupantes, evitando compartimentações rígidas [fig. 2.91]. Na prática, ainda que tal não seja referido, as únicas situações em que esta flexibilidade é proposta são, por um lado, a parede retráctil

⁷⁶⁷ Leopoldo de Almeida, “Olivais Norte - nota crítica”, *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, pp. 12-13.

⁷⁶⁸ Idem, *Ibidem*, p. 14.

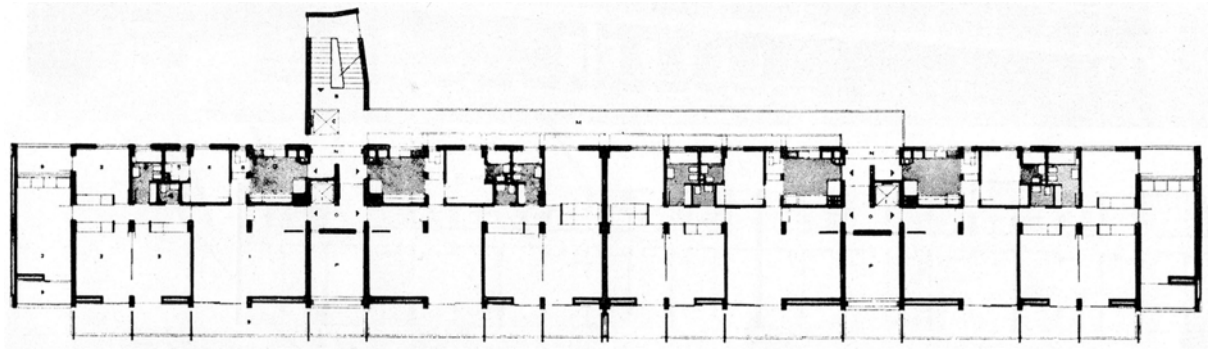


fig. 2.91 – Planta, Bloco IIIA, Artur Pires Martins e Cândido Palma de Melo. *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, p. 25.

que divide dois quartos e, por outro, a inexistência de uma entrada no fogo fixa, deixada a sua definição à decisão dos moradores. Este tipo de solução, recorrendo a paredes flexíveis, é igualmente visível no projecto de Pires Martins, já referido, para a Avenida Elias Garcia [fig. 2.86-2.87]. A leitura de flexibilidade é ampliada à referida ausência de um circuito único de serviço. Da observação da planta, esta avaliação não nos parece óbvia. O artigo é encerrado falando das características estruturais e construtivas⁷⁶⁹. Apesar de ser um artigo da autoria de não-arquitectos, existe uma interessante e ampla tentativa de avaliação em diversos níveis, onde nem só as opções técnicas são trabalhadas. De qualquer modo, a reflexão efectuada sobre as propostas de valores de habitar são pequenos apontamentos, faltando-lhe uma leitura consistente e mais ampla.

Em 1967, a equipa de arquitectos constituída por Hernâni Gandra, Neves Galhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins publica o seu “Bloco habitacional em Olivais-Sul” [fig. 2.92]⁷⁷⁰. Não encontraremos, relativamente ao plano dos Olivais-Sul, uma concentração de atenção, como víramos para a parte Norte do plano. A partir da publicação deste artigo, outros vão surgir de modo fragmentado. Este artigo engloba um conjunto de dados informativos e uma “Nota dos autores”. Apesar de pequena, esta nota é reveladora tanto das opções estruturantes do projecto, como do processo. Para os arquitectos, as habitações projectadas destinam-se a gente anónima e modesta, “de modestos hábitos”. Procurando “dar o mais dentro do menos”, surgem as opções por peças de mobiliário fixo, considerado indispensável – “por um desejo de compensação” –, mas também a flexibilidade funcional permitida com o passa-pratos na cozinha e o painel móvel na ligação do designado quarto de apoio à sala de estar [fig. 2.93].⁷⁷¹

Enquanto reflexão, a contribuição mais significativa do texto prende-se com a observação dos fogos habitados e com a análise do tipo de apropriação a que são sujeitos por parte dos habitantes. Assinalando o impacto da apreciação nos próprios arquitectos, começam por afirmar que os

⁷⁶⁹ S. Pereira Gomes; Sebastião Sanfins, “Quatro blocos habitacionais em Olivais-Norte”, *Arquitectura*, n.º 91, Jan.-Fev. 1966.

⁷⁷⁰ Hernâni Gandra, “Bloco habitacional em Olivais-Sul”, *Arquitectura*, n.º 97, Maio-Jun. 1967, pp. 112-115.

⁷⁷¹ Idem, *Ibidem*, p. 115.



fig. 2.92 e 2.93 – Vista geral e planta, Olivais Sul, Lisboa, Hernâni Gandra, Neves Calhoz, Coutinho Raposo e Costa Martins, 1965. *Arquitectura*, n.º 97, Mai.-Jun. 1967, pp. 112 e 114.

“indivíduos que habitam as casas não são aqueles para quem elas foram pensadas. (o erro talvez seja nosso)”. A explicação desta incompatibilidade vem de seguida e é justificada pela alteração verificada na utilização das diferentes divisões. Nos fogos visitados pelos arquitectos, foram encontradas zonas de comer instaladas em espaços destinados a quartos. A explicação encontrada para esta deslocação prende-se com a necessidade cultural de representatividade que implica, entre outras, a permanência da sala de receber. Assim, salas de estar são transformadas em “espaço morto”, excluídas das actividades quotidianas da família, destinando-se a utilizações pontuais, como dias de festa ou recepção de visitas. Como consequência destas apropriações, os fogos sofrem alterações concretas que incluem algumas demolições, encerramento de vãos ou a apropriação da zona de secagem de roupas. Face ao espaço real que encontram, os moradores procuram, através das opções a que os autores chamam de “exibicionismo decadente”, construir a sua versão de casa, sustentada por desejos, aspirações e eventuais equívocos. Perde-se, deste modo, a “noção de arranjo interior, ordenado segundo valores de utilização”, substituída por uma utilização difícil de divisões cujo desenho e dimensões são inadequados.⁷⁷²

Na avaliação das ocupações, os arquitectos deparam-se com um fosso efectivo existente entre as intenções de projecto, com consequências no desenho do fogo, e a compreensão e aceitação deste, por parte de quem o habita. Ainda assim, como é relatado no final, é identificável uma rejeição daquilo que é diferente que poderia ter sido minorada se, ao contrário do que terá acontecido, existisse uma “informação esclarecida” sobre aquilo que, para os arquitectos, “seria ajustado” como apropriação dos espaços⁷⁷³. Alegadamente, não sendo criada a ponte que permitisse a relação entre

⁷⁷² Idem, *Ibidem*.

⁷⁷³ Idem, *Ibidem*.

as expectativas dos novos habitantes e o espaço que iriam ocupar, surgem reconfigurações que deixam fogo e ocupantes inadequadamente servidos.

No número 110 da revista *Arquitectura*, de 1969, são publicados três obras de habitação colectiva construídas nos Olivais, colocando na capa o conjunto projectado pelos arquitectos Vasco Croft, Justino Morais e Joaquim Cadima [fig. 2.94]. Este conjunto



fig. 2.94 – Capa. *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969.

é o primeiro das três obras apresentadas. Constituído por bandas irregulares, estes edifícios respondem com uma variedade de tipologias, encaixando fogos com dois, três ou quatro quartos. A configuração das bandas permite que se formem logradouros cuja ocupação pelos habitantes mais pequenos aparentava estar garantida, pelo menos fazendo fé nas fotografias apresentadas [fig. 2.95]⁷⁷⁴. A intenção subjacente à construção deste espaço, “de serventia próxima das habitações”⁷⁷⁵, é reconhecível igualmente noutros projectos desta época, numa procura de incentivarem ligações inter pessoais entre estes novos habitantes, num pedaço de cidade sem tradição de vida urbana.

No que ao desenho do fogo diz respeito o texto é omissivo. De uma maneira geral, é possível identificar-se uma aposta na diminuição das zonas de circulação, a favor da área comum da família. O corredor, a existir, é residual e, nalgumas situações, quartos e casa de banho são servidos por uma pequena antecâmara, contígua à sala. De qualquer modo, existem várias tipologias onde o acesso aos quartos é feito directamente da sala comum. Como se verá noutros exemplos, esta opção era apontada como causador da diminuição da privacidade entre espaços de uso distintos e outros arquitectos procurarão contrariá-la. Na maior parte das habitações, o desenho da sala comum inclui uma zona de estar, mais ampla, e outra para colocar a mesa das refeições, em continuidade com a cozinha, garantida por um vão de ligação. A cozinha permite, com duas portas em paredes contrárias, ampliar a circulação, valorizando este espaço como lugar de acontecimentos e contrariando a ideia de cozinha como fim de percurso. A cozinha semi-aberta para a zona de comer e ligada à residual zona de circulação, no lado oposto, constitui-se como núcleo organizacional de todo o fogo [fig. 2.96]. As opções que sustentam o desenho dos fogos reflectem uma tentativa de reequacionar o espaço

⁷⁷⁴ Ver, igualmente, a fotografia da capa deste trabalho.

⁷⁷⁵ Gandra, “Bloco habitacional em Olivais-Sul”, p. 115.

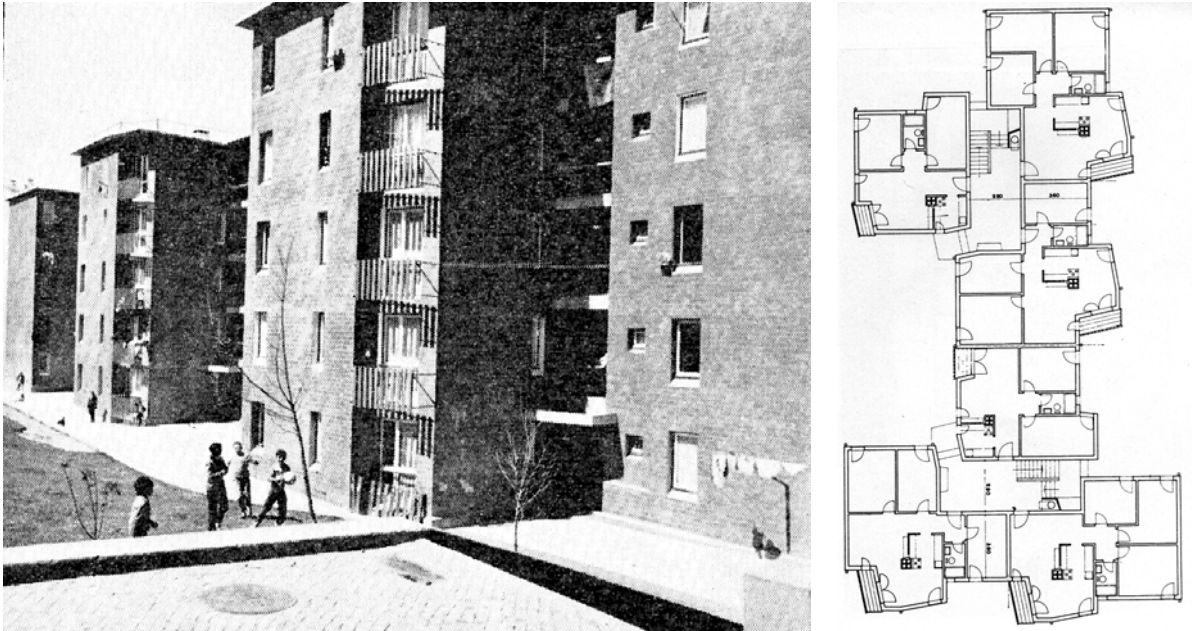


fig. 2.95 e 2.96 – Vista geral e planta, conjunto habitacional nos Olivais-Sul, Lisboa, Vasco Croft, Justino Morais e Joaquim Cadima. *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, pp. 170 e 169.

doméstico e a sua utilização. Não deixa de ser, por isso, relevante a não apresentação das ideias de habitar em presença.

A encerrar o pequeno texto os autores apresentam duas reclamações. Por um lado, referem a falta de tradição na elaboração do que chamam “estudos críticos”, que permita a apreciação do grau de satisfação das famílias moradoras. Por outro lado, referem o resultado deste trabalho como sendo um “esforço isolado de um grupo de técnicos desacompanhado na sua acção”⁷⁷⁶. Ambas deixam antever alguma falta de suporte que a intensa produção do GTH contradiria.

Depois deste conjunto, surge a publicação das torres [fig. 2.97] de Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Nuno Portas, para os Olivais Norte. Estas tinham sido publicadas, num formato mais sucinto e em conjunto com outros edifícios do plano. Esta atenção mais detalhada a estes edifícios será, possivelmente, motivada pela atribuição do Prémio Valmor de 1968⁷⁷⁷. Neste texto, de forma sintética mas enquadrada, são explicadas as opções do desenho geral das torres, assim como as reflexões e tomadas de posição implicadas nas propostas dos fogos.

Observando a planta das torres identificam-se três zonas: a central, onde encontramos os acessos verticais, e as duas laterais, alojando os fogos [fig. 2.98]. Uma delas sofre uma torção para, segundo os autores, ser possível obter um melhor e maior aproveitamento da insolação. Como resultado desta deslocação, os patamares dos pisos ganham área e são tratados de modo a propiciarem a

⁷⁷⁶ Idem, *Ibidem*. Ver subcapítulos “5.6.4. A avaliação do défice de fogos” e “5.6.5. A avaliação do espaço doméstico”.

⁷⁷⁷ Nuno Teotónio Pereira; António Pinto de Freitas; Nuno Portas, “Habitações em torre em Olivais-Norte”, *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, p. 172.

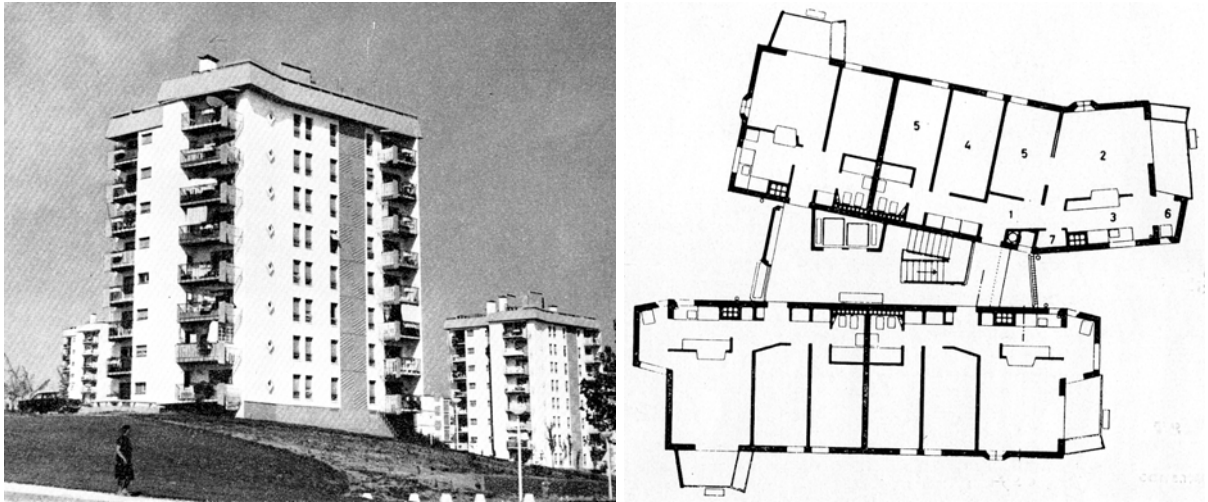


fig. 2.97 e 2.98 – Vista geral e planta, torres nos Olivais-Norte, Lisboa, Nuno Teotónio Pereira, António Pinto de Freitas e Nuno Portas. *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, pp. 174 e 172.

permanência e a relação entre vizinhos, abrindo a torre ao exterior, verticalizando o espaço envolvente, tradicionalmente térreo e horizontal. Com o sentido de colectivizar os espaços extra-fogos, o terraço tem estendais, arrecadações e um espaço, parcialmente coberto, que se propõe incentivar as “relações de vizinhança e aproveitamento das vistas sobre o bairro ou o rio” aproveitando a altura⁷⁷⁸.

No que respeita aos fogos, os autores assinalam duas particularidades principais que suportam uma atitude específica face ao habitar. Primeiro, ao contrário do que é possível identificar no caso anterior, defendem uma maior independência das distintas zonas do fogo, resolvida com a colocação de pequenos corredores ou vestíbulos como elemento chave do esquema distributivo. Mas também propõem uma “diferente concepção da zona de permanência diurna”, contrariando o isolamento da cozinha, abrindo-a para a sala comum e para a zona de lavagens de roupa. Como afirmam os autores, para que esta proposta resulte é necessário uma “correcta utilização deste tipo de casa”, implicando, assim, famílias que façam uma utilização múltipla da sala comum – tanto em situações informais como formais. A ligação da cozinha à sala acumula a função de passa-pratos com a de balcão para refeições, tornando mais densa esta relação.⁷⁷⁹

Nas especificidades dos fogos são ainda apresentadas duas opções resultantes da intenção de valorizar as zonas comuns e o dinamismo do habitar. Por um lado, para os autores, as varandas, sobre as quais as salas abrem “amplamente”, foram “dimensionadas de modo a constituir local de permanência”, reforçada pelo facto de serem expostas a Sul e abrigadas. Deste modo, é perceptível uma grande área para uso comum à família que inclui a cozinha, as lavagens de roupa, a sala e que se estende até à

⁷⁷⁸ Idem, *Ibidem*, p. 173.

⁷⁷⁹ Idem, *Ibidem*.

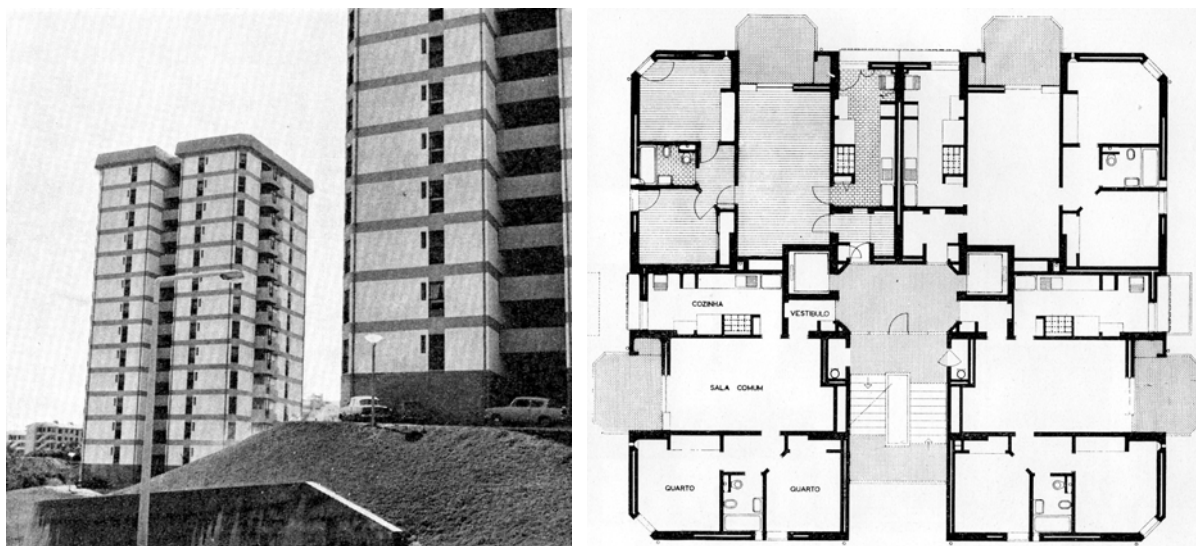


fig. 2.99 e 2.100 – Vista geral e planta, torres nos Olivais-Sul, Lisboa, Fernando Gomes da Silva e Octávio Rego Costa. *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, pp. 175 e 177.

varanda, identificando, efectivamente, uma capacidade de vida informal, partilhada pela família que a habita. Por outro lado, nos fogos maiores, com três quartos, foi garantida a possibilidade de o menor deles ter uma utilização distinta – “como estúdio, escritório, ou quarto de costura”. A ligação directa à sala, garantida por um painel móvel, possibilita o seu prolongamento.⁷⁸⁰

Apesar da dimensão reduzida do artigo, os autores conseguem assinalar, a diversos níveis, as opções de projecto e as intenções e intuições relativas ao habitar que se encontravam na sua origem. Assim, o desenho dos patamares ou das zonas comuns surge enquadrado por leituras e hierarquias que são efectuadas sobre as dinâmicas intra e extra-familiares dos futuros habitantes, sustentadas em reflexões mais alargadas sobre a vida urbana contemporânea.

Por último, é apresentado o projecto de Fernando Gomes da Silva e Octávio Rego Costa de três torres para os Olivais Sul [fig. 2.99]. Ao contrário dos casos anteriores, estes edifícios destinam-se exclusivamente a uma tipologia de fogos T2 – com sala comum, cozinha, dois quartos e instalação sanitária⁷⁸¹. Relativamente aos acessos verticais, com os patamares, caixa de escada e elevadores, a opção é muito distinta da torre anteriormente referida. A dimensão e o desenho das zonas comuns das torres de Gomes da Silva e Rego Costa cumprem a estrita função de distribuição e acessos [fig. 2.100], não pretendendo, como no caso de Teotónio Pereira, Pinto de Freitas e Portas, contribuir para um relacionamento vicinal mais dinâmico. Nos patamares não é possível encontrar locais de estadia ou relação especial com o exterior, cingindo-se à sua função básica de distribuição.

⁷⁸⁰ Idem, *Ibidem*, pp. 173-174.

⁷⁸¹ Fernando Gomes da Silva; Octávio Rego Costa, “Habitação em torre em Olivais-Sul”, *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, p. 175.



fig. 2.101 e 2.102 – Vista geral e galeria, conjunto habitacional da Pasteleira, CMP. *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, pp. 40 e 42.

Os fogos, destinados hipoteticamente a uma família de um casal e um ou dois filhos, investem num espaço de sala comum amplo e, mais uma vez, destinado às diversas actividades sociais dos habitantes [fig. 2.100]. A varanda, profunda e parcialmente protegida pelo volume da torre, é apresentada como uma continuidade da sala comum, ampliando-lhe a possibilidade de utilização⁷⁸². No desenho dos fogos, as duas torres dos Olivais Norte e Sul, aproximam-se na valorização do espaço comum, sala única e continuidade na varanda, assim como a identificação da necessidade de criar, através de vestíbulos, um isolamento entre zonas. No caso da proposta de Gomes da Silva e Rego Costa, a separação é mais efectiva e clara. A grande diferença entre as duas propostas de torre surge nas opções relativas à cozinha. Na primeira, é parte da zona comum e por isso aberta, visível e fisicamente. Na segunda, a cozinha, com a zona de lavagens ao fundo, é uma unidade definida e encerrada. A ligação desta à sala comum só é possível através de uma porta simples e, sobre as intenções do desenho da cozinha, nada é referido no texto; aceita-se simplesmente a continuação de uma prática projectual e vivencial.

O plano dos Olivais concretiza, em termos de habitação, um território pioneiro a que a escrita não é alheia. Apesar da importância que estas obras tiveram no contexto do projecto de habitação, impondo a massificação de soluções associadas a uma modernidade do habitar que antes se exercitaram pontualmente, não é identificável, associada a ela, uma elaboração sistemática de discursos reflexivos ou críticos que se assumam como charneira. É possível, no entanto, encontrar apontamentos que reflectem alguns interesses novos e que as equipas do GTH já trabalharam anteriormente – a atenção à ocupação dos fogos, por exemplo –, e outros residuais, como

⁷⁸² Idem, *Ibidem*, p. 176.

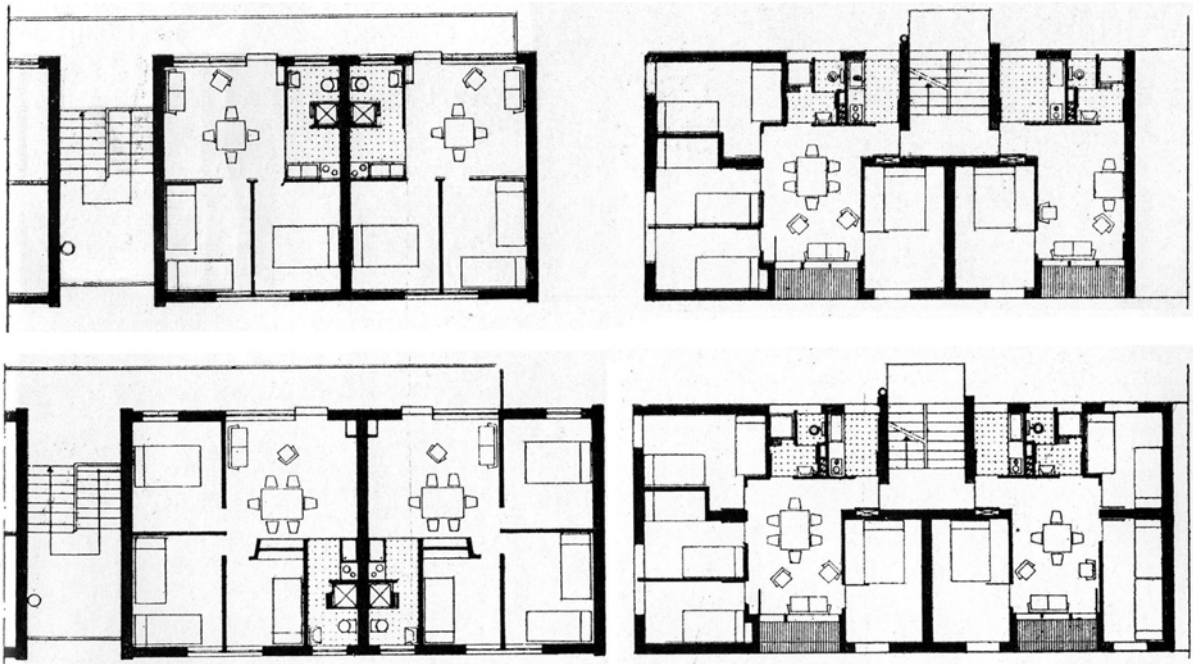


fig. 2.103, 2.104, 2.105 e 2.106 – Plantas: fogos da unidade de 16 fogos por escada (esquerda) e fogos da unidade de 8 fogos por escada (direita), conjunto habitacional da Pasteleira, CMP. *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, p. 37.

encontramos no artigo dedicado às torres dos Olivais Norte⁷⁸³, em que se consegue ler uma visão actualizada sobre a família e os modos de habitar como orientação da decisões de projecto.

PASTELEIRA, CHAMUSCA E CAMPO DO LUSO

A atenção das publicações, principalmente da *Arquitectura*, às obras de habitação colectiva emergentes, fora da capital, identifica propostas relevantes e sobre as quais existe a vontade, por parte de alguns arquitectos, de exercitarem um discurso crítico. Logo em 1960, é publicada a Unidade de Habitação Popular da Pasteleira [fig. 2.101], da responsabilidade da Câmara Municipal do Porto (CMP), realizada na segunda metade da década de 1950. A Pasteleira é uma proposta que procura resolver a situação de infra-habitação do Porto, especificamente o problema das “ilhas” [fig. 1.35]⁷⁸⁴. Este bairro, que teria cerca de 600 casas, é parte de uma acção municipal mais ampla, que se previa ascender a pouco mais de dois mil fogos, no final dos anos 1960.⁷⁸⁵

Um extenso artigo de Bartolomeu Costa Cabral e de Nuno Portas analisa esta obra, referida como uma trabalho pioneiro com um “corajoso programa administrativo e financeiro”. Como introdução, e a suportar os elogios iniciais, são referidas a inserção do conjunto em zona urbana e o facto de, desde

⁷⁸³ Pereira; Freitas; Portas, “Habitações em torre em Olivais-Norte”, pp. 171-174.

⁷⁸⁴ “«Ilha» é um tipo característico de construção portuense que consiste no aproveitamento de terrenos de pequena frente e grande profundidade, do qual resulta um tipo de planta, com um corredor central descoberto, sendo ladeado por pequenas casas em ala contínua (...)” (Bartolomeu Costa Cabral; Nuno Portas, “O Conjunto Habitacional da Pasteleira. Notas em torno das realizações portuenses”, *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, p. 32).

⁷⁸⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 31-47.

o início, surgir englobando equipamento tanto na escala do bairro, com os jogos infantis, como no fogo, com o fogão eléctrico. De qualquer modo, a existência de uma zona, a Sul, dedicada à construção livre, junto à zona em análise, a Norte, para realojamento, é sublinhado como sendo uma opção rígida, implicando uma inevitável segregação social. O facto de ser um projecto realizado pelos serviços da CMP apresenta, para Cabral e Portas, a vantagem de favorecer o processo de seriação de elementos e a relação com as experiências anteriores. Apontam também a desvantagem de, nestes casos, se tender a uma repetição de um determinado vocabulário arquitectónico. Este “ensaio crítico”, como lhe chamam os autores, propõe-se depois reflectir sobre a necessidade de um “urbanismo dinâmico”. Constatando que existe uma carência real de estudos que permitam a adequação das opções urbanísticas, defendem que deve existir uma capacidade de propor respostas que nunca se encontrem finalizadas e que se transformem em resultado das apropriações a que vão sendo sujeitas.⁷⁸⁶

Nos quatro tipos de fogos distintos, os autores reconhecem o valor positivo daqueles que propõem uma proximidade entre a cozinha e o logradouro [fig. 2.103-2.106], principalmente nas situações de galeria, fomentando as relações vicinais e o contacto visual com as crianças que brincam nestes espaços exteriores próximos [fig. 2.102]. Neste contexto de considerações sobre as propostas apresentadas na Pasteleira, Costa Cabral e Portas acabam por elaborar uma reflexão mais alargada sobre a casa no momento em questão. Assim, referem as necessidades complexas, e mesmo contraditórias, a que esta tem de dar resposta em resultado das alterações das condicionantes físicas, nas quais as mulheres – em ruptura com o modelo burguês – efectuavam as suas actividades. Por um lado, seria necessário que as crianças pequenas lhes estivessem próximas durante a realização das tarefas domésticas. Por outro, em situação de reunião familiar as mulheres não deveriam estar ostracizadas e excluídas desse acontecimento. Mas, também, surge a necessidade de estas mulheres, nas horas das refeições, não efectuarem excessivas deslocações entre a cozinha e a mesa, no sentido de garantirem o correcto funcionamento das mesmas.⁷⁸⁷

No âmbito das novas respostas encontradas nos desenhos dos fogos, surge ainda a identificação de alguma insatisfação por parte de moradores, sobre a unificação das zonas sociais num só espaço. Segundo é referido pelos autores, inquéritos realizados a famílias de diversos níveis sociais apontariam para a necessidade da existência de um espaço diferenciado, contíguo à zona comum, salvaguardando o isolamento necessário a algumas das actividades realizadas na sala comum. Esta avaliação, genérica e exterior à proposta da Pasteleira deixa, no entanto, uma crítica efectiva a

⁷⁸⁶ Idem, *Ibidem*, pp. 31-35.

⁷⁸⁷ Idem, *Ibidem*, pp. 43 e 46.



fig. 2.107 e 2.108 – Vista geral e do agrupamento do tipo A, Bairro Económico na Chamusca, Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura. *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 5 e 12.

algumas soluções em resultado das limitações de área⁷⁸⁸. A encerrar o artigo é abordado com mais atenção o tema das áreas mínimas, bastante inferiores às satisfatórias, e que Costa Cabral e Portas consideram incapacitar qualquer projecto de se constituir como bom. Neste sentido, justificam a impossibilidade de uma efectiva crítica ao projecto em causa e a outros cujos programas contam com este constrangimento relevante, dada a injustiça que isso representaria para a avaliação dos projectos.⁷⁸⁹

Aquando da publicação, em 1962, do Bairro Económico da Chamusca, Bartolomeu Costa Cabral muda de papel: de crítico passa a autor, juntamente com Vasco Croft de Moura [fig. 2.107]. O bairro fica situado no interior da região do Ribatejo, num “clima de extremos”, onde exposição, tipo de agrupamentos dos fogos e respectiva concepção procuram defender os moradores da agressividade envolvente. Esta “resposta ao meio” passa por, segundo os arquitectos, procurar o sol, defender-se do vento, criar pequenos espaços exteriores protegidos, numa tentativa de se reconhecer esta obra na “linha de tradição local, mas sem compromissos com o pitoresco ou folclórico”⁷⁹⁰.

Os diversos fogos propostos, de dois ou três quartos, apresentam diferenças de áreas e organização, sendo possível encontrar versões organizadas em dois níveis com uma pequena e variável diferença de cota entre eles – soluções A [fig. 2.109 e 2.110] e B –, num único nível – solução C – e em três níveis – solução D. Apesar das especificidades, todos partilham três premissas estabelecidas pelos autores. Por

⁷⁸⁸ Idem, *Ibidem*.

⁷⁸⁹ Idem, *Ibidem*, p. 46.

⁷⁹⁰ Bartolomeu Costa Cabral; Vasco Croft de Moura, “Bairro económico da Chamusca”, *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 6-8.

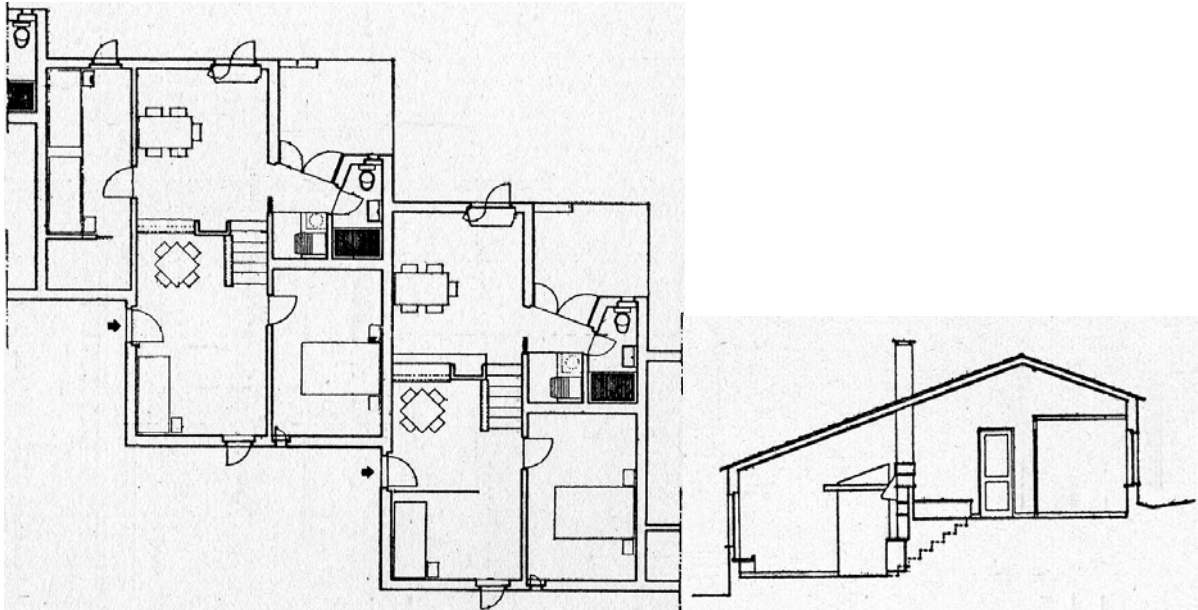


fig. 2.109 e 2.110 – Solução A: planta e corte, Bairro Económico na Chamusca, Bartolomeu Costa Cabral e Vasco Croft de Moura. *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, p. 9.

um lado, têm duas frentes servidas por dois acessos, que garantem a relação directa para a rua, “espaço colectivo”, e para o logradouro, “espaço privado”. Por outro lado, todos os fogos procuram cumprir a necessidade de uma certa amplitude dos espaços, que as diferenças de cota e as aberturas salvaguardam. Finalmente, considerando as limitações de custo dos fogos, os arquitectos optaram por reduzir ao mínimo os equipamentos e o valor dispendido nos acabamentos⁷⁹¹. Um dos aspectos mais inesperados é a execução, à escala natural, de um modelo das soluções A e B. Como resultado, algumas das situações propostas são afinadas, sendo a mais relevante a que diz respeito à ligação da casa com a instalação sanitária, coberta mas exterior na solução de projecto inicial, que passa a interior⁷⁹².

Se, o texto da equipa de arquitectos responsáveis pelo Bairro Económico da Chamusca é fértil em detalhes que reflectem uma posição face ao projecto em causa e às suas condicionantes, no que ao espaço doméstico diz respeito, o comentário crítico é menos profícuo, avançando pouco na leitura da obra. Carlos Duarte e Daniel Santa-Rita são os autores do “Comentário” que acompanha a publicação desta obra. Do pequeno texto, quase metade é dedicado às questões genéricas que diziam respeito ao território e às necessidades de suportar os planos efectuados em estudos e inquéritos. A ênfase é colocada, igualmente identificada noutros textos da época, na necessidade de existir uma coordenação de esforços e de avaliações das necessidades no que à ocupação do território e da habitação diz respeito.⁷⁹³

⁷⁹¹ Idem, *Ibidem*, p. 13.

⁷⁹² Idem, *Ibidem*, p. 15.

⁷⁹³ Carlos S. Duarte; Daniel Santa Rita, “Bairro económico da Chamusca - Comentário”, *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, p. 3.

Nas considerações genéricas sobre o bairro, surge identificada como problemática a distância à vila da Chamusca, 1 km, associada à escassez de equipamentos que permitissem alguma autonomia da vida do bairro. Apesar de existirem, na altura, indicações de que o plano de urbanização previa o crescimento da vila no sentido do bairro, é sublinhada a precariedade que a falta de auto-suficiência do mesmo significava. A ausência do chamado “critério de equipamento” fazia com que os autores do texto tivessem dificuldade em compreender o dimensionamento desta unidade residencial. Paralelamente às reflexões sobre o bairro, na observação do funcionamento inicial, com 40 fogos construídos, eram identificadas estratégias alternativas, com moradores que se organizariam como fornecedores informais. Os equipamentos propostos pelos projectistas – uma loja, um infantário e um terreiro coberto –, são referidos como bem intencionados mas sem qualquer tipo de suporte técnico ou rigor que os validassem.⁷⁹⁴

Os elogios ao bairro surgem relativamente às soluções de organização geral e no relacionamento dos edifícios com o terreno de implantação. Tal como a articulação com o território, também a “ordenação visual” é considerada adequadamente integrada na paisagem. No que diz respeito aos fogos, Duarte e Santa-Rita confirmam uma das intenções dos projectistas: “a ligação a dois níveis da cozinha e da sala de receber aumenta a área desobstruída – que resulta singularmente ampla para casas de baixo custo”. É valorizada igualmente a atenção dedicada à pormenorização – dos arrumos, aos vãos, passando pelas instalações sanitárias –, que “dão ideia de um trabalho empenhado e minucioso, animado ainda por um evidente realismo”. E realista é também considerada a opção pelos logradouros, destinado às actividades agrícolas complementares e de pequena escala⁷⁹⁵. A atenção à viabilidade e sentido da construção não é alheia a elaboração, já referida, de um protótipo que, segundo os autores do comentário, confirma o significativo carácter experimental deste projecto⁷⁹⁶.

O artigo de Duarte e Santa-Rita encerra com um apontamento sobre os aspectos menos conseguidos dos fogos. Pela observação que efectuam referem os armários e as bancadas da cozinha como sendo “demasiado mesquinhos” e o facto de algumas janelas não serem tão amplas quanto deveriam. A qualidade da construção também é criticada mas a não responsabilidade dos projectistas é logo sublinhada. Como síntese e fecho da avaliação, os autores referem que “os moradores estão satisfeitos com as suas casas – e têm razões para isso”.⁷⁹⁷

Em 1966, juntamente com outras obras de José Carlos Loureiro (n. 1925), é publicado o conjunto habitacional do Campo do Luso, no Porto [fig. 2.111]. Esta obra, realizada em co-autoria com L.

⁷⁹⁴ Idem, *Ibidem*, pp. 3-4.

⁷⁹⁵ Idem, *Ibidem*, p. 4.

⁷⁹⁶ Idem, *Ibidem*, p. 3.

⁷⁹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 4.

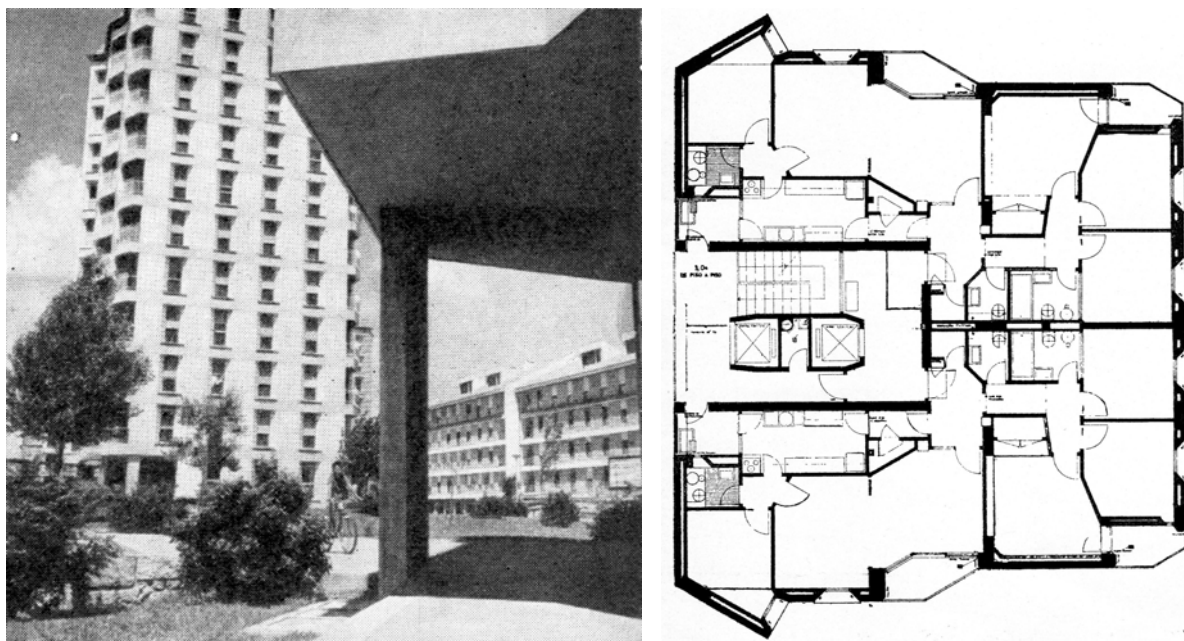


fig. 2.111 e 2.112 – Vista do logradouro interior com a torre e planta da mesma, Conjunto Habitacional do Campo do Luso, Porto, José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos. *Arquitectura*, n.º 94, Jul.-Dez. 1966, pp. 186 e184.

Pádua Ramos (1929-2005), é resultado do investimento privado da Santa Casa da Misericórdia. No plano geral, existia a vontade de construir habitação complementada com equipamentos considerados importantes – escola, terreno de jogos, cervejaria, garagens e piscina. Num dos edifícios estava igualmente prevista a existência de ateliers de pintura, nas águas furçadas, e de escultura, ao nível do piso térreo. Os edifícios, de cinco a doze pisos, organizam de forma dinâmica o território e conseguem, nos logradouros resultantes, propor zonas de complementaridade aos espaços habitacionais.⁷⁹⁸

Para Loureiro e Pádua Ramos, os fogos são desenhados procurando responder a um pequeno conjunto de intenções consideradas relevantes. Por um lado, existe a preocupação de aproveitamento de todos os espaços ditos mortos, através da colocação de arrumos e armários. Por outro lado, as distintas zonas dos fogos encontram-se bem definidas, dentro de uma resposta a que os autores chamam de “esquema tradicionalmente aceite”. Finalmente, consideram indispensáveis a existência de varandas amplas.⁷⁹⁹

O factor mais inesperado da publicação deste conjunto residencial prende-se com as “Impressões de um morador” da autoria de Álvaro Siza Vieira que a acompanham. O pequeno testemunho começa por apontar o que este arquitecto considera serem as razões do êxito e do interesse da obra: a escala do empreendimento, a organização cuidada dos fogos (dentro do que chama os “esquemas usuais”)

⁷⁹⁸ José Carlos Loureiro; Luís Pádua Ramos, “Conjunto habitacional do Campo do Luso”, *Arquitectura*, n.º 94, Jul.-Dez. 1966, pp. 184-186.

⁷⁹⁹ Idem, *Ibidem*, p. 184.

e a qualidade e nível profissional da realização, a que não é alheia a preocupação de propor espaços complementares à habitação que não se esgotam na criação de “paisagem”. Quando reflecte sobre a sua casa, um apartamento de três quartos numa das torres, começa igualmente por assinalar as características mais relevantes [fig. 2.112]. Para Siza Vieira estas são o agrupamento claro das zonas distintas e as áreas suficientes. Como reflexo das últimas refere a possibilidade de isolamento e de trabalho mas também a opção contrária, de reunião familiar, assim como a existência de espaços complementares adequados (arrumos, higiene pessoal, etc.).⁸⁰⁰

Relativamente à zona dos serviços, este morador tem algumas dúvidas sobre a sua completa adequabilidade. Siza considera esta parte da casa pouco flexível e incapaz de se adaptar às alterações inevitáveis do equipamento respectivo. Como exemplo, refere a dificuldade de o quarto destinado à empregada interna, em desuso por vontade ou inevitabilidade, dificilmente se poder adaptar a uma outra função. Considera, por isso, que deveria ser possível uma articulação distinta entre a zona dos serviços e a zona social do fogo que garantisse a flexibilidade desejada.⁸⁰¹

Destinados a públicos distintos, estes três conjuntos reflectem estratégias projectuais diversas, sustentadas por distintas ideias sobre os modos de habitar. As leituras efectuadas aos projectos pelos textos que os acompanham, da autoria dos projectistas ou de terceiros, enquadram posições tomadas pelo desenho mas deixam perceber, igualmente, as posições e os discursos dos autores dos textos face ao habitar. Bartolomeu Costa Cabral e Nuno Portas conseguem, para o caso da Pasteleira, deixar claro o ideário aplicado ao fogo, suportado por uma determinada matriz de família, actualizada e em movimento. Neste sentido, a crítica que efectuam ao conjunto camarário é realizada dentro de uma estrutura intelectual clara sobre o habitar, de acordo com a qual a alteração dos papéis dos diversos elementos implica consequências para o trabalho dos arquitectos. Com o Bairro da Chamusca, Costa Cabral e Croft de Moura, procuram, através do desenho dos fogos, fixar algumas das intenções resultantes de um olhar sobre o habitar, flexível e acolhedor, claramente explicado no texto publicado pelos projectistas. O outro comentário que acompanha este projecto, da autoria de Carlos Duarte e Daniel Santa-Rita, é, neste sentido, mais frágil e pouco consequente. Nele não é legível um modo de pensar a vida no fogo, fixando-se antes na escala urbana da obra. A terceira proposta, de José Carlos Loureiro e Luís Pádua Ramos, é a mais ortodoxa. Partindo da aceitação de um conjunto de disposições adquiridas e tidas culturalmente como tradicionais e consolidadas, aposta numa continuidade de valores familiares e do fogo. As palavras que Siza Vieira dedica à sua experiência como morador num

⁸⁰⁰ Álvaro Siza Vieira, “Impressões de um morador [Conjunto habitacional do Campo do Luso]”, *Arquitectura*, n.º 94, Jul.-Dez. 1966, p. 181.

⁸⁰¹ Idem, *Ibidem*, pp. 181-182.

destes edifícios, reflectem a constatação, no desenho do fogo, desta mesma estaticidade assumida no projecto. Não correndo riscos, a proposta mantém zonas claramente estanques e, dadas as alterações concretas a que as famílias se vão sujeitando, com diminuta capacidade de adaptação. Como morador, Siza acaba por criticar o não cumprimento, nesta obra portuense, daquilo que Costa Cabral e Croft tinham conseguido no caso da Chamusca: fluidez e adaptabilidade espacial, vivencial e funcional.

6.3.3. DAS REFERÊNCIAS NACIONAIS: VIANA DE LIMA, TÁVORA E SIZA VIEIRA

A revista *Arquitectura*, pelo menos desde a década de 1950, já vinha dando a conhecer ao seu público alguns dos mestres internacionais da arquitectura. Textos de ou sobre arquitectos relevantes como Frank Lloyd Wright, Alvar Aalto, Walter Gropius mas também Josep Antoni Coderch e Le Corbusier, vão surgindo com regularidade e construindo um panorama referencial⁸⁰². Os textos críticos com que muitos destes autores são apresentados constroem um processo de aprendizagem que os responsáveis da revista não se eximem de propor e, de certo modo, construíram ou coincidiram com um imaginário de referências modernas comuns a parte dos arquitectos portugueses⁸⁰³.

Se algumas figuras estrangeiras e as suas obras, escritas ou construídas, se encontravam mapeadas no universo arquitectónico português, um número restrito de arquitectos portugueses de diferentes gerações ia, paulatinamente, constituindo-se como referencial nacional e, posteriormente, internacional. O estatuto que alguns adquiriram, nestes anos em análise, poderá condicionar os discursos que os abordam. A intenção desta reflexão é perceber se a crítica, construída ao redor de edifícios de habitação de autores cujo reconhecimento de valor maior está implícito no crítico, surge com características, abordagens e posicionamento distinto de outras. Ainda que não seja linear a comparação, já que as abordagens são sempre múltiplas, procuraremos identificar especificidades.

Em 1962, Nuno Portas escreve um texto sobre a casa unifamiliar construída na Rua Honório Lima (1941), da autoria de Alfredo Viana de Lima [fig. 2.113]⁸⁰⁴. Para o autor do texto, esta obra, apesar de se constituir como uma proposta de juventude do arquitecto, viria seguramente a ter direito a um lugar de destaque na história da arquitectura do movimento moderno em Portugal⁸⁰⁵. Numa primeira

⁸⁰² Entre outros anteriormente já referidos: Godinho, "Frank Lloyd Wright", pp. 3-7, Silva, "Alvar Aalto", pp. 3-4, Walter Gropius, "Sobre a ideia de monumentalidade", *Arquitectura*, n.º 30, Abr.-Maio 1949 [Architectural Review, n.º 621, Sept. 1948], p. 14, Coderch, "No son genios lo que necesitamos ahora", pp. 3-4 e, entre outros, Le Corbusier, "A Unidade de Habitação de Marselha", pp. 4-7.

⁸⁰³ Ver introdução do subcapítulo "6.3. Diversidade e consolidação".

⁸⁰⁴ O artigo surge primeiro no *Jornal de Letras e Artes* e, posteriormente, é publicado numa versão parcial pela *Arquitectura*. Esta última é a versão utilizada. (Nuno Portas, "Pioneiros de uma renovação II. Os anos difíceis", *Jornal de Letras e Artes*, n.º 17, Ano I, 24 Jan. 1962, pp. 11-12 e Idem, "Casa unifamiliar, no Porto, na R. Honório Lima. Alfredo Viana de Lima", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 30-35).

⁸⁰⁵ Quando Nuno Portas, na década de 1970, faz a sua história da arquitectura portuguesa, inclui Viana de Lima naquela que chama a segunda geração do "efémero modernismo", a funcionalista – juntamente com Adelino Nunes, Keil do Amaral, Arménio Losa, Januário Godinho, entre outros. Confirma, igualmente, o que dissera dez anos antes referindo-se à casa de 1941



fig. 2.113 – Vista, casa unifamiliar, Porto, 1941, Viana de Lima. Nuno Portas, “Casa unifamiliar, no Porto, na R. Honório Lima. Alfredo Viana de Lima”, *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, p. 30.

parte do artigo, Portas enquadra historicamente o surgimento desta obra. Identifica três vias possíveis para a produção arquitectónica das décadas de 1930 e 1940: o monumentalismo à “romana” ou à “ariana”, o estilo “folclórico” de inspiração rústica e um “modernismo”, “adequado às intenções monumentais de grandes edifícios”. A Exposição do Mundo Português, a fechar a década de 1940, é referida como remate ao clima de confusão existente no

interior da classe dos arquitectos. Para Nuno Portas, o 1.º Congresso Nacional de Arquitectura (1948) foi o catalizador da mudança que implicou a passagem daquele momento confuso para a nova fase que a partir daí surgiu.⁸⁰⁶

Dado este contexto, a casa da Rua Honório Lima é apresentada como resultado de uma “assimilação profunda dos princípios, regras e termos” que as obras de Le Corbusier divulgam, e que resultam de uma vontade de Viana de Lima em integrar o conjunto, procurando a unificação⁸⁰⁷. Esta aproximação às propostas do arquitecto franco-suíço fora já anteriormente referida a propósito do Bloco Sá da Bandeira (1943), uma proposta de habitação, neste caso colectiva, um pouco mais tardia⁸⁰⁸. Sobre a casa que analisa, Portas refere-a como uma das primeiras obras de arquitectura moderna portuguesa onde se assiste a uma aceitação do “universalismo” como uma “atitude cultural”. Enquadrado o afastamento em relação a um método que, da realidade específica, procurasse a resposta arquitectónica, o autor identifica duas lições retiráveis da obra de Viana de Lima. Por um lado, a necessidade daquilo que designa por “actualização cultural”, de procura permanente de informação e do “debate desinteressado”. Por outro lado, dada a evolução do percurso posterior de Alfredo Viana de Lima, com, por exemplo, a participação no X CIAM [fig. 2.65]⁸⁰⁹, o facto de se constituir como um arquitecto capaz de “pôr em causa princípios e métodos que, como poucos, terá assimilado”⁸¹⁰. Apesar deste afastamento à realidade, identificado por Nuno Portas, os valores praticados por Viana de Lima ao longo do seu percurso – de actualização cultural e capacidade de evolução – são

como a sua primeira e mais interessante obra (Portas, “A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação”, pp. 712 e 737).

⁸⁰⁶ Idem, “Casa unifamiliar, no Porto, na R. Honório Lima. Alfredo Viana de Lima”, pp. 30 e 35.

⁸⁰⁷ Idem, *Ibidem*, p. 35.

⁸⁰⁸ Ver subcapítulo “3.4.2. A unanimidade à volta da habitação colectiva – Viana de Lima e a unidade de habitação”.

⁸⁰⁹ Ver subcapítulo “6.1. Preâmbulo de um caminho crítico”.

⁸¹⁰ Portas, “Casa unifamiliar, no Porto, na R. Honório Lima. Alfredo Viana de Lima”, p. 35.

sublinhados como sendo opções que podem servir de referência aos restantes arquitectos portugueses.

Em 1961, a revista *Arquitectura* publica diversas obras de Fernando Távora, naquilo que Nuno Portas chama de oportunidade de apresentar o “conjunto de uma obra”, o que efectivamente não era habitual. Apresentado como “estudo crítico”, Portas escreve ser objectivo do seu texto, o “oposto ao criar um mito”, antes procurar promover uma discussão proveitosa ao redor da obra em causa. Apesar de começar por assinalar o vínculo histórico de Fernando Távora e da sua geração com os antecessores, como Viana de Lima ou Keil do Amaral – que tinham ensaiado a “renovação de vocabulário e de ideias em nome de uma modernidade” –, não se assiste, como vimos no texto anterior, a um longo dissertar sobre o enquadramento cultural.⁸¹¹

No trabalho de Távora realizado até à data do artigo, Portas identifica uma primeira fase, considerada polémica, onde o arquitecto português persegue da “autenticidade funcional” com resultados directos na depuração da forma. Esse momento, apesar do “simplificação e radicalismo provisório” das obras, apresenta, nos escritos de Távora, uma antevisão da “necessidade de enraizamento” que tenderia a consolidar-se no futuro⁸¹². Deslocado o sentido do método, passa a organização formal a surgir como resultado de uma reflexão sobre a “dinâmica da vida que [a obra] abriga”. Segundo Portas, a partir das obras de 1953, a produção de Fernando Távora passa a ancorar-se na “realidade vital”, deixando de ter na procura de um desenho apurado o seu motor⁸¹³.

Como obras de charneira, Portas identifica a Biblioteca do Instituto Nun’Alvares, perto de Santo Tirso, e o Mercado de Vila da Feira. Em ambos, Távora faz com que o espaço não possa prescindir do movimento das pessoas e da ocupação das pessoas. Esta preocupação será levada, na Casa em Ofir [fig. 1.82], para o seu interior e para a envolvente exterior. Neste caso, o autor considera que Távora se aproxima de um “ruralismo de meios e expressão formal” tido como saudável⁸¹⁴. Posteriormente a estas obras e a este momento do desenvolvimento da arquitectura de Fernando Távora, Nuno Porta considera que é necessário aferir-se da aplicação do método de trabalho identificado. Das restantes obras analisadas, ressalta, para a nossa investigação, o bloco de habitações na Rua Pereira Reis, no Porto (1960) [fig. 2.114]⁸¹⁵. Neste caso, as observações de Portas vão no sentido da atenção especial conferida ao condicionalismo – como atitude “realista e de serviço” –, mas que pode ter como consequência a resolução de “respostas parciais”, esquecendo as questões ditas essenciais. No edifício de habitação em causa, e aceitando que o meio – logo o condicionalismo – é naturalmente

⁸¹¹ Nuno Portas, “Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional”, *Arquitectura*, n.º 71, Jul. 1961, p. 11.

⁸¹² Idem, *Ibidem*, pp. 11-12.

⁸¹³ Idem, *Ibidem*, p. 16.

⁸¹⁴ Idem, *Ibidem*.

⁸¹⁵ Fernando Távora, “Bloco de habitações na Rua Pereira Reis, Porto (1958-60)”, *Arquitectura*, n.º 71, Jul. 1961, pp. 28 e 29.

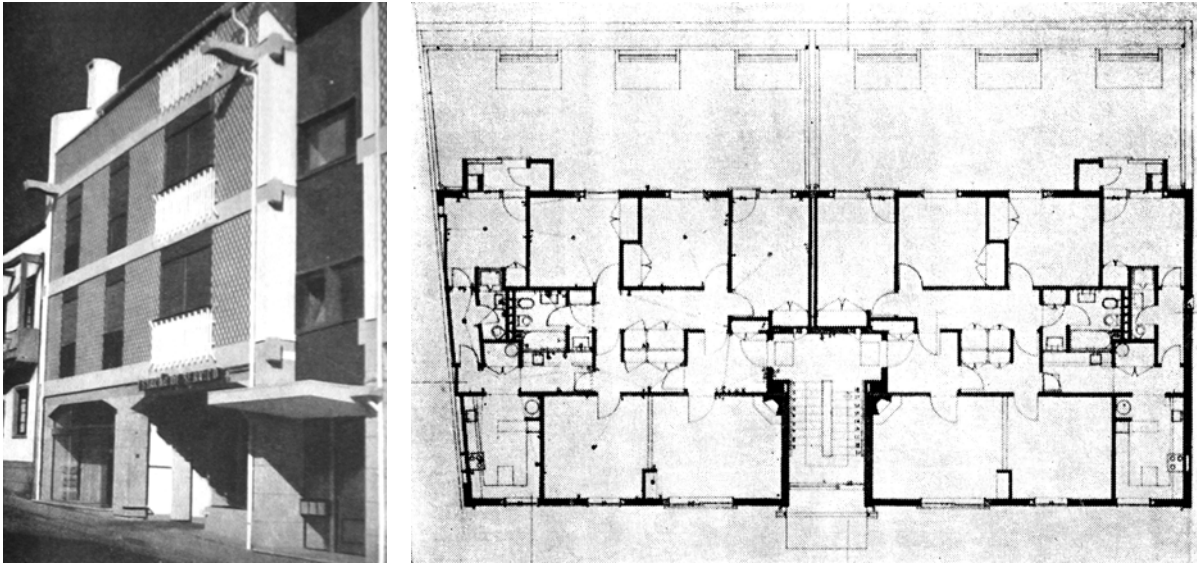


fig. 2.114 e 2.115 – Vista e planta. Fernando Távora, "Bloco de habitações na Rua Pereira Reis, Porto (1958-60)", *Arquitectura*, n.º 71, Jul. 1961, pp. 29 e 30

contraditório, implicando concretizações para um lugar e pessoas específicas, Portas considera que existe um somatório de aceitações menos valorizadoras da obra. Por um lado, aquelas que respeitam ao enfiamento da rua e à manutenção de uma atitude urbana estabelecida, não provocando o existente. Por outro lado, relativamente ao fogo, a crítica é mais incisiva. Considerada uma resposta “tipicamente burguesa” e com falta de dinamismo, dela resulta uma “clássica sala-para-móveis-de-estilo” e uma rigidez das diferentes áreas que se afastam da evolução sentida naquilo que são as actividades domésticas [fig. 2.115]⁸¹⁶. Apesar de não ser tão extremo como a “secura refinada e académica de um Seagram Building” ou nem se permitir a excessos de “eflorescências revivalistas italianas”, este edifício de Távora pode ser, para Nuno Portas, um aviso. A valorização de opções que passam pela excessiva relevância do “campo do gosto” resulta, para o autor, como um “refúgio da dificuldade em enraizar a arquitectura como estrutura transformadora de aspectos essenciais da vida do homem”.⁸¹⁷

Depois, Nuno Portas analisa, de modo menos aprofundado, obras posteriores, como a Escola do Cedro, em Gaia. A encerrar o artigo, volta à “importância dada ao condicionalismo” – segundo as palavras de Fernando Távora. Observadas as obras na tentativa de lhes identificar um método gerador, Portas conclui sobre a insegurança sentida no trabalho de Fernando Távora na aplicação de um caminho, tenha ele um sentido metodológico ou uma “temática espacial”. Esta oscilação de importância entre um e outro acontece pela força que as referidas circunstâncias operam sobre a escolha do caminho a seguir⁸¹⁸. Tal como assistimos em Raul Lino, existe em Fernando Távora uma atenção às condicionantes encontráveis em cada projecto, das quais as expectativas do

⁸¹⁶ Portas, “Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional”, p. 22.

⁸¹⁷ Idem, *Ibidem*, p. 23.

⁸¹⁸ Idem, *Ibidem*.

encomendador não são excluídas, que ultrapassam um fio condutor – um método, como Portas define – presente, no desenrolar das vidas projectuais destes arquitectos.

Em 1967 Pedro Vieira de Almeida propõe-se a uma “dolorosa análise – dissecadora talvez” da obra de Álvaro Siza Vieira, com vista a “um profundo enquadramento e uma mais profunda compreensão da verdadeira discussão do seu valor”. Segundo Vieira de Almeida, esta tarefa surge com um “claro sentido do que colectivamente, como geração” é devido ao trabalho de Siza Vieira, numa totalidade que também inclui falhas e ilusões⁸¹⁹. O artigo antecede a publicação de três projectos de Siza, todos localizados na região do Porto: uma casa unifamiliar, na Maia (1960-1962), a Cooperativa do Lordelo (1960-1962) e a Piscina de Leça, em Matosinhos (projecto de 1961, ainda em construção aquando da realização do texto)⁸²⁰.

Pedro Vieira de Almeida começa por identificar uma adesão inicial à obra de Siza, a que chama “epidérmica”, que acontece, segundo o autor, praticamente só no plano sintáctico, dada respectiva pouca relevância semântica e programática. Mas, que, considerado o “panorama da arquitectura nacional de então”, terá sido “não só possível, mas até justificável e até necessário”. São identificados, pelo autor, dois planos de saturação que parcialmente explicam a evolução posterior a que a obra de Siza Vieira se sujeitaria, depois daquele primeiro momento. Por um lado, a saturação espacial-formal resultante de um uso adjectivante da forma que sobrecarrega o espaço. Nesta situação, a vida torna-se irrelevante e surge, inclusivamente, como um elemento estranho, capaz de perturbar o equilíbrio fixado pela forma. Esta arquitectura a que se refere Vieira de Almeida é incapaz de assegurar os espaço-núcleos e, desse modo, torna-se fluida e com núcleos de vida possível. Por outro lado, paradoxalmente ou não, surge a saturação por proposta de vida. No caso do Centro Paroquial (1956-1959), em Matosinhos, por oposição à avaliação positiva que Nuno Portas efectua⁸²¹, o autor faz uma leitura do espaço cuja uniformidade se assume totalitariamente, impondo “um vago sentimento de claustrofobia”.⁸²²

A maior atenção de Pedro Vieira de Almeida é dedicada à Piscina de Leça, referida como a primeira obra completamente adulta do percurso de Siza Vieira. Considerado, pelo autor, como o primeiro arquitecto português capaz de “encar[ar] o espaço de forma crítica”, Siza terá como preocupação

⁸¹⁹ Pedro Vieira de Almeida, “Uma análise da obra de Siza Vieira”, *Arquitectura*, n.º 96, Mar.-Abr. 1967, p. 64. No mesmo ano, este artigo foi publicado, em versão espanhola, e sem o aditamento que inclui os reparos do próprio Álvaro Siza Vieira ao artigo (Idem, “Un análisis de la obra de Siza Vieira”, *Hogar y Arquitectura*, n.º 68, Ene.-Feb. 1967, pp. 72-76).

⁸²⁰ Álvaro Siza Vieira, “Três obras”, *Arquitectura*, n.º 96, Mar.-Abr. 1967, pp. 68-74.

⁸²¹ Nuno Portas refere-se ao Centro Paroquial como “brutalista” e como sendo a “primeira obra [portuguesa] radicalmente inovadora” (Nuno Portas, “Casa de Chá da Boa Nova [A. Siza Vieira]”, *Arquitectura*, n.º 88, Mai.-Jun. 1965, p. 97).

⁸²² Almeida, “Uma análise da obra de Siza Vieira”, p. 64.

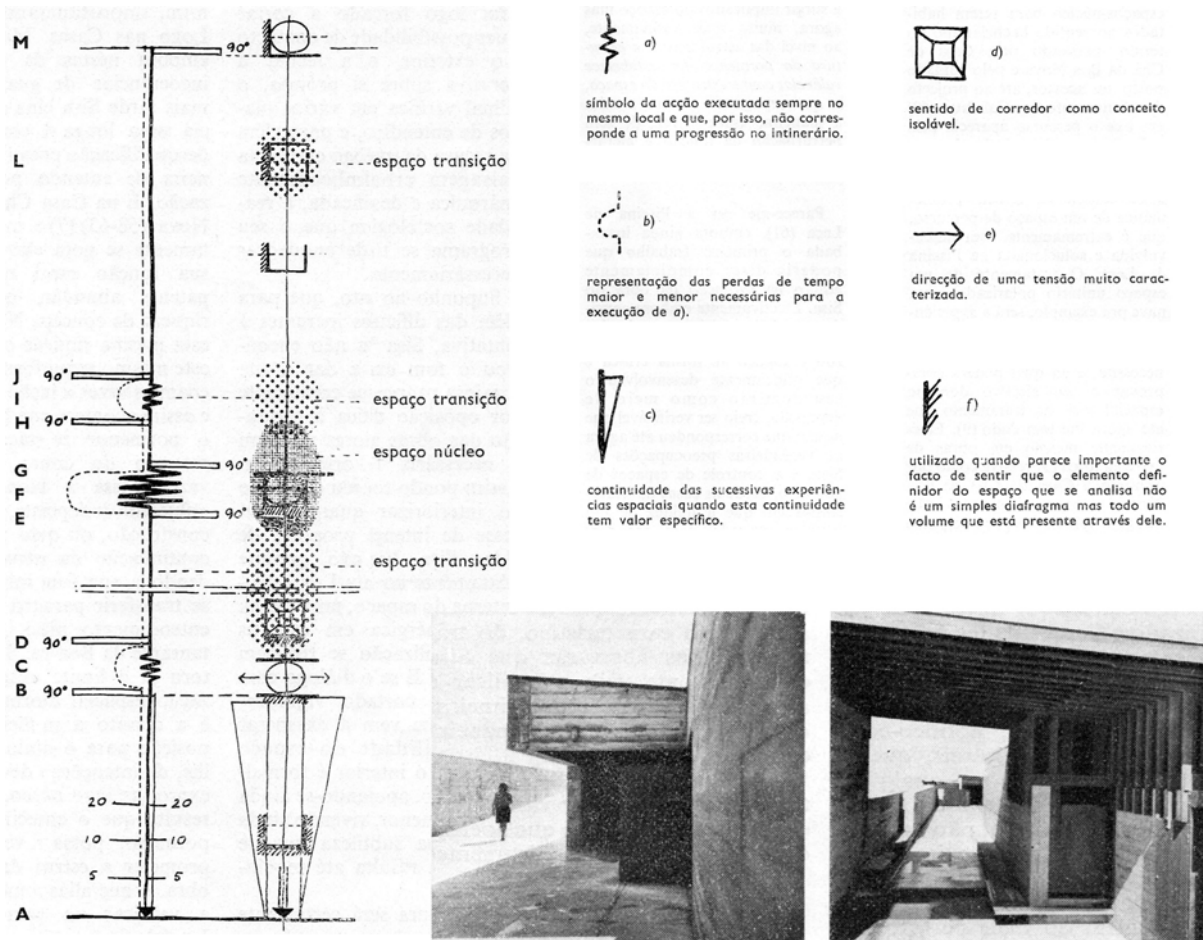


fig. 2.116, 2.117, 2.118 e 2.119 – Piscina de Leça, Matosinhos, Álvaro Siza Vieira. Esquema realizado por Vieira de Almeida, legenda e “dois momentos destacado do percurso de entrada da piscina: 1. O fundo da rampa e o acesso aos vestiários (correspondente à posição B) e 2. O último espaço de transição antes da saída (corresponde à posição L)”. Pedro Vieira de Almeida, “Uma análise da obra de Siza Vieira”, *Arquitectura*, n.º 96, Mar.-Abr. 1967, p. 66.

central os percursos e o controle do seu espaço. Neste sentido, a Piscina de Leça é apontada como um exemplo onde esta questão se encontra considerada e “extremamente bem desenvolvida”.⁸²³

O problema proposto pelo projecto da piscina tinha, segundo esta análise, condicionantes contraditórias, onde presença e ausência do construído se equilibram. Para Vieira de Almeida a “piscina é o percurso” e a leitura que faz da obra, o trajecto que segue na sua descrição, sublinha esta ideia. A acompanhar o artigo, surge um esquema – “tentativa de análise do espaço-itinerário”⁸²⁴ – onde o percurso é cruzado com a relação entre os espaços-transição e os espaços-núcleos [fig. 2.116-2.119]. Neste, identifica-se uma continuidade inicial das “sucessivas experiências espaciais” que, depois, dá origem a alternâncias entre os espaços referidos, caracterizados de diferentes modos – volume, corredor, etc. –, com ou sem desenvolvimento no itinerário. Para Vieira de Almeida, no caso da piscina, ao contrário de outros programas, a não necessidade de ser habitada para viver não é um

⁸²³ Idem, *Ibidem*, p. 65.

⁸²⁴ Segundo é afirmado na legenda, Pedro Vieira de Almeida utiliza parcialmente “o sistema de rotação proposto por Philip Thiel” (Idem, *Ibidem*, p. 66).

defeito dada a sua natureza de percurso⁸²⁵. Formalmente, esta obra é referida como sendo uma nova fase da produção de Álvaro Siza, onde uma linguagem sincrética surge, por oposição a uma fase de linguagem aditiva anterior. Iniciada, talvez, com a Casa de Chá como obra charneira entre os dois momentos, terá na obra da Piscina de Leça a confirmação de um uso dos “meios expressivos” integrados e convergentes para o conjunto da proposta.⁸²⁶

Neste texto, Pedro Vieira de Almeida consegue estabelecer um triplo diálogo. Primeiro, e naturalmente, com o arquitecto Álvaro Siza Vieira, por duas vias. Por um lado, como seria de esperar, através da sua obra. Mas, por outro, com o próprio projectista, pelo espaço que lhe é dado, no “Aditamento”, para responder a algumas das apreciações publicadas. Segundo, com a própria produção teórica de Vieira de Almeida, ao suportar-se nos conceitos que defende no seu CODA – espaço-transição e espaço-núcleo – para estruturar a aproximação que faz à obra de Siza Vieira⁸²⁷. Finalmente, com obras ou trabalhos de outros arquitectos. Como parte deste outro diálogo encontramos Nuno Portas, colocando-se discordantemente face à avaliação que este faz do Centro Paroquial, mas também quando cruza as Piscinas de Leça com o Pavilhão de Barcelona de Mies van der Rohe⁸²⁸. A crescente complexidade de discurso não significa, necessariamente, ilegibilidade mas resulta, antes, num diversificar do que é colocado em palco de debate, contribuindo para um diálogo múltiplo e mais alargado.

⁸²⁵ Idem, *Ibidem*, pp. 65-66.

⁸²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 67.

⁸²⁷ Ver subcapítulo “6.2.3. Pedro Vieira de Almeida e o *Ensaio sobre o Espaço da Arquitectura*”.

⁸²⁸ Almeida, “Uma análise da obra de Siza Vieira”, pp. 64 e 67.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrar este trabalho, não é nossa intenção propor mais do que uma leitura possível do que se observou e do que se constituiu como material de reflexão. Conclusões taxativas e encerradas parecem-nos maiores do que a tarefa que procurámos efectuar. A intuição de se compreender, neste quadro amplo, um sentido de percurso parece-nos concretizada e, inclusivamente, essencial para contrariar eventuais maniqueísmos redutores. A aceitação de um caminho efectuado por arquitectos e outros envolvidos, com uma continuidade marcada por conquistas e recuos, é mais estimulante do que uma visão da história da arquitectura portuguesa como sucessão de bons e maus actores.

As alterações detectáveis na arquitectura portuguesa, ao longo da primeira parte do século XX, reflectem inquietações e mudanças cujo sistema social e político enquadra sem, necessariamente, se identificar uma redução inquestionável da primeira ao último. A percepção inicial apontava para a identificação da década de 1960 como um momento excepcional da arquitectura doméstica portuguesa e das múltiplas reflexões efectuadas ao seu redor. Desta surgiu a dúvida de existir, ou não, um fio de continuidade que consolidasse a importância de ruptura a que se assiste em meados do século. Podemos afirmar, neste momento final da investigação, que se identificou, na década em causa, uma efectiva alteração da densidade do discurso a que uma intensificação da vontade de aproximação à realidade não é alheia. Este desejo é igualmente reconhecível, em forma de senso comum ou outra, ao longo de todo o marco cronológico estudado, ainda que com diferente grau de consistência e complexidade.

1

Uma leitura atenta da questão da casa portuguesa, surgida no final do século XIX, aponta algumas pistas que configuram um percurso marcado por algumas persistências, ainda que igualmente constituído por uma sucessão de especificidades, relativas aos determinados momentos pelos quais passa. O surgimento da discussão no seio de literatos e de etnógrafos estrutura culturalmente a questão sem que se perceba, muitas vezes, que materialização arquitectónica está em causa. Deste modo, diversas produções arquitectónicas, eruditas ou não, vão surgindo reflectidas ou reutilizadas em projecto com uma genérica falta de consciência das opções tomadas. Esta procura da referência ideal perpetua supostos modelos, sem que resulte objectivamente de obsessões regimentais ou de convicções arquitectónicas estruturadas de fonte única.

Num universo mais amplo da discussão é possível encontrar dois tipos de reconhecimento capazes de preencher este imaginário desejado. Por um lado, na génese da discussão, procura-se uma casa portuguesa construída e aperfeiçoada pelo tempo e pelas gentes, que fixe, sem margem para dúvidas, o carácter nacional desta mesma gente. Por outro lado, em situações de propostas da autoria de alguns arquitectos, consideram-se aceitáveis e adequadas a colagem de distintos momentos históricos nacionais, igualmente validados por representarem mais uma possibilidade do carácter nacional.

No primeiro caso, uma das discussões mais relevantes prende-se com a existência de uma casa portuguesa por oposição a diversas casas portuguesas. Desde o início, veja-se por exemplo o que é defendido por Gabriel Pereira, Abel Botelho ou Joaquim de Vasconcelos, a identificação de uma referência singular, reconhecível pelo país fora, é questionada. Contra esta uniformização redutora, esta fórmula única inexistente, é lida a diversidade das regiões, que condições climáticas, geográficas e culturais garantem. Assim, nesta vertente do debate sobre a existência ou não de uma casa portuguesa, depressa a multiplicidade das possíveis casas portuguesas de referência ganha terreno. Mesmo se o imaginário que alimenta a construção reduz a anedóticos elementos decorativos esta diversidade aceite.

O tema da ruralidade e da urbanidade do habitar é referido por alguns autores – como por exemplo, mais uma vez, Gabriel Pereira – mas nunca chega a estar no centro da discussão e, muito possivelmente, dada a expansão urbana significativa que se estava a iniciar, faria diferença na nova realidade em construção. Como nos parece estar demonstrado, o ideário rural relativo à habitação entra no século XX, ainda que não de modo exclusivo, como eixo organizador do que técnicos, encomendadores e Estado iam projectando, exigindo e legislando. Especificamente, no que às habitações para os mais desfavorecidos ditavam as leis e, em menor grau, era construído, os

promotores orientavam para a referência às casinhas, humildes e com o seu pequeno troço de terreno, garante de uma subsistência mínima e paralela. A defesa das casas operárias ou baratas como casas unifamiliares é encontrável no fim do regime monárquico, assim como na I República e no Estado Novo. Este último responderá a esta nostalgia construindo segundo diversos modelos entre os quais as habitações unifamiliares, na maior parte das vezes geminadas, não são exclusivas. A construção da cidade anónima e dedicada ao investimento de alguns, é excluída da reflexão e segue à margem, consolidando cidade, através de respostas que passavam por edifícios de rendimento, resultantes das condicionantes mais básicas e completamente afastados da discussão da casa portuguesa.

No segundo caso, é possível encontrar, exterior à reflexão, algumas propostas arquitectónicas marcantes e de raiz erudita. A aceitação entusiástica das sínteses ecléticas de inspiração nacional propostas para o Pavilhão de Portugal para a Exposição Universal de Paris (1899, Raul Lino) ou para habitação própria no Porto (c. 1901, Ricardo Severo), fixam de modo claro esta vertente da discussão do carácter português da arquitectura. Nestes casos, trocam-se as consistências populares pelas seguranças imagéticas eruditas que a avaliação da história reconhecera. A recepção positiva concedida a estas obras sublinha a tentativa de reconhecer respostas formais contemporâneas adequadas. Se, nas respostas projectuais referidas do início do século XX, os modelos eruditos são os que a história fixou, na procura da resposta popular de referência sublinha-se a possibilidade de a casa portuguesa ser, afinal, muitas. De qualquer modo, numa e noutra via, a casa portuguesa acontece então tornar-se múltipla, numa resposta que, a ser encontrada, resulta em diversas casas portuguesas.

Com os textos de Raul Lino os discursos diversos deslocam-se do exterior para o interior da disciplina Arquitectura. Ao contrário do registo onde a discussão fora acontecendo, com Lino as questões do imaginário, com o qual se veste uma autêntica casa portuguesa, não são os factores principais de caracterização ou procura. Ainda assim, a dualidade encontrável em Raul Lino entre discurso escrito e projectado coloca-o muito rapidamente no meio dos produtores ou dos fomentadores do que o próprio chama, de modo crítico, de casa à antiga portuguesa. Porém, a leitura do que escreve indica-nos outro caminho, bem mais denso e estimulante.

As suas propostas de habitação colectiva seguem a sua ligação às condicionantes definidas pela encomenda. Deste modo, é possível encontrar uma diversidade de respostas que coincidem com as diferenças identificáveis nos programas. Ao contrário das qualidades espaciais – e vivenciais – propostas por uma obra como a Casa do Cipreste (1912), o habitar colectivo de Lino não consegue fixar um percurso de investigação adaptado a este programa específico, surgindo, cada projecto ou obra, como um caso isolado.

As imagens desejadas substituem o espírito defendido por Raul Lino e ancoram décadas de produção e opinião. A leitura dos valores advogados, relativamente ao habitar, por este arquitecto, esteve longe de ser feita e o território e a história fecharam-se na imagética resultante. Face à impossibilidade de serem lidas, as propostas raulinianas – efectivas e ficcionadas – transformaram-se num ícone de contra-cultura para arquitectos seus contemporâneos e com aspirações modernas, em que as gerações seguintes persistiram.

2

A análise efectuada às propostas escritas da década de 1940 aponta para uma ausência de uma linha de crítica e avanço efectivo face à discussão herdada relativamente ao habitar. Os apontamentos de actualização teórica que surtem mais efeito surgem, neste caso, vindos do lado do projecto, deixando a construção dos discursos, na melhor das hipóteses, no registo da divulgação. Apesar da escassez de propostas fixadas nos textos das décadas de 1940 e na primeira parte da seguinte, um comprometimento com a escrita como processo de transmissão de ideias surge através de diversos livros e artigos, mas encontra no 1.º Congresso Nacional da Arquitectura (1948) um momento chave. Mais relevante do que os conteúdos, é relevante a afirmação de um momento em que os arquitectos fixam, através das suas propostas, uma possibilidade de diálogo.

A leitura realizada aos diversos livros de Francisco Keil do Amaral coloca o autor num lugar especial da sua geração que, de certo modo, identifica uma continuidade. Sendo um homem culto e de palavra afável, encontra-se como um herdeiro da escrita profícua de Raul Lino, mas jamais se poderá encontrar entre ambos outro tipo de similitude. Keil do Amaral é um notável divulgador e utiliza a sua facilidade de escrita para guiar e fixar a atenção dos leitores através dos temas que se propõe tratar. No que respeita especificamente ao tema desta investigação, *O Problema da Habitação* (1945) surge como um texto que procura traçar uma breve história do problema da habitação, no contexto geral e no caso português, passando depois para uma análise e crítica dos processos de desenvolvimento urbano e de construção de casas existentes. Nem em termos de avaliação, nem de proposição de soluções, Keil se coloca numa posição de ruptura, defendendo caminhos que, inclusivamente, se enquadram na proposta do Estado Novo ao criar a FCP-HE.

Quando Fernando Távora, em 1945, escreve “O problema da casa portuguesa”, defende que, para ser possível criar um estilo português, seriam necessários diversos estudos efectuados em profundidade, visando o conhecimento do meio português, a arquitectura portuguesa (erudita e popular) e a arquitectura moderna internacional. Apesar do título do texto, a questão do carácter português da casa não surge objectivamente colocado em oposição à discussão genérica da casa portuguesa e,

menos ainda, em oposição ao que Raul Lino escrevera. Para Távora, como resultado da debilidade do carácter da arquitectura portuguesa de finais do século XIX, surge uma formalização desconexa na qual se caiu e da qual resultou o que chama de “triste realidade”. Também Raul Lino concretizará esta crítica ao que chamara, já em 1933, de casas à antiga portuguesa, e cuja designação, na versão do texto de 1947, Távora passa igualmente a utilizar. A importância que Fernando Távora reconhece nas circunstâncias surge, na sua “Casa sobre o mar” (1959), plasmada nas opções programáticas que definem o espaço da casa e que estruturam de modo muito específico as vivências propostas. No seu carácter, esta casa impõe uma convivência, quase ingénua, entre as listas azuis e brancas, os muros de pedra e as opções abstractas e modernas reflectindo de modo exemplar a encruzilhada de influências e desejos de caminhos a seguir.

Com o Congresso surge a oportunidade mas também a provocação de se debater, escrevendo e discutindo, a arquitectura portuguesa. No que diz respeito ao primeiro tema, “A arquitectura no plano nacional”, se se esperava uma discussão acesa onde a casa portuguesa ou a casa à antiga portuguesa fosse o grande motor de paixões, esta não acontece. A defesa de uma arquitectura nacional ancorada nesta linha anterior surge numa única tese e, feita a filtragem, será omitida nas conclusões gerais. O segundo tema, “O problema português da habitação”, conta com menos interesse por parte dos arquitectos, pelo menos no que ao número de teses diz respeito. As diversas propostas são, de um modo geral, pouco sustentadas ou renovadoras. A defesa da habitação colectiva é um factor aceite uniformemente e a consciência da relação existente entre a habitação e a família surge também apontado por diversas vezes. Do conjunto das teses sublinham-se os *aposentamentos* defendidos por Jorge Segurado – velha/nova designação adaptada a uma realidade tida como nova –, a defesa das unidades de habitação corbusianas por Viana de Lima. Mas também a defesa de uma correspondência entre a evolução familiar e a espacial por Teotónio Pereira e Costa Martins, onde menor grau de desenvolvimento socioeconómico corresponderia a menores necessidades correspondidas pelos espaços domésticos.

Neste tema surge a única apresentação cujo formato não é uma tese mas uma comunicação. O “Estudo de casas de rendas económicas”, da autoria de Miguel Jacobetty, com um perfil do que será o caminho a percorrer nas décadas seguintes. Suportado por um estudo sistemático dos percursos efectuados no interior dos fogos e avaliando, positiva ou negativamente, determinadas características – higiénicas, de utilização, etc. –, o caso do bairro de Alvalade e dos seus fogos servem de exemplo a um desejo de sistematização e de consolidação do projecto como conhecimento também científico. Esta vertente de investigação aplicada à habitação assistirá, no futuro próximo, a um significativo e relevante desenvolvimento.

3

Em meados do século XX, Portugal era um país cheio de contradições e de tensões resultantes de um encontro confuso entre o passado e o futuro. No contexto da ditadura de Oliveira Salazar, acontecimentos como as eleições presidenciais de 1958 reflectiam as dificuldades do regime mas, igualmente, a insatisfação discreta e crescente sentida pelos portugueses. A estagnação social do país tendia a dissolver-se e as famílias, assim como os seus membros, iam sofrendo alterações difíceis e inevitáveis. O papel da mulher, neste contexto, é a alteração mais relevante e de maior impacto, presente em toda uma sociedade cada vez menos rural. A habitação cruzava-se com esta crise e com uma outra: a da falta grave e cavalgante de casas dignas em número suficiente para receber o êxodo interno a que o país estava sujeito.

Nesta época, Portugal encontra-se confrontado, cada vez com menos hipótese de fuga, com os problemas resultantes do défice habitacional e de infra-habitação crescente. As questões de um habitar genuinamente português começam a perder relevância e a dissolver-se, sem que tivessem ficado cultural e arquitectonicamente ultrapassadas desde o seu interior. Com as aproximações enquadradas pela crítica ao Movimento Moderno, começam finalmente a surgir modos distintos de recolocar os temas da modernidade e da tradição. As consequências para a produção de um pensamento sobre o habitar, mesmo se com uma estrutura funcionalista, aponta uma redefinição de caminho. Associada surge, igualmente, a necessidade de tornar mais densos os múltiplos discursos efectuados sobre a arquitectura doméstica. O acréscimo de técnicos e disciplinas envolvidos, assim como a diversidade de aproximações, estabelece uma ruptura. Da continuidade chega a vontade de soluções antropocentradadas e culturalmente enquadradas, contra o que é tido como a frieza dos traçados.

A consciência da arquitectura doméstica como acontecimento de raiz realista, profundamente ancorada no contexto, torna-se uma resposta. Esta continuaria o que Raul Lino, Keil do Amaral ou Fernando Távora já tinham referido anteriormente, mas surge envolta em nova abordagem e metodologias. Assim, a sustentação em expectativas resultantes de modas caracterizadoras é substituída por uma procura de soluções espaciais que correspondam a um modo de estar doméstico e íntimo, com o seu tempo e modos específicos. A reflexão portuguesa sobre a arquitectura doméstica encontra-se, a partir da década de 1950, profundamente relacionada com o estudo da habitação com preocupações sociais, com a mudança da estrutura da família e com as condições mínimas essenciais de habitabilidade. Os trabalhos de investigação acontecem em diversas frentes – GTH e LNEC, por exemplo – e concorrem para uma maximização dos processos de analisar, projectar e construir, nunca

perdendo a noção de que, esta proximidade de conhecimentos, visa um mesmo objectivo que da realidade se alimenta e a ela volta em forma de projecto. Inscrito num período histórico muito dinâmico e relevante da produção arquitectónica portuguesa, a década de 1960 é ainda hoje válida como referência para se tentar equacionar a construção de um conhecimento arquitectónico multidisciplinar, cujo rigor deve ser reconhecível. Mais do que uma arquitectura que transporta em si todas as respostas, Portas e os restantes intervenientes sabiam que, para carregar a arquitectura de respostas verosímeis, era necessário observar o mundo e sobre ele reflectir com método, transformando-se o arquitecto num tipo de respigador de informação necessária. Porque, em última análise, a arquitectura não pode oferecer mais do que a configuração das aspirações e dos quotidianos daqueles a quem se destina.

O estudo de situações de desenvolvimento urbano *natural*, em que os bairros clandestinos ou a casa rural são objectos de análise, demonstra uma tentativa de encontrar neles potenciais características a aplicar na produção da habitação por parte dos arquitectos. Quando em análises estão as condições de habitabilidade da infra-habitação, suburbana ou urbana, vemos que paralelamente a uma crítica do não cumprimento do direito de todos os cidadãos a uma casa digna, surge a valorização dos mecanismos intuitivos e culturais que permitem a aplicação de um principio de *sentido comum* capaz de retirar do mínimo – material e economicamente – o máximo partido. Nesta valorização não está ausente o sentido de lugar como acto pertencente à cultura, já que quem autoconstrói também das características do lugar faz matéria-prima.

Os olhares sociopolíticos abordam o tema da habitação considerando tanto a análise das situações de risco, como propondo modos de lutar contra a escassez de respostas governamentais e municipais. Os arquitectos estavam conscientes de que a falta de casas não era só um problema da própria Arquitectura, nem se resolveria somente através da acção dos arquitectos. Era, antes, um problema social com profundas implicações político-sociais e que só uma acção ampla – que considerasse a acção dos técnicos – podia combater. A tarefa dos arquitectos seria a de estarem preparados para, quando fosse necessária a sua presença, serem consequentes, informados e qualificados na sua acção.

O que pode parecer uma contradição – especificidade do lugar, versus procura de padrões gerais de habitar – pode ser lido de um modo distinto. Frente a um problema social grave – a falta de habitação para as populações sem recursos e o crescimento desqualificado da cidade –, o arquitecto, junto com investigadores sociais, propõe-se estudar a realidade das famílias com as quais trabalha, procurando encontrar respostas matriciáveis nessa mesma realidade. A partir dessas pautas, surge a possibilidade de, conhecendo melhor as potenciais famílias-alvo, conseguir viabilizar respostas projectuais de baixo

custo e larga amplitude. Garantindo, assim, cidade e habitação dignas e qualificadas espacialmente para os que não poderiam obtê-las exclusivamente através do seus próprios recursos.

Como síntese, considerando os casos de edifício de habitação multifamiliar, podemos encontrar um conjunto de orientações que incluem observar a realidade nas suas múltiplas vertentes de produção e habitar, à procura de elementos que podem contribuir para a melhor resposta dos profissionais às necessidades massivas de casas, não esquecendo as necessidades das famílias. Neste sentido, são desenvolvidas – Nuno Portas como importante protagonista – investigações que buscam a optimização das áreas e da produção da habitação. É deste modo que a responsabilidade social do arquitecto é chamada a intervir de modo mais directo. Frente a uma realidade urbana empobrecida, sem direito a uma casa digna, procuram-se respostas de sistematização que permitam baixar o valor do investimento necessário, para que o poder político e restantes instituições envolvidas tenham a capacidade e o interesse de agir.

Em todo este processo de relação dos técnicos urbanos com o mundo é possível reconhecer dois tipos de mecanismos que nos parecem complementares e que, de um modo geral, se dissiparam, não encontrando, na actualidade, uma frente de reflexão tão promissora. Podemos identificar, por um lado, o projecto como investigação e, por outro, a investigação como projecto. Se o primeiro traz para a acção de projectar uma responsabilidade de permanente abertura e requestionamento, o segundo carrega a investigação com a responsabilidade de propor respostas, ou metarespostas, que sejam aplicadas, neste caso, às necessidades da população mais desfavorecida. A consciência da complexidade que as Ciências Sociais trazem para o interior da reflexão e do projecto de arquitectura doméstica resulta numa multitude de interesses e atenções que, em última análise, responsabilizam o projecto arquitectónico.

Na década de 1960, apesar de ser claramente identificável um ambiente de amadurecimento dos arquitectos enquanto projectistas e produtores de reflexão, não nos parece possível dizer que as capacidades críticas se encontravam em franca e generalizada expansão. No interior deste meio efervescente, alguns dos intervenientes, quer pelos seus perfis, quer pela sua aptidão e interesse, demonstraram maior capacidade de responderem à altura do momento e das necessidades. A urgência sentida, tanto na questão da arquitectura portuguesa, como na dramática situação de défice de habitação, encontram, por parte dos arquitectos, uma panóplia de respostas, umas mais efectivas, promissoras e duradouras do que outras. Arquitectos das gerações mais jovens, como Nuno Portas ou Pedro Vieira de Almeida, conseguiram, de modos distintos e com aproximações próprias, transformar a necessidade e a urgência em caminho rigoroso de produção de conhecimento do qual a actualidade portuguesa é herdeira.

Temos conhecimento que muitas e variadas aproximações relativas ao século XX português estão a ser realizadas. Observações críticas e meticolosas sobre o Inquérito à Arquitectura Regional Portuguesa ou sobre o ensino nas diferentes escolas nacionais, entre outras, terão implicações no que atrás se disse e propôs. Essa possibilidade anima o espírito deste trabalho: um contínuo que se completará, contraditará e reelaborará sempre. As faltas deste trabalho serão parte relevante da sua mais-valia. Estas reflectem, por oposição, o que se logrou conquistar de conhecimento e dúvida. Mas também são elas próprias o conhecimento que se espera vir a tentar encontrar suportado pelas dúvidas adquiridas. Encerrando-se um episódio, mesmo se sempre de forma fictícia, criam-se as condições das seguintes provocação. O que não é perfeito projecta-se para o futuro exigindo ainda mais atenção e empenho do que o caminho que parcialmente se completa com um ponto final.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

- Agarez, Ricardo Costa**, *O Moderno Revisitado. Habitação multifamiliar em Lisboa nos anos de 1950*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 2009 [2003]
- Alexandre, Álvaro; Ricou, Gastão; Reis, João Braula; Pereira, Nuno Teotónio; Nunes, Paulo**, "Problemas de base postos pelo estudo da Habitação Económica", *Arquitectura*, n.º 76, Out. 1962, pp. 47-50
- Almeida, Ana Nunes de**, "Mulheres e famílias operárias: a «esposa doméstica»", *Análise Social*, vol. XXVIII, n.º 120, 1.º Trimestre 1993, pp. 105-132
- Almeida, Hélder**, "Ficheiro de projectos de edifícios de habitação", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 15, 2.º Sem. 1968, pp. 310-340
- Almeida, Leopoldo de**, "Olivais Norte - nota crítica", *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, pp. 12-14
- Almeida, Maria Rita Pais Ramos Abreu de**, "Proximities between social and working areas in Portuguese domestic housing in the second half of the 20th Century". Apresentado em Living in the Past, The 6th Modern Interiors Research Centre Conference. Kingston University, Londres, Mai. 2009
- Almeida, Pedro Vieira de**, "Ensaio sobre o espaço da arquitectura (1)", *Arquitectura*, n.º 79, Jul. 1963, pp. 15-21
- , "Ensaio sobre o espaço da arquitectura (2)", *Arquitectura*, n.º 80, Dez. 1963, pp. 3-14, 40
- , "Da utilidade social da arquitectura", *Análise Social*, vol. II, n.º 6, 1964, pp. 237-248
- , "Ensaio sobre o espaço da arquitectura (3)", *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, pp. 29-38
- , "Uma análise da obra de Siza Vieira", *Arquitectura*, n.º 96, Mar.-Abr. 1967, pp. 64-68
- , "Un análisis de la obra de Siza Vieira", *Hogar y Arquitectura*, n.º 68, Ene.-Feb. 1967, pp. 72-76
- , "Raul Lino. Arquitecto Moderno" in Fundação Calouste Gulbenkian. *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 115-188

- , "Prefácio à edição de 1985" in Octávio Lixa Filgueiras. *Da Função Social do Arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: ESBAP, 1985 (2.ª ed.), pp. 1-5
- , "A charneira 1900" in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 9-23
- , "Modelo progressista, modelo culturalista" in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 72-89
- , "O «arrebalde» do céu" in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 104-118
- , "Sociedade e identidade nacionais" in Pedro Vieira de Almeida; José Manuel Fernandes. *História da Arte em Portugal: A Arquitectura Moderna*, vol. XIV. Lisboa: Alfa, 1986, pp. 34-59
- , "Viana de Lima" in Amândio Fernandes Secca; Pedro Vieira de Almeida. *Viana de Lima. Arquitecto: 1913-1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Árvore - Centro de Actividades Artísticas, 1996, pp. 51-96
- , "Arquitectura e Poder. Representação Nacional" in Annette Becker; Ana Tostões; Wilfried Wang. *Arquitectura do Século XX - Portugal*. Frankfurt; Lisboa: Deutsches Architektur-Museum; Centro Cultural de Belém, 1997, pp. 93-97
- , "A técnica de avestruz e dois princípios de indeterminação crítica" in Pedro Vieira de Almeida. *Apontamentos para uma Teoria da Arquitectura*. Lisboa: Livros Horizonte, 2008, pp. 21-26 [1967]
- , "Arquitectura Típica Portuguesa". Conferência apresentada em Lisboa (Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana) a 13 Mar. de 2009
- Amaral, Francisco Keil do**, *A Arquitectura e a Vida*. Lisboa: Ed. Cosmos, 1942
- , *A Moderna Arquitectura Holandesa*. Lisboa: Ed. Seara Nova, 1943
- , *O Problema da Habitação*. Porto: Liv. Latina, 1945
- , "Maleitas da arquitectura nacional: A formação do arquitecto (1)", *Arquitectura*, n.º 17-18, Jul.-Ago. 1947, pp. 18-20
- , "A formação do arquitecto" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 74-79
- Amerlinck, Mari-Jose**, "The meaning and scope of architectural anthropology" in Mari-Jose Amerlinck. *Architectural Anthropology*. Westport, Conn.; London: Bergin & Garvey, 2001, pp. 1-26
- Andrade, A. Ferraz de; Barata, José Pedro Martins; Fonseca, M. Gonçalves da**, "Aspectos de um Inquérito às condições de habitação em Lisboa", *Análise Social*, vol. I, n.º 6, 1964, pp. 301-307
- Arbonville, Denise**, "Evaluating the impact of social-demographic trends on habitat in Europe" in Catherine Bonvalet; Valérie Laflamme; Denise Arbonville. *Family and Housing. Recent trends in France and Southern Europe*. Oxford: The Bardwell Press, 2009
- Archieri, Jean-François; Lasseur, Jean-Pierre; Damisch, Hubert**, *Prouvé: Cours du CNAM, 1957-1970. Essai de reconstitution du cours à partir des archives Jean Prouvé*. Sprimont: Mardaga, 1990
- B., J.**, "Arquitectura doméstica", *A Construção Moderna*, n.º 59, Ano III, 10 Mai. 1902, pp. XXVII-XXVIII [*Diário de Notícias*, 14 Abr. 1902]
- Bachelard, Gaston**, *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 1998 [*La Poétique de l'Espace*, 1957]

- Barbagli, Marzio; Kertzer, David I.**, "Introduction" in David I. Kertzer; Marzio Barbagli. *Family Life In The Twentieth Century*. New Haven; London: Yale University Press, 2003, pp. XII-XLIV
- Barreto, António**, "Três décadas de mudança social" in António Barreto. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996, pp. 35-60
- Barreto, António; Preto, Clara Valadas**, "Indicadores da evolução social" in António Barreto. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996, pp. 61-162
- Beinart, Julian**, "Amâncio Guedes. Architect of Lourenço Marques", *The Architectural Review*, vol. CXXIX, n.º 770, April 1961, pp. 241-248
- Belo, Maria; Alão, Ana Paula; Cabral, Iolanda Neves**, "O Estado Novo e as mulheres" in Comissão Organizadora do Colóquio sobre o Estado Novo. *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia: 1926-1959. Volume II*. Lisboa: Fragmentos, 1982, pp. 263-279
- Benjamin, Walter**, "A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica" in Walter Benjamin. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992, pp. 71-113 [1955]
- , "Teses sobre a filosofia da história" in Walter Benjamin. *Sobre Arte, Técnica, Linguagem e Política*. Lisboa: Relógio d'Água, 1992, pp. 157-170 [1947/50 (Texto de 1940)]
- Bloomer, Kent C.; Moore, Charles Willard**, *Body, Memory, and Architecture*. New Haven: Yale University Press, 1977
- Botelho, Abel**, "A casa portuguesa", *A Construção Moderna*, n.º 92, 10 Abr. 1903, pp. 59-61 [*O Dia*, 11 de Mar. 1903]
- Botelho, J. Rafael; Dias, F. Silva; Machado, J. Reis**, "Plano de Chelas. I - Antecedentes", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 5, Mar.-Abr. 1965, pp. 226-230
- Botelho, Rafael**, "A crítica e o melindre. Os preconceitos de classe e a falta de moral social", *Arquitectura*, n.º 43, Ano XXIV, 2.ª série, Mar. 1952, pp. 7-8
- Bourdieu, Pierre**, "On the family as a realized category", *Theory Culture Society*, vol. 13, n.º 3, Aug. 1996, pp. 19-26
- Braga, Joaquim Theophilo**, *Alma Portuguesa: Viriatho, narrativa epo-histórica*. Porto: Lello & Irmão, 1904
- Byrne, Gonçalo Sousa**, *Racionalização do Processo de Projecto. I - Coordenação Dimensional Modular. Princípios e Aplicações*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1970
- C[osta], F[rancisco]**, "A arquitectura moderna", *Arquitectura*, n.º 20, Set. 1931, p. 80
- Cabral, Bartolomeu Costa**, *Racionalização de Soluções de Organização de Fogos - Formas de Agrupamento da Habitação. Relatório Parcial*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1968
- Cabral, Bartolomeu Costa; Moura, Vasco Croft de**, "Bairro económico da Chamusca", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 5-15
- Cabral, Bartolomeu Costa; Portas, Nuno**, "O Conjunto Habitacional da Pasteleira. Notas em torno das realizações portuenses", *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, pp. 31-47
- Campos, Costa**, "A habitação (conclusão)", *A Construção Moderna*, n.º 58, 1 Mai. 1902, p. 56
- Carreira, Henrique Medina**, "A Educação" in António Barreto. *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*. Lisboa: Instituto Ciências Sociais - Universidade de Lisboa, 1996, pp. 423-462

- Carsten, Janet; Hugh-Jones, Stephen**, "Introduction: about the house - Levi-Strauss and Beyond" in Janet Carsten; Stephen Hugh-Jones. *About the House. Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, pp. 1-46
- Christo, Carolina Homem**, "Comentários da Directora", *Eva*, n.º 1059, Abr. 1960, p. 3
- Coderch, José A.**, "No son genios lo que necesitamos ahora", *Arquitectura*, n.º 73, Dez. 1961, pp. 3-4
- Coelho, J. Simões**, "Plano de Chelas. VI - Sistemas de transportes públicos", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 9, Nov.-Dez. 1965, pp. 454-461
- Colquhoun, Alan**, *La Arquitectura Moderna. Una visión desapasionada*. Barcelona: Gustavo Gili, 2005 [2002]
- Comissão Executiva da Exposição de Obras Públicas**, *Quinze Anos de Obras Públicas (1932-1947). Exposição e Congresso de Engenharia e de Arquitectura*, II vol. Lisboa: [s.n.], 1949
- Consiglio Nazionale delle Ricerche** (ed.), *Manuale dell'Architetto*. [S.I.]: Ufficio Informazioni Stati Uniti, 1946
- Cosme, João**, "As Preocupações Higio-Sanitárias em Portugal (2.ª metade do século XIX e princípio do XX)", *História. Revista da Faculdade de Letras (Porto)*, vol. 7, III Série, 2006, pp. 181-195
- Costa, Alexandre Alves**, "Arquitectura Portuguesa", *Vértice*, n.º 8, 2.ª série, Nov. 1988, pp. 105-107
- Costa, Alexandre Alves; Portas, Nuno**, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte I. Anexo 1. Matriz - Quadro de Relações Lógicas*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966
- , *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análises parciais das relações entre funções do fogo*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966
- Cunha, Luiz**, "The search for na autentic architecture" in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, pp. 84-93
- Dias, F. Silva; Machado, J. Reis**, "Plano de Chelas. II - Estrutura urbana proposta", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 6, Mai.-Jun. 1965, pp. 278-287
- Dias, Francisco da Silva**, "Estágio sobre técnicas de urbanismo e planificação do território", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 14, 1.º Sem. 1968, pp. 253-264
- Dias, Francisco Silva**, *Tipologias de Edifícios - Habitação Evolutiva. Princípios e Critérios de Projecto*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1971
- Donat, John**, "Introduction" in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, pp. 8-9
- (ed.), *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964
- Duarte, Carlos**, "Le Corbusier", *Arquitectura*, n.º 88, Maio-Jun. 1965, p. 95
- Duarte, Carlos S.**, "Blocos na Avenida dos Estados Unidos da América", *Arquitectura*, n.º 61, Dez. 1957, pp. 17-24
- , "Três obras de Mário Ridolfi", *Arquitectura*, n.º 57/58, a. XXVII, II série, Jan.-Fev. 1957, pp. 22-25
- , "Elementos sociológicos do «habitat» urbano", *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, pp. 17-30
- , "Habitação e equipamento colectivo na Suécia", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 4, Jan.-Fev. 1965, pp. 207-214
- Duarte, Carlos S.; Sant'Ana, Frederico; Santa Rita, José Daniel; Scapinakis, Nikias**, "Editorial", *Arquitectura*, n.º 60, Out. 1957, pp. 3-4

- Duarte, Carlos S.; Santa Rita, Daniel**, "Bairro económico da Chamusca - Comentário", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 3-4
- "Editorial", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, p. 1
- "Editorial", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 11, Ago. 1959, p. 1
- Fernandes, Francisco Barata**, *Transformação e Permanência na Habitação Portuense: as formas da casa na forma da cidade*. Porto: FAUP Publicações, 1999 (2.ª ed.)
- Fernandes, Inácio Peres**, "Relatório das teses apresentadas ao tema I - A arquitectura no plano nacional" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 180-186
- Fernandez, Sérgio**, *Percurso. Arquitectura Portuguesa 1930/1974*. Porto: FAUP Publicações, 1988
- Ferreira, Carlos Antero**, "Aspectos sociais na concepção do habitat. 1.º Colóquio sobre problemas de habitação", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 17, Fev. 1960, pp. 59-60
- Ferreira, Maria Júlia**, "O Bairro Social do Arco do Cego. Uma aldeia dentro da cidade de Lisboa", *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, 1.º Trim. 1994, pp. 697-709
- Ferreira, Raul Hestnes**, "Análise de núcleos urbanos projectados noutros países", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 16, 1.º Sem. 1969, pp. 403-428
- Ferreira, Virgínia**, "A feminização do emprego nos escritórios (1940-1980)", *História*, n.º 34, Mar. 2001, pp. 24-29
- Fichet-Poitrey, Françoise**, "L'architecture fonctionnelle (suite). La période industrielle" in Paul Chombart de Lauwe; M. J. Chombart de Lauwe; L. Couvreur; D. Dubois-Taine; F. Fichet-Poitrey; P. Labat; P. Madaule; L. Marcu; O. Miret. *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1959, pp. 143-154
- Fidalgo, Marta Véstia**, *Menina e moça. Um ideal de formação feminina (1960-1970)*. Lisboa: Org. não Governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 2002 [2002]
- Figueiredo, Rute Maria Pinto**, *Arquitectura e Discurso Crítico em Portugal (1893-1918)*. Dissertação de Mestrado em História da Arte Contemporânea. [Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa], 2002
- Filgueiras, Octávio Lixa**, "Da função social do arquitecto, para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada", *Arquitectura*, n.º 75, Jun. 1962, pp. 46-50
- , *Da Função Social do Arquitecto. Para uma teoria da responsabilidade numa época de encruzilhada*. Porto: ESBAP, 1985 (2.ª ed.) [1962]
- Fontoura, Maria Inês Girão Vieira Lamy da**, *Um Olhar Sobre a Habitação Corrente da Cidade de Lisboa do Século XX. Leituras de edifícios publicados n' "A Construção Moderna" - (1900-1919)*. Dissertação de Mestrado em Estudos do Espaço e do Habitar em Arquitectura. [Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura], 2008
- França, José-Augusto**, "A «casa portuguesa» e o «neo-romântico», no princípio de novecentos", *Arquitectura*, n.º 95, Jan.-Fev. 1967, pp. 30-34
- , "Raul Lino. Arquitecto da geração de 90" in Fundação Calouste Gulbenkian. *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 73-114
- , *A Arte em Portugal no Século XX*. Lisboa: Bertrand, 1991 (3.ª ed.) [1974]

- Fundação Calouste Gulbenkian**, *Raul Lino. Exposição Retrospectiva da sua Obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970
- Gabinete de Urbanização da C.M.L.**, "Olivais-Norte. Extractos da Memória Descritiva do Estudo Base de Olivais elaborado em 1955", *Arquitectura*, n.º 81, Mar. 1964, pp. 5-11
- Gabinete Técnico da Habitação da C.M.L.**, "Nota de abertura", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 1, Jul.-Ago. 1964, pp. 2-6
- , "Empreitadas de construção de edifícios habitacionais e de equipamento no período de 1959-1969", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971, pp. 193-196
- , "Estudos elaborados pela repartição de investigação no período 1959-1969", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971, pp. 169-174
- , "Organigrama", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971, p. 153
- , "Relação dos estudos e projectos elaborados pelo planeamento no período de 1959-1969", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 20, 1.º Sem. 1971, pp. 157-168
- Gandra, Hernâni**, "Bloco habitacional em Olivais-Sul", *Arquitectura*, n.º 97, Maio-Jun. 1967, pp. 112-115
- Garcia, Álvaro N. V.**, *Emprego da Ardósia como Material de Construção*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1951
- , *Modulações das Construções*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1952
- Godinho, Januário**, "Frank Lloyd Wright", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 3-7
- Gomes, Ruy José**, *Perspectivas da Préfabricação na Construção de Habitações*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1952
- , "Normalização de portas: as portas interiores para habitação", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 3, Jun. 1958, pp. 21-23
- , "Apreciação crítica de edifícios: O Bloco das Águas Livres", *Arquitectura*, n.º 65, Jun. 1959, pp. 23-30
- , *O Bloco das Águas Livres. Apreciação crítica de edifícios*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1960
- Gomes, Ruy José; Folque, José de Brito**, *O uso da terra como material de construção*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1953
- Gomes, Ruy José; Portas, Nuno**, *Planificação e Produtividade na Construção de Habitações*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966
- Gomes, S. Pereira; Sanfins, Sebastião**, "Quatro blocos habitacionais em Olivais-Norte", *Arquitectura*, n.º 91, Jan.-Fev. 1966, pp. 9-13
- Gomes, Sérgio de Andrade**, "Relatório das teses apresentadas sobre o tema II (O problema português da habitação)" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 287-293
- Gropius, Walter**, "Sobre a ideia de monumentalidade", *Arquitectura*, n.º 30, Abr.-Maio 1949, p. 14 [Architectural Review, n.º 621, Sept. 1948]
- , "O arquitecto na sociedade industrial", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 2-5

- Guedes, Amâncio**, "Y Aura-t-il une Architecture? Oeuvres et Projects", *L'Architecture d'Aujourd'hui*, n.º 102, Juin-Juillet 1962, pp. 42-49
- Guedes, Amâncio d'Alpoim**, "The American Egyptian style [Mozambique]" in John Donat. *World Architecture One*. Londres: Studio Books, 1964, pp. 94-109
- Guimarães, Hélder Tércio; Rodrigues, Elias Cachado**, "Olivais e Chelas, um percurso", *Boletim GTH*, vol. 7, n.º 50/51, 1986, pp. 209-215
- Jacobetty, Miguel**, "Estudo de casas de renda económica [comunicação]" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 267-286
- , "A racionalização na habitação e na urbanização" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 223-228
- Kahn, Louis; Almeida, Pedro Vieira de**, "Estrutura e forma", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 24-29
- Kostof, Spiro**, "El ejercicio de la arquitectura en el mundo antiguo: Egipto y Grecia" in Spiro Kostof. *El Arquitecto. Historia de una profesión*. Madrid: Catedra, 1984, pp. 13-34 [*The Architect. Chapters in the History of the Profession*, 1977]
- Kruft, Hanno-Walter**, *Historia de la Teoría de la Arquitectura. Desde la Antigüedad hasta el siglo XVIII*, 1.º vol. Madrid: Alianza Editorial, 1990
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil**, *Inquérito Piloto às Necessidades Familiares em Matéria de habitação - I Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1962
- Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Costa, Alexandre Alves; Portas, Nuno**, *Racionalização das Soluções de Habitação. Parte II. Análise parciais das relações entre funções do fogo*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1966
- Lamas, Maria**, *As Mulheres do Meu País*. Lisboa: Actuais, 1950
- Lauwe, Paul-Henri Chombart de; Lauwe, Marie-José Chombart de**, "A evolução contemporânea da família: estruturas, funções, necessidades", *Análise Social*, vol. III, n.º 12, 1965, pp. 475-500
- Lauwe, Paul Chombart de**, "Sociologia da habitação. Métodos e perspectivas de investigação", *Arquitectura*, n.º 68, Jul. 1960, pp. 41-50 [1959]
- Lauwe, Paul Chombart de; Lauwe, M. J. Chombart de; Couvreur, L.; Dubois-Taine, D.; Fichet-Poitrey, F.; Labat, P.; Madaule, P.; Marcu, L.; Miret, O.**, *Famille et Habitation. Science humaines et conceptions de l'habitation*. Paris: Centre National de la Recherche Scientifique, 1959
- Lawrence-Zúñiga, Denise**, "From bourgeois to modern: transforming houses and family life in rural Portugal" in Mari-Jose Amerlinck. *Architectural Anthropology*. Westport, Conn.; London: Bergin & Garvey, 2001, pp. 171-200
- , "Material conditions of family life" in David I. Kertzer; Marzio Barbagli. *Family Life In The Twentieth Century*. New Haven; London: Yale University Press, 2003, pp. 3-54
- Le Corbusier**, *La Ville Radieuse*. Paris: Editions de L'Architecture d'aujourd'hui, 1933
- , "A arquitectura e a engenharia na construção", *Técnica. Revista de engenharia dos alunos do I.S.T.*, n.º 138, Mai. 1943, pp. 360-364
- , "As necessidades colectivas e a engenharia", *Técnica. Revista de engenharia dos alunos do I.S.T.*, n.º 142, Dez. 1943, pp. 591-596

———, "As necessidades colectivas e a engenharia (conclusão)", *Técnica. Revista de engenharia dos alunos do I.S.T.*, n.º 143, Jan. 1944, pp. 658-663

———, "A Unidade de Habitação de Marselha", *Arquitectura*, n.º 50-51, Nov. 1953, pp. 4-7

———, "A Unidade de Habitação [Berlim]", *Binário*, n.º 37, Out. 1961, pp. 595-596

———, "[Lembrança de Le Corbusier]", *Arquitectura*, n.º 89/90, Dez. 1965, pp. 145-158

Le Groupe CIAM-France, *La Charte d'Athenes*. Paris: Plon, 1943

Leal, João, "Metamorfoses da arte popular: Joaquim Vasconcelos, Vergílio Correia e Ernesto de Sousa", *Etnográfica*, n.º 2, vol. VI, 2002, pp. 251-280

Lefaucheur, Nadine, "Maternidade, Família, Estado" in Françoise Thébaud; Georges Duby; Michelle Perrot. *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 480-503 [1991]

Leite, Ruy Toulson de Almeida, "A habitação compacta. Subsídios para uma sociologia da habitação urbana", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.º Sem. 1969, pp. 489-490

Leite, Ruy Toulson de Almeida; Vieira, Esmeralda Severo, "Integração das refeições na cozinha para as habitações categoria I", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.º Sem. 1969, pp. 485-490

———, "O problema da sobreocupação das habitações", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 17, 2.º Sem. 1969, pp. 491-517

Leone, A. Azevedo; Matos, Eduardo R.; Dias, Adalberto; Moura, Fernando; Carmo, Benjamim do; Roxo, Albertino Galvão; Reis, Jerónimo; Faria, Fernando Limpo de; Bonito, Mário; Andrade, Artur; Ricca, Agostinho; Veloso, A. Matos; Martins, Luís Oliveira; Silva, A. Domingues da; Amorim, Delfim Fernandes; Carneiro, Rocha; Losa, Arménio; Lima, A. Viana de; Magalhães, Alfredo Ângelo; Barbosa, Cassiano; Vital, António Lobão; Lima, Cruz, "Opiniões que entram pela porta de serviço por chegarem atrasadas" in Sindicato dos Arquitectos Portugueses; Ordem dos Arquitectos; Ana Tostões; Ana Silva Dias. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 1948 (2.ª ed.), pp. 1-22 [Porto, 1948]

Lima, Alfredo Viana de; Távora, Fernando; Filgueiras, Octávio Lixa, "X Congresso CIAM", *Arquitectura*, n.º 64, 3.ª série, Jan.-Fev. 1959, pp. 21-28

Lima, Viana de, "O problema português da habitação" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 215-222

Lino, Raul, "Casa de habitação para cidade", *A Construção Moderna*, n.º 69, Ano III, Ago. 1902, pp. 106-107

———, "Casa para ser construída sobre o terraço do palácio do exmo. sr. Marquez da Foz", *A Construção Moderna*, n.º 109, Ano IV, Out. 1903, pp. 193-195

———, *A Nossa Casa. Apointamentos sobre o bom gôsto na construção das casas simples*. Lisboa: Atlantida, 1918

———, *A Casa Portuguesa [Portugal: Exposição Portuguesa de Sevilha]*. Lisboa: Escola Tipográfica da Imprensa Nacional, 1929

———, *Casa do Exmo. Sr. José Sousa Charters, Leiria. Algumas notas sobre aspecto e acabamentos* [dactilografado], 1931. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 304.0.1

———, *Casas Portuguesas. Alguns apontamentos sobre o arquitectar das casas simples*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1933

———, *Auriverde Jornada. Recordações de uma viagem ao Brasil*. Lisboa: Ed. Valentim de Carvalho, 1937

- , *L'Évolution de l'Architecture Domestique au Portugal*. Lisbonne: Institut Français au Portugal, 1937
- , *Estudo para uma edificação sito na Avenida da Liberdade, n.º 175, Lisboa* [dactilografado], Novembro de 1944. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 461.0.1
- , *Quatro palavras sobre urbanização: lidas a 26 de Abril de 1945, em Viana do Castelo*. Lisboa: Valentim de Carvalho, 1945
- , *Estudo de um edifício de apartamentos para ser construído na cidade de Lisboa* [dactilografado], Julho de 1954. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 540.0.1
- , "O Romantismo e a «Casa Portuguesa»" in Vitorino Nemésio. *Estética do Romantismo em Portugal*. Lisboa: Grémio Literário, 1974, pp. 205-210
- , *Edifícios para Escolas Primárias nas Regiões do Sul* [dactilografado], [s.d.]. Espólio Raul Lino (Biblioteca de Arte - Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa), cota n.º RL 352
- Loos, Adolf**, "Arquitectura" in Adolf Loos. *Escritos II 1910/1932*. Madrid: El Croquis, 1993 [*Architektur*, 1910]
- Losa, Arménio**, "Indústria e construção" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 263-266
- Loureiro, José Carlos; Ramos, Luís Pádua**, "Conjunto habitacional do Campo do Luso", *Arquitectura*, n.º 94, Jul.-Dez. 1966, pp. 181-186
- Lourenço, Eduardo**, *O Labirinto da Saudade*. Lisboa: Gradiva, 2001 (2.ª ed.) [1978]
- Machado, João Reis**, "O Plano de Chelas. V - Elementos relativos à população que habita em barracas", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 9, Nov.-Dez. 1965, pp. 441-456
- , "Plano de Chelas. IV - Tipologia da família", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 8, Ago.-Set. 1965, pp. 400-420
- Martí Arís, Carlos**, *Las Variaciones de la Identidad. Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Col.legi d'Arquitectes de Catalunya; Ediciones del Serbal, 1993 [1988]
- Martins, [Artur] Pires**, "Prédio da Avenida Elias Garcia", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 44-49
- Martins, Fernando**, "As «mudanças invisíveis» do pós-guerra" in José Mattoso; Fernando Rosas. *História de Portugal: O Estado Novo (1926-1974)*, vol. 7. Lisboa: Estampa, 1998, pp. 419-430
- Martins, João Paulo**, "Portuguesismos: Nacionalismos e Regionalismos na acção da D.G.E.M.N. Complexidade e algumas contradições na arquitectura portuguesa" in AA VV. *Caminhos do Património*. Lisboa: DGEMN; Livros Horizonte, 1999, pp. 115-132
- , "Arquitectura Moderna em Portugal: a Dificil Internacionalização. Cronologia" in Ana Tostões; Sandra Vaz Costa. *Arquitectura Moderna Portuguesa. 1920-1970*. Lisboa: IPPA, 2004, pp. 156-171
- , *Os Espaços e as Práticas. Arquitectura e ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. [Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa], 2005
- Mascaro, Luciana Pelaes**, *Difusão da Arquitetura Neocolonial no Interior Paulista, 1920-1950*. Dissertação de Doutoramento em Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo. [Universidade de São Paulo, Escola de Engenharia de São Carlos], 2008
- Matta, José Caeiro**, *Habitações Populares*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909

- Mattos, [José Maria de] Mello de**, "Casas baratas", *A Construção Moderna*, n.º 79, Ano III, Dez. 1902, pp. 165-166
- , "Casas baratas", *A Construção Moderna*, n.º 102, Ano II, Jul. 1903, pp. 142-143
- , "Casas baratas", *A Construção Moderna*, n.º 119, Ano IV, Jan. 1904, pp. 276-280
- Mattos, Mello de**, "A casa portuguesa. Outro depoimento", *A Construção Moderna*, n.º 93, Ano IV, 20 Abr. 1903, pp. 67-69
- Mazower, Mark**, *Dark Continent. Europe's Twentieth Century*. London: Penguin Books, 1998
- McLeod, S.**, "Book review: World Architecture One", *Urban Studies*, vol. 3, n.º 2, 1966, pp. 173-174
- Medeiros, E. Goulart**, "Os centros cívico-comerciais de Vallingby e Farsta", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 4, Jan.-Fev. 1965, pp. 215-220
- Mello, Duarte Cabral de**, *A Arquitectura Dita. Anamorfose & projecto*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura. [Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura], 2007
- Mesquita, Marieta Dá**, "Fontes para a história da arquitectura contemporânea portuguesa. Um primeiro olhar sobre *A Construção Moderna*", *GEHA - Revista de História, Estética e Fenomenologia da Arquitectura e do Urbanismo*, n.º 2/3, Ano 2, Mar./Out. 1999, pp. 105-118
- , "'Casas de muitos andares nos Estados Unidos' ou a Escola de Chicago vista por um engenheiro português em 1900", *Jornal Arquitectos*, n.º 205, Mar.-Abr. 2002, pp. 11-18
- Milheiro, Ana Vaz**, "Entre o "português suave" e o modernismo", *Jornal Arquitectos*, n.º 186, Set. 1998, pp. 42-43
- Montaner, Josep Maria**, *Después del Movimiento Moderno. Arquitectura de la segunda mitad del siglo XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 1993
- , *Arquitectura y Crítica*. Barcelona: Gustavo Gili, 2002 (3.ª ed.) [1999]
- Monteiro, José Luiz**, "Casa de aluguer do Exmo. sr. José António Carreira", *A Construção Moderna*, n.º 67, Ano III, Ago. 1902, pp. 98-99
- Monteiro, Porfírio Pardal**, "Contribuição para o estudo do problema da habitação económica em Lisboa" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 250-262
- Moreira, Manuel Vicente**, "Notas sobre a habitação operária em Portugal: comunicação apresentada à Secção Social do Congresso Internacional da Tuberculose, em Setembro de 1937", *Brotéria*, vol. XXV, n.º 4 [Separata], Outubro 1937
- , "O problema da habitação no estrangeiro", *Brotéria*, vol. XXVII, [Separata], 1943, p. 154
- , "Consequências da habitação", *Jornal do Médico*, vol. V, Ano V, n.º 99, 16 Dez. 1944, pp. 110-112
- , *Problemas da Habitação*. Lisboa: [s.n.], 1950
- Morgado, Horácio**, "Engenharia de transportes", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 14, 1.º Sem. 1968, pp. 265-268
- Neves, Henrique das**, *A Cava de Viriato. Notícia descritiva e crítico-histórica*. Figueira da Foz: Imprensa Lusitana, 1893
- Nunes, Fátima Sedas**, "Ambiguidade da nova condição feminina", *Análise Social*, vol. II, n.º 5, 1964, pp. 313-315

- Nunes, Paulo Simões**, "A *Construção Moderna* e a cultura arquitectónica no "novecentos" em Portugal", *Arte Teoria*, n.º 1, FBA-UL, 2000, pp. 48-59
- Oliveira, César de**, "A Evolução Política" in Fernando Rosas. *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII. Lisboa: Editorial Presença, 1992, pp. 21-85
- Oliveira, Mário de**, "A arquitectura no plano nacional" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 24-32
- Paiva, José Ângelo Vasconcelos de**, "Edifícios" in Laboratório Nacional de Engenharia Civil. *Laboratório Nacional de Engenharia Civil - 60 anos de actividade: 1946-2006*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006, pp. 209-234
- Palla, Victor**, "Prédio na Rua de S. Bernardo", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 32-33
- Palla, Victor; Almeida, Bento de**, "Fábrica Martini", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 20-23
- Paquot, Thierry**, "Un sociologue à Paris", *Espaces et Sociétés*, n.º 103 (Paul-Henry Chombart de Lauwe et l'histoire des études urbaines en France), 2000
- Pedro, José Oliveira**, "Introdução" in Laboratório Nacional de Engenharia Civil. *Laboratório Nacional de Engenharia Civil - 60 anos de actividade: 1946-2006*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2006, pp. 67-130
- Pedrosa, Patrícia Santos**, *Cidade Universitária de Lisboa (1911-1950). Génese de uma difícil territorialização*. Lisboa: Colibri, 2009 [2007]
- Peixoto, Rocha**, "A casa portuguesa, primeira parte", *Serões. Revista mensal ilustrada*, vol. 1, n.º 2, 2.ª Série, Ago. 1905, pp. 106-110
- Pereira, Gabriel**, "Casa portuguesa", *Arte portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 1, Ano I, Jan. 1895, pp. 21-22
- , "Casa portuguesa (S. Pedro do Sul)", *Arte portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 6, Ano I, Jun. 1895, pp. 141-142
- , "Estética portuguesa", *Arte portuguesa. Revista ilustrada de archeologia e arte moderna*, n.º 2, Ano I, Fev. 1895, pp. 25-26
- Pereira, Luz Valente; Gago, M. Amélia Corrêa**, *O Uso do Espaço na Habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1974
- Pereira, M. Luz Valente; Gago, M. Amélia**, *Inquérito à Habitação Urbana. Pesquisa de campo. Relatório integrado no Planeamento de Estudos no Domínio de Edifícios*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1972
- , *Inquérito à Habitação Urbana. Análise e interpretação das actividades habitacionais e a sua relação com os espaços da casa*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1974
- Pereira, M. Luz Valente; Portas, Nuno**, *Inquérito à Habitação Urbana. Relatório Preliminar - 1. Objectivos Gerais do Inquérito*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1967
- , *Inquérito à Habitação Urbana. Relatório Preliminar - 2. Dados para a Elaboração do Questionário. O Questionário*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1969
- Pereira, Maria da Luz Valente**, "Modelo do sistema urbano à escala de zona urbana", *Análise Social*, vol. X, n.º 39, 1.º Sem. 1973, pp. 5-49

- Pereira, Michel Toussaint Alves**, *Da Arquitectura à Teoria e o Universo da Teoria da Arquitectura em Portugal na Primeira Metade do Século XX*. Dissertação de Doutoramento em Arquitectura - Teoria da Arquitectura. [Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Faculdade de Arquitectura], 2009
- Pereira, Nuno Teotónio**, "Habitação. Finalmente uma política?" *Arquitectura*, n.º 108, Mar.-Abr. 1969, p. 43 e 95
- , "Aspectos sociais na construção do habitat" in Nuno Teotónio Pereira. *Escritos: (1947-1996, Seleção)*. Porto: FAUP, 1996, pp. 34-39 [1960]
- Pereira, Nuno Teotónio; Cabral, Bartolomeu Costa**, "O Bloco das Águas Livres. Esclarecimento dos projectistas a alguns dos aspectos focados na crítica do Eng. Ruy Gomes", *Arquitectura*, n.º 65, Jun. 1959, p. 31
- Pereira, Nuno Teotónio; Freitas, António Pinto de; Portas, Nuno**, "Habitações em torre em Olivais-Norte", *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, pp. 171-174
- Pereira, Nuno Teotónio; Martins, M. Costa**, "Habitação económica e reajustamento social" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 243-249
- Pereira, Raul da Silva**, *Problemática da Habitação em Portugal*. Lisboa: [s.n.], 1963
- , "Problemática da Habitação em Portugal I", *Análise Social*, vol. I, n.º 1, 1963, pp. 33-66
- , "Problemática da Habitação em Portugal II", *Análise Social*, vol. I, n.º 2, 1963, pp. 225-269
- , "Habitação e urbanismo em Portugal - Alguns aspectos actuais", *Análise Social*, vol. II, n.º 5, 1964, pp. 198-255
- , "Adérito Sedas Nunes: no final do século", *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 125-124, 1.º-2.º sem. 1994, pp. 5-8
- Pessanha, José**, "Fachadas de estylylização tradicionalista", *A Construção Moderna*, n.º 102, Ano IV, 20 Jul. 1903, pp. 139-140
- Pimentel, Diogo Lino**, "Biografia" in Fundação Calouste Gulbenkian. *Raul Lino. Exposição retrospectiva da sua obra*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 6-25
- Portas, Nuno**, "Carlo Scarpa. Um Arquitecto Moderno em Veneza", *Arquitectura*, n.º 59, Jul. 1957, pp. 23-28
- , "Habitações Operárias em Ponte de Pedra", *Arquitectura*, n.º 63, 3.ª série, Dez. 1958, pp. 39-42
- , "Literatura arquitectónica (III). Binário", *Arquitectura*, n.º 63, Dez. 1958, pp. 53-54
- , "O fim de uma revista. Binário, nova série", *Arquitectura*, n.º 66, Nov.-Dez. 1959, p. 60
- , "A responsabilidade de uma novíssima geração no movimento moderno em Portugal", *Arquitectura*, n.º 66, Nov.-Dez. 1959, pp. 13-14
- , "Arquitecto Fernando Távora: 12 anos de actividade profissional", *Arquitectura*, n.º 71, Jul. 1961, pp. 11-23
- , "Casa unifamiliar, no Porto, na R. Honório Lima. Alfredo Viana de Lima", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 30-35
- , "[Introdução à "Estrutura e forma" de Louis Kahn]", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, p. 23
- , "Pioneiros de uma renovação II. Os anos difíceis", *Jornal de Letras e Artes*, n.º 17, Ano I, 24 Jan. 1962, pp. 11-12

- , "Uma Experiência Pedagógica na E.S.B.A do Porto", *Arquitectura*, n.º 77, Janeiro 1963, pp. 16-18, 39-40
- , *A Arquitectura para Hoje. Finalidades. Métodos. Didácticas*. Lisboa: Liv. Sá da Costa, 1964
- , *Estudo das Funções e da Exigência de Área da Habitação. Volume I - Necessidades familiares e áreas da habitação. Análise de exigências por funções, da habitação*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1964
- , "Industrialização da construção - Política habitacional", *Análise Social*, vol. II, n.º 5, 1964, pp. 90-103
- , "Actualidade de Le Corbusier", *Arquitectura*, n.º 89/90, Dez. 1965, pp. 141-144 [*O Tempo e o Modo*, n.º 30]
- , "As Ciências Humanas na renovação da formação do Arquitecto", *Análise Social*, vol. III, n.º 12, 1965, pp. 517-525
- , "Casa de Chá da Boa Nova [A. Siza Vieira]", *Arquitectura*, n.º 88, Mai.-Jun. 1965, pp. 97-98
- , "Definition and evolution of housing norms" in U.I.A. *Colloquium on housing: [problems of under-developed countries, Bucharest, 1966]*. U.I.A - revue de l'Union internationale des architectes, 1966
- , "Desenho e apropriação do espaço da habitação", *Arquitectura*, n.º 103, Mai.-Jun. 1968, pp. 124-128
- , *A Cidade como Arquitectura. Apontamentos de Método e Crítica*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969
- , "Definiciones y evolución de las normas de la vivienda", *Hogar y Arquitectura*, n.º 91, Nov.-Dic. 1970, pp. 56-66 [1966]
- , "Raul Lino: uma interpretação crítica da sua obra de arquitecto e doutrinador", *Colóquio Artes*, vol. I, n.º 61, Dez. 1970, pp. 14-21
- , "A evolução da arquitectura moderna em Portugal: uma interpretação" in Bruno Zevi. *História da Arquitectura Moderna*, vol. II. Lisboa: Arcádia, 1978, pp. 687-746
- , "Prefácio à edição de 1982" in Fernando Távora. *Da Organização do Espaço*. Porto: ESBAP, 1982 (2.ª ed.), pp. 3-16
- , *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, I vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959]
- , *A Habitação Social. Proposta para a metodologia da sua arquitectura*, II vol. Porto: FAUP Publicações, 2004 [1959]
- Portas, Nuno; Pereira, M. Luz Valente Pereira**, *Inquérito Piloto sobre Necessidades Familiares em Matéria de Habitação - II Relatório*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 1967
- Quintino, José Luís**, *Raul Lino*. Dissertação de Mestrado em História da Arte. [Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas - Universidade Nova de Lisboa], 1983
- Ramos, Tânia Liani Beisl**, *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os casos português e brasileiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2006 [2003]
- , *Os Espaços do Habitar Moderno: Evolução e Significados. Os casos português e brasileiro*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2007
- Reis, João Braula**, "Prédio na Rua Conde Redondo", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 24-26 e 29

- Rendell, Jane**, "Gendered spaces: encountering anthropology, architecture and feminism in the Burlington Arcade" in Clare Melhuish. *Architecture & Anthropology*, vol. 124. London: Academy Editions, 1996, pp. 60-63
- Ribeiro, Ana Isabel**, "Nuno Teotónio Pereira ou a ética do sensível" in Ana Tostões. *Arquitectura e Cidadania. Atelier Nuno Teotónio Pereira*. Lisboa: Quimera Editores, 2004, pp. 101-115
- , "Arquitectos. Arquitectura. Palavra escrita" in Ana Vaz Milheiro; João Afonso; Jorge Nunes. *A arquitetura na escrita. Catálogo de fontes bibliográficas (1938-2007)*. Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 2007, pp. 9-15
- Ribeiro, Ana Isabel de Melo**, *Arquitectos Portugueses: 90 anos de vida associativa 1863-1953*. Porto: FAUP Publicações, 2002 [1993]
- Rodrigues, Isabel Maria**, "Edificação das Avenidas Novas de Ressano Garcia (I)", *Boletim Lisboa Urbanismo*, n.º 15, 2001,
- Rosa, Vassalo**, "Plano de Chelas. III - Quadros gerais de equipamento", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 6, Mai.-Jun. 1965, pp. 288-292
- Rosas, Fernando; Brito, J. M. Brandão de** (ed.), *Dicionário de História do Estado Novo, vol. I*. Lisboa: Bertrand, 1996
- Rowe, Peter G.**, *Modernity and Housing*. London; Cambridge: MIT Press, 1995
- Rybczynski, Witold**, *Home. A short story of an idea*. London: Pocket Books, 2001 [1986]
- Rykwert, Joseph**, *On Adam's House in Paradise: the idea of the primitive Hut in Architectural History*. New York: The Museum of Modern Art, 1972
- , "Preface" in Clare Melhuish. *Architecture & Anthropology*, vol. 124. London: Academy Editions, 1996, p. 6
- , *A Casa de Adão no Paraíso*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003 [1972]
- s.a.**, "Exposição da habitação, das indústrias de edificação e de obras públicas", *A Construção Moderna*, n.º 97, Ano IV, 1 Jun. 1903, pp. 101-102
- , "Habitações operárias", *A Construção Moderna*, n.º 100, Ano V, Jul. 1903, p. 127
- , "Como conseguir casa própria? [Companhia de Seguros Lex]", *Arquitectura*, n.º 1, Jan. 1927, p. VIII
- , "A Cidade Universitária", *Diário de Notícias*, 16 de Junho de 1930, p. 1
- , "Grandes Problemas de Lisboa. A construção de Casas de Renda Económica. Plano de Urbanização da Zona a Sul da Av. Alferes Malheiro", *Revista Municipal*, n.º 26, 3.º trimestre 1945, pp. 33-38
- , "1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Conclusões e votos", *Arquitectura*, n.º 29, Ano XXII, 2.ª série, Fev.-Mar. 1949, pp. 2-7
- , "Blocos de habitação na célula 8 do Bairro de Alvalade, Lisboa", *Arquitectura*, n.º 53, Ano XXVI, 2.ª série, Nov.-Dez. 1954, pp. 39-42
- , "Editorial: Um problema a resolver", *Arquitectura*, n.º 64, Jan.-Fev. 1959, p. 3 e 59
- , "Tempos modernos", *Menina e Moça*, n.º 138, Abr. 1959, p. 4
- , "I Colóquio organizado pelo S.N.A. sobre temas habitacionais: «Aspectos Sociais na Concepção do Habitat»", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, p. 59

———, "5 anos de trabalho. Autocrítica", *Arquitectura*, n.º 78, Maio 1963, p. 1 e 45

Sacramento, Vitorina do, "Dados gerais sobre as condições de vida das famílias alojadas na zona de barracas da Quinta Marquês de Abrantes", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 18, 1.º Sem. 1970, pp. 3-12

Sacramento, Vitorina Henrique do; Leite, Ruy de Almeida, "O alojamento das famílias proporcionado à capacidade das habitações. Bases para uma avaliação quantitativa "tipo da habitação - tipo da família" (Olivais-Norte)", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 10, 1.º Sem. 1966, pp. 3-16

Salazar, António de Oliveira, *Discursos. 1928 - 1934*. Coimbra: Coimbra Ed., 1935

———, *Discursos II. 1935-1937*. Coimbra: Coimbra Editora, 1938

———, *Discursos III. 1938-1943*. Coimbra: Coimbra Editora, 1943

Sanchez, Sebastião Formozinho, "Moradia em Paço de Arcos", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 8-13

Secca, Amândio Fernandes; Almeida, Pedro Vieira de (ed.), *Viana de Lima. Arquitecto: 1913-1991*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Árvore - Centro de Actividades Artísticas, 1996

Secção de Sociologia do Serviço de Investigação do GTH, "Fórmula de agregado familiar", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 11, 2.º Sem. 1966, pp. 83-90

Secretariado Nacional de Informação; Sindicato dos Arquitectos Portugueses, *Contemporary Portuguese Architecture 1958*. Lisboa: SNI, 1958

Segurado, Jorge, "A solução vertical na habitação colectiva e os aposentamentos" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 229-235

Silva, [Francisco] Conceição, "Prédio na Rua Marcos Portugal", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 18-19

Silva, [Francisco] Conceição; Santa Rita, [José Daniel], "Fábrica Martini", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 1, Abr. 1958, pp. 27-29

Silva, Carlos Nunes, "Mercado e políticas públicas em Portugal: a questão da habitação na primeira parte do século XX", *Análise Social*, vol. XXIX, n.º 127, 3.º Trim. 1994, pp. 655-676

Silva, Fernando Gomes da, "Nota crítica [Prédio na Rua Conde Redondo]", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 30-31

———, "Os prédios da Rua de S. Bernardo e da Av. Visconde Valmor", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 36-40

———, "Prédio na Avenida Elias Garcia", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 41-43

———, "Prédio na Rua Marcos Portugal", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 20-23

———, "Prédios de rendimentos em Lisboa", *Arquitectura*, n.º 67, Abr. 1960, pp. 16-17 e 62-63

Silva, Fernando Gomes da; Costa, Octávio Rego, "Habitação em torre em Olivais-Sul", *Arquitectura*, n.º 110, Jul.-Ago. 1969, pp. 175-177

Silva, Jorge C., "Alvar Aalto", *Arquitectura*, n.º 69, Nov.-Dez. 1960, pp. 3-4

Silva, José Marques da, "Bairro operário do Monte Pedral, Porto", *A Construção Moderna*, n.º 57, Ano III, Mai. 1902, pp. 42-43

- Silva, M. Manuela**, "Enquadramento da habitação no desenvolvimento económico e social", *Arquitectura*, n.º 112, Nov.-Dez. 1969, pp. 300-301
- Silva, Manuela**, "Transformações nas estruturas familiares", *Análise Social*, vol. I, n.º 3, 1963, pp. 471-474
- Silva, Maria da Conceição Tavares da**, "Necessidade de uma categoria de habitações de rendas módicas", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 2, Set.-Out. 1964, pp. 463-475
- , "A sublocação em Lisboa", *Boletim GTH*, vol. 1, n.º 1, Jul.-Ago. 1964, pp. 44-51
- , "A sublocação em Lisboa", *Arquitectura*, n.º 84, Nov. 1964, pp. 169-173
- , "Aspectos das condições de habitação dos agregados unifamiliares na cidade de Lisboa", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 12, 1.º Sem. 1967, pp. 111-118
- , "A sublocação em Lisboa", *Boletim GTH*, vol. 3, n.º 18, 1.º Sem. 1970, pp. 49-58 [1964]
- Silvano, Filomena**, *Antropologia do Espaço. Uma Introdução*. Oeiras: Celta, 2001
- Simões, João; Lobo, José Huertas; Rodrigues, Francisco Castro**, "O alojamento colectivo" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 236-242
- Sindicato Nacional dos Arquitectos**, *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948
- , *Arquitectura Popular em Portugal*, 1 vol. Lisboa, 2004 (4.ª ed.)
- Sousa, Alves de; Centro de Estudos e Habitação Engenheiro Duarte Pacheco**, *A Habitação em Portugal*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, 1963
- Survey Research Center; Leite, Ruy Tulson de Almeida**, "Manual dos entrevistadores em inquéritos sociológicos", *Boletim GTH*, vol. 2, n.º 12, 1.º Sem. 1967, pp. 130-139
- Tafari, Manfredo**, *History of Italian Architecture, 1944-1985*. Cambridge (MA); London: The MIT Press, 1989 [Storia dell'Architettura Italiana, 1986]
- Tavares, Edmundo**, *A Habitação Portuguesa. Casas Modernas*. Lisboa: Bertrand, 1946
- , *A Habitação Portuguesa. Casas Modernas*. Lisboa: Bertrand, 1950 (2.ª ed.) [1946]
- Tavares, Maria**, "As mulheres do meu país - uma obra ímpar", *História*, n.º 52, Série II, Jan. 2003, pp. 68-71
- Tavares, Maria Fernanda Gaspar**, *Federações de Caixa de Previdência - Habitações Económicas. Um percurso na história da arquitectura da habitação em Portugal*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura da Habitação. [Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa], 2003
- Távora, Fernando**, "O problema da casa portuguesa", *Áleo*, n.º 9, Ano IV, Série IV, 10 Nov. 1945, p. 9
- , *O Problema da Casa Portuguesa*. Lisboa: Tip. Imp. Libânio da Silva, 1947
- , "Casa em Ofir", *Arquitectura*, n.º 59, Jul. 1957, pp. 10-13
- , "Bloco de habitações na Rua Pereira Reis, Porto (1958-60)", *Arquitectura*, n.º 71, Jul. 1961, pp. 28-29
- , *Da Organização do Espaço*. Porto: ESBAP, 1982 (2.ª ed.) [Fac-simile da ed. 1962]
- , "Prefácio" in Irene Ribeiro. *Raul Lino. Pensador Nacionalista da Arquitectura*. Porto: FAUP Publicações, 1994 (2.ª ed.), pp. 5-6 [1993]

- Terra, Miguel Ventura**, "Casa de aluguer do sr. comendador Emilio Liguori", *A Construção Moderna*, n.º 54, Ano III, Mar. 1902, pp. 26-27
- Thébaud, Françoise**, "Introdução" in Françoise Thébaud; Georges Duby; Michelle Perrot. *História das Mulheres. O século XX*. Porto: Edições Afrontamento, 1995, pp. 27-29 [1991]
- Tostões, Ana**, "Modernização e Regionalismo, 1948-1961" in Annette Becker; Ana Tostões; Wilfried Wang. *Arquitectura do Século XX - Portugal*. Frankfurt; Lisboa: Deutsches Architektur-Museum; Centro Cultural de Belém, 1997, pp. 41-53
- , *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos Anos 50*. Porto: FAUP Publicações, 1997 (2.ª ed.) [1994]
- , "Afirmção, questionamento e contestação do paradigma moderno", *Jornal Arquitectos*, n.º 211, Mai.-Jun. 2003, pp. 38-41
- Turin, Ducio**, "Aspectos económicos da industrialização da construção", *Arquitectura*, n.º 74, Mar. 1962, pp. 39-46
- , "Aspectos económicos da industrialização da construção", *Binário. Arquitectura construção equipamento*, n.º 44, Mai. 1962, pp. 341-361
- Veloso, António G. Matos**, "Os regulamentos da construção urbana e a sua repercussão nas soluções modernas. Tese apresentada no 1.º Congresso Nacional de Arquitectura", *Arquitectura. Revista de arte e construção*, n.º 30, 2.ª série, Abr.-Mai. 1949, pp. 2-3 [1948]
- Veloso, António Guilherme Matos**, "Habitação rural e urbanismo" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 189-196
- Vieira, Álvaro Siza**, "Impressões de um morador [Conjunto habitacional do Campo do Luso]", *Arquitectura*, n.º 94, Jul.-Dez. 1966, pp. 181-182
- , "Três obras", *Arquitectura*, n.º 96, Mar.-Abr. 1967, pp. 68-74
- Vilas Boas, Fernando Perfeito de Magalhães**, *A Habitação*. Lisboa: Imprensa Portugal-Brasil, 1939
- Vital, António Lobão**, "A casa, o homem e a arquitectura" in Sindicato Nacional dos Arquitectos. *1.º Congresso Nacional de Arquitectura. Relatório da Comissão Executiva. Teses. Conclusões e Votos do Congresso*. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1948, pp. 197-214
- Vitrúvio**, *Tratado de Arquitectura*. Lisboa: IST, 2006 (Tradução, introdução e notas de M. Justino Maciel)

LISTA DE ABREVIATURAS UTILIZADAS

- AF-CML – Arquivo Fotográfico-Câmara Municipal de Lisboa
- CML – Câmara Municipal de Lisboa
- CMP – Câmara Municipal do Porto
- CODA – Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto
- EBAP – Escola de Belas-Artes do Porto
- ESBAL – Escola Superior de Belas-Artes de Lisboa
- ESBAP – Escola Superior de Belas-Artes do Porto
- FCG – Fundação Calouste Gulbenkian
- FCP-HE – Federação das Caixas de Previdência-Habitacões Económicas
- GTH – Gabinete Técnico da Habitação (CML)
- ICAT – Iniciativas Culturais Arte Técnica
- IST – Instituto Superior Técnico
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil
- MOP – Ministério das Obras Públicas
- NAU – Núcleo de Arquitectura e Urbanismo (LNEC)
- ODAM – Organização dos Arquitectos Modernos
- SNA – Sindicato Nacional dos Arquitectos
- SNI – Secretariado Nacional de Informação

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Aalto, Alvar, 190, 223, 311
- Alarcão, João de, 83
- Almeida, Joaquim Bento de, 192, 289
- Almeida, Leopoldo de, 295
- Almeida, Pedro Vieira de, 52, 55, 69, 89, 112, 187, 190, 203, 221, 266, 270, 273, 279, 315
- Amaral, Francisco Keil do, 120, 135, 139, 143, 172, 313
- Amorim, Delfim Fernandes, 159
- Andrade, Artur, 159
- Araújo, Arnaldo, 265
- Argan, Giulio Carlo, 276
- Atouguia, Ruy, 212, 254, 259
- Azevedo, Rogério de, 140
- Barbosa, Cassiano, 159, 262
- Bataille, Michel, 223
- Behrendt, Walter Curt, 274
- Benavente, Luiz, 140
- Bonito, Mário, 140, 145, 159
- Botelho, Abel, 39
- Botelho, Rafael, 266
- Braga, Teófilo, 41
- Byrne, Gonçalo, 201
- Cabral, Bartolomeu Costa, 187, 200, 252, 304, 306, 310
- Cadima, Joaquim, 299
- Calcaprina, Cino, 207
- Campos, Costa, 82
- Carmo, Benjamim do, 159
- Carneiro, Rocha, 159
- Christo, Carolina Homem, 171
- Cid, Pedro, 259
- Coderch, Josep Antoni, 190, 311
- Condesso, Fernando, 279
- Costa, Alexandre Alves, 201, 245
- Costa, Faria da, 116, 162
- Costa, Francisco, 52
- Costa, Octávio Rego, 302

- Crane, Walter, 31
- Cunha, Luiz, 286
- Cunha, Paulo de Carvalho, 116
- Delgado, Nery, 35
- Dias, Adalberto, 159
- Dias, Carlos Carvalho, 265
- Dias, Francisco Silva, 197, 201
- Dolci, Danilo, 277
- Donat, John, 285
- Duarte, Carlos S., 187, 188, 197, 256, 258, 307
- Ecochard, Michel, 223
- Esteves, J. Vasconcelos, 237
- Esteves, João, 259
- Faria, Fernando Limpo de, 159
- Fernandes, J. Pires, 141
- Ferreira, Carlos Antero, 226
- Ferreira, Raul Hestnes, 197
- Figueiredo, Vítor, 187
- Filgueiras, Octávio Lixa, 264, 270, 277
- Freitas, António, 296
- Freitas, António Pinto de, 201, 300
- Galhoz, Neves, 297
- Gandra, Hernâni, 259, 297
- Garcia, Álvaro, 199
- Godinho, Januário, 286
- Gomes, Ruy José, 199, 251
- Gomes, S. Pereira, 296
- Gomes, Sérgio de Andrade, 165
- Gregotti, Vittorio, 256, 283
- Gropius, Walter, 160, 191, 223, 311
- Guedes, Amâncio «Pancho», 285
- Haupt, Albrecht, 32
- Hermant, André, 223
- Kahn, Louis, 190
- Klein, Alexander, 163
- Laginha, Manuel, 259
- Lamas, Maria, 171, 178
- Lauwe, Paul Chombart de, 220, 226
- Le Corbusier, 145, 147, 148, 152, 160, 190, 223, 224, 286, 311
- Leite, Ruy de Almeida, 235, 238
- Leone, A. Azeredo, 159
- Lima, Alfredo Viana de, 144, 145, 146, 151, 155, 159, 264, 286, 311, 313
- Lima, Cruz, 159
- Lino, Raul, 29, 42, 53, 55, 60, 63, 66, 68, 73, 76, 90, 91, 109, 120, 121, 128, 140, 250
- Lobo, José Huertas, 146
- Lods, Marcel, 223
- Loos, Adolf, 66
- Losa, Arménio, 140, 145, 159, 262
- Loureiro, José Carlos, 308, 310
- Machado, João Reis, 231, 232
- Magalhães, Alfredo Ângelo, 159
- Manta, João Abel, 259
- Martins, Artur Pires, 288, 296, 297
- Martins, João, 296
- Martins, Luís Oliveira, 140, 159
- Martins, M. Costa, 151, 156, 165
- Matos, Eduardo R., 159
- Matta, José Caeiro da, 81, 83
- Mattos, José Maria de Mello de, 78, 79, 89
- Medeiros, Goulart de, 197
- Mello, Duarte Cabral de, 19, 221

- Melo, Cândido Palma de, 296
- Mesquita, Jorge Carvalho de, 196
- Monteiro, José Luiz, 96
- Monteiro, Porfírio Pardal, 86, 116, 135, 140, 143, 151, 158
- Montês, Paulino, 140
- Morais, Justino, 288, 299
- Moreira, Manuel Vicente, 133, 136, 138
- Morgado, Horácio, 197
- Morris, William, 31
- Moura, Fernando, 159
- Moura, Vasco Croft de, 299, 306, 310
- Neves, Henrique das, 35, 36, 37, 38, 39
- Nunes, Fátima Sedas, 234
- Oliveira, Francisco Paula e, 35, 39
- Oliveira, Mário de, 141, 142
- Pacheco, Duarte, 119
- Palla, Victor, 192, 289
- Paula, Rui Mendes, 189, 196
- Peixoto, António Augusto da Rocha, 40, 42
- Peixoto, Rocha, 54
- Pereira, Gabriel, 38, 40
- Pereira, Luz Valente, 201, 242
- Pereira, Manuel Vicente, 161
- Pereira, Nuno Teotónio, 151, 156, 165, 187, 200, 201, 213, 225, 252, 275, 296, 300
- Pereira, Raul da Silva, 202, 228
- Perret, Auguste, 224
- Perriand, Charlotte, 223, 224
- Pessanha, José, 31, 160
- Pessoa, Alberto, 259
- Pessoa, Alberto José, 188
- Pingusson, Georges-Henri, 223
- Portas, Nuno, 88, 187, 189, 193, 198, 201, 203, 214, 241, 242, 245, 248, 250, 258, 262, 265, 267, 275, 279, 280, 300, 304, 310, 311, 313
- Prieur, François, 223
- Ramos, Luís Pádua, 309, 310
- Raposo, Coutinho, 297
- Regaleira, Vasco, 140
- Reis, Jerónimo, 159
- Reis, João Braula, 288, 296
- Ribeiro, Celeste, 140
- Ricca, Agostinho, 159
- Ridolfi, Mario, 189, 207, 256
- Rodrigues, Francisco Castro, 146
- Rogers, Ernesto N., 271
- Rohe, Mies van der, 274, 277
- Rosa, Miguel Jacobetty, 116, 138, 140, 146, 156, 161, 165, 172
- Rossi, Aldo, 283
- Roxo, Albertino Galvão, 159
- Ruskin, John, 31, 160
- Sacramento, Vitorina do, 233, 235
- Sanchez, Sebastião Formosinho, 192, 212, 254, 259
- Sanfins, Sebastião, 296
- Sant'Ana, Maria Helena Guedes Vaz, 140
- Santana, Frederico, 188
- Sant'Ana, Maria Stela Guedes Vaz, 140
- Santa-Rita, Daniel, 188, 193, 307
- Scarpa, Carlo, 189, 258
- Segurado, Jorge, 144, 149
- Severo, Ricardo, 54, 55, 60
- Silva, A. Domingues da, 159
- Silva, Fernando Gomes da, 287, 302

- Silva, Francisco Conceição, 192, 289
- Silva, José Marques da, 84
- Silva, Manuela, 234
- Silva, Maria da Conceição Tavares da, 229
- Silva, Maria José Marques da, 140
- Simões, João, 140, 143, 172, 188
- Skapinakis, Nikias, 188
- Tainha, Jovito, 191
- Tainha, Manuel, 187, 191
- Tavares, Edmundo, 53, 54
- Távora, Fernando, 19, 127, 132, 139, 187, 264, 267, 279, 286, 313
- Telmo, José Ângelo Cottinelli, 116
- Telmo, José Ângelo Cottinelli, 140
- Terra, Miguel Ventura, 96
- Ulrich, Frederico, 115
- Vasconcelos, Joaquim de, 39, 40, 41
- veloso, A. Matos, 159
- Veloso, António Guilherme Matos, 140
- Veloso, António Matos, 143
- Veloso, Matos, 145, 154
- Vieira, Álvaro Siza, 187, 286, 309, 310, 315
- Vieira, Aníbal, 193
- Vieira, Esmeralda Severo, 236, 238
- Vilas Boas, Fernando Perfeito de Magalhães, 53, 54
- Vital, António Lobão, 144, 145, 159, 165
- Wogenscky, André, 223
- Wright, Frank Lloyd, 190, 223, 274, 277, 286, 311
- Zehrfuss, Bernard Louis, 223
- Zevi, Bruno, 189, 249